

21

Título Grupo de estudos e trabalhos
em Alfabetização

Autor: GTPA / DF

Data: 1990

Boletim do Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Número 4 • São Paulo • Novembro de 1990

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO Apontando soluções

Douglas Mansur/Imagens da Terra

Dois mil educadores de vinte estados reuniram-se em São Paulo nos dias 14 a 16 de setembro no Congresso Brasileiro de Alfabetização.

O CBA contou com a presença de educadores renomados e autoridades educacionais em mesas-redondas, painéis, conferências, reuniões de grupos e plenárias. Foram marcantes os pronunciamentos políticos da prefeita paulistana Luiza Erundina na sessão de abertura, da secretária de educação do Paraná Gilda Poli na mesa-redonda sobre Políticas de Alfabetização e de Paulo Freire e Darcy Ribeiro no encerramento. Os debates relativos à Formação do Alfabetizador, Pré-Escola e Séries Iniciais, Alfabetização de Deficientes, Movimentos Populares e Alfabetização foram os mais concorridos. Mas quem esperava que apenas as palestras atrairiam o grande público se enganou, pois a participação dos congressistas nos grupos de discussão e painéis de relatos de experiências foi surpreendente. Até mesmo uma passeata, não planejada, aconteceu no último dia, do Largo de São Francisco à Casa de Caetano de Campos, onde foram realizados a plenária final e o encerramento.

Ao final dos trabalhos foi aprovada uma declaração em que os congressistas reclamam prioridade para a educação, através de uma política nacional de com-



bate à pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico, de modo a garantir o direito de crianças, jovens e adultos à educação básica e continuidade do processo educativo. Propõe o combate ao preconceito que cerca o analfabeto e defende a necessidade de reconstrução do conceito de alfabetização, além da ampliação substancial dos recursos públicos destinados ao setor. Aponta como prioritárias a valorização e formação do magistério, bem como a promoção de pesquisas em alfabetização. Por fim, os congressistas propuseram a parti-

cipação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização.

O CBA foi promovido pelo GETA (Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização), uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis e do movimento popular, sindicatos e empresas, constituída em 89 com o objetivo de marcar o Ano Internacional da Alfabetização pela reflexão e ação em torno do problema do analfabetismo no Brasil.

Douglas Mansur/Imagens da Terra





Da esquerda da direita: Sônia Lins, Paulo Freire, Luiza Erundina, Maria Clara, Antônio Junqueira, Yvonne Khouri e Celso Beisiegel

O CBA foi aberto pelo Prof. Antônio Junqueira de Azevedo, Diretor da Faculdade de Direito da USP, em solenidade realizada na manhã do dia 14. Maria Clara Di Pierro, representando o GETA, lembrou o histórico do Grupo e os objetivos do Congresso. Em seguida falaram Sônia Lins, presidente do Corpo Municipal de Voluntários e os Profs. Celso Beisiegel e Yvonne Khouri, representando a USP e a PUC. Carmen Perez, da UNICEF, não pode comparecer.

A presença da Prefeita Luiza Erundina, acompanhada pelo Secretário de Educação Paulo Freire, foi saudada com prolongados aplausos da platéia que lotava o Salão Nobre da Faculdade de Direito. Paulo Freire afirmou sentir-se indignado com o sistema educacional brasileiro que expulsa as crianças das camadas populares; para ele, a expressão correta para designar tal processo não é “as crianças se evadem” e sim “as crianças são proibidas de ir à escola”. Luiza Erundina expôs as prioridades que orientam sua administração, entre elas a educação, e afirmou: “Acredito que todas as ações de governo são ações educativas e espero que deste congresso saiam decisões importantes que ajudem a resolver o problema da Educação no país.”

Angela Cristina Fernandes

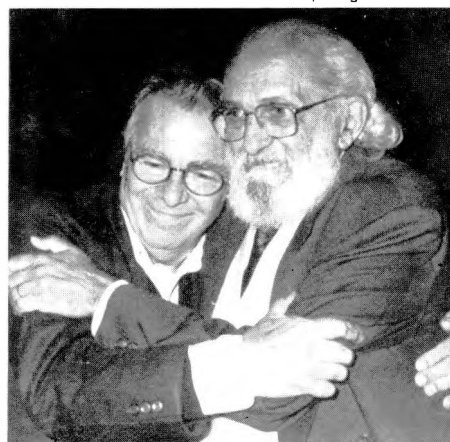


Gilda Poli e Paulo Freire

Alceu Ferrari, da ANPED, coordenou o debate sobre **Políticas de Alfabetização** que colocou lado a lado representantes da União, estados, municípios e professores. Ledja Austrilino, do MEC, expôs as linhas gerais do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania: “Ele será elaborado pelas assembleias municipais e estaduais”. Gilda Poli, Secretária do Para-

Uma festiva chamada das 20 delegações presentes deu início à **Sessão de Encerramento** do CBA. Sônia Penin, do Fórum em Defesa da Escola Pública, apontou o risco da nova LDB não ser votada pela Câmara este ano. Darcy Ribeiro defendeu a escola de tempo integral e prometeu ser “o Senador da educação”. Paulo Freire comparou o CBA ao Congresso de Recife em 58, reafirmando sua convicção na alfabetização realizada junto ao movimento popular. Presentes também Lydia Lamparelli (representando o Secretário Estadual da Educação de SP) e Sônia Lins do CMV.

Reportagem Nacional



Darcy Ribeiro e Paulo Freire

ná e representante do CONSED criticou o governo federal e foi aplaudida: “Um programa sério deve conciliar política econômica com o projeto de alfabetização; afinal, os maiores índices de analfabetismo estão situados em áreas de carência econômica.” A representante do MEC irritou-se: “Ela não está falando em nome do CONSED, e sim de sua Secretaria.”

PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

14/09, sexta:

09:00-10:30 — Credenciamento/Projeção de vídeos
10:30-12:00 — Solenidade de Abertura
Coordenação: GETA
Antônio Junqueira de Azevedo (Diretor da Fac. Direito/USP)
Sônia Lins (Presidente do Corpo Municipal de Voluntários)
Celso de Rui Beisiegel (Pró Reitor de Graduação/USP)
Yvonne Khouri (diretora do Centro de Educação da PUC/SP)
Luiza Erundina (Prefeita do Município de São Paulo)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação de SP)
14:00-17:00 — Mesa Redonda: Políticas de Alfabetização
Coordenação: Alceu R. Ferrari (Presidente da ANPED)
Ledja A. da Silva (Secretaria de Educação Básica do MEC)
Gilda Poli (Secret. Educ. do Paraná, representando o Consed)
Maria Zilda Cunha Lopes (CENP/Sec. Estad. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secret. Munic. de Educação de SP)
Ana Rosa B. Gomes (Conf. Nac. dos Trabalhadores em Educação)
17:00-19:00 — Projeção de vídeos
19:00-21:30 — Mesa Redonda: Cultura e Letramento
Coordenação: Luiz R. Alves (Sec. Mun. Ed. S. Bernardo Campo)
Vanilda Paiva (Univ. Fed. Rio de Janeiro)
José Américo Pessanha (UFRJ, IESAE-FGV, Centro Cultural SP)

15/09, sábado:

09:00-12:00 — Painéis de relato de experiências
• Políticas públicas de alfabetização
Coordenação: Elba S. Sá Barreto (USP, Fund. Carlos Chagas)
Marília Duran (CENP/Sec. Est. de Educação de São Paulo)

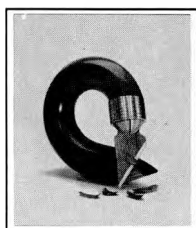
João Batista dos Mares Guia (Sec. Mun. de Educ. de Contagem)
Ana Maria Saul (PUC/SP, Sec. Mun. de Educ. de São Paulo)
• Formação do educador/alfabetizador em serviço
Coordenação: Ana Lúcia Lopes (Esc. Novo Horizonte)
Telma Weisz (Centro de Est. Escola da Vila)
Marieta Nicolau (Fac. de Educ. USP)
Maria Adozinda Costa (Sec. Est. Educ. PE, Sec. Mun. Cabo)
• Leitura e Bibliotecas Escolares
Coordenação: Edmir Perrotti (Esc. Com. e Artes da USP)
Valda Antunes (Prog. Nac. Bibliotecas Esc. do MEC)
Maria Aparecida C. Magnani (Fund. Des. Educ. de SP)
Maria da Graça Segollin (PUC/SP)
Rui Grillo (Sec. Mun. Educ. de SP)
• Meios de Comunicação e Alfabetização
Coordenação: Yvonne Khouri (PUC/SP)
Vinicius Artur de Lima (Fac. Comunicação da UnB)
Maria Eugênia Stein (MIS-RJ, TV Manchete)
Ana Lagoa (Revista Nova Escola)
• Movimentos Populares e Alfabetização
Coordenação: Maria Stella Graziani (PUC/SP, MOVA-SP)
Maria Francisca da Silva (Esc. Comunitárias de Recife)
Francisco de A. M. de Oliveira (Proj. Seringueiro, Xapuri)
Francisco de Assis Ferreira (Mov. Educ. Zona Leste S. Paulo)
• Alfabetização de Deficientes
Coordenação: Marcos J. da S. Mazzota (Fac. de Educ. da USP)
Luis Augusto de Paula Souza (PUC/SP, Pref. Mun. Diadema)
Nádia Helitto Chacur (DERDIC)
12:00-14:00 — Projeção de vídeos
14:00-17:00 — Trabalho em grupos com texto-base do CBA
17:00-18:00 — Projeção de vídeos

18:00-20:00 — Mesas Redondas

• Alfabetização de adultos na América Latina
Coordenação: Sérgio Haddad (CEDI)
Nilton Santos (jornalista, Nicarágua)
Moacir Gadotti (Fac. de Educ. da USP)
• Alfabetização infantil; uma abordagem interdisciplinar
Coordenação: Maria Regina M. luf (USP-IP)
Terezinha Nunes Carraher (Univ. Fed. de PE)
Luis Carlos Cagliari (Inst. Est. Ling. da UNICAMP)
• Pré-escola e séries iniciais: a continuidade necessária
Coordenação: Maria Malta Campos (USP-FE, F. C. Chagas)
Sônia Kramer (UERJ e PUC/RJ)
Regina de Assis (PUC/RJ)
Vital Didonet (Sec. Nac. de Educ. Bas. do MEC)
• A criança e a leitura
Coordenação: M. Alice Setubal S. e Silva (CENPEC)
João Wanderlei Geraldi (UNICAMP)
Maria Helena Martins (UFRGS)
Maria Lúcia Zoega de Souza (CEVEC)

16/09, domingo:

09:00-11:30 — Comunicações
• Projetos de Pesquisa sobre Alfabetização
• Relatos de Experiências na Pré-escola
• Relatos de Experiências em Séries Iniciais
• Relatos de Experiências com Adultos
13:30-15:30 — Plenária final
16:00-18:00 — Solenidade de Encerramento
Sônia Penin (Fórum em Defesa da Escola Pública)
Lydia Lamparelli (Secret. Est. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação, S. Paulo)
Darcy Ribeiro (ex-Secret. de Educ. do RJ)



Documento Final do CBA

Apontando soluções

1. INTRODUÇÃO

A Unesco declarou **1990 Ano Internacional da Alfabetização** como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o **Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)**, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dez meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o **Congresso Brasileiro de Alfabetização** nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, tendo sido discutido e aprovado no Congresso.

2. DIMENSIONANDO O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas.

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evolui de maneira similar aos demais países latinoamericanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de

escolas, menores investimentos em material didático, etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que têm acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos gover-

nos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latinoamericana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de US\$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias cuja renda per capita não supera dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio mínimo. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem,

Quadro 1

Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos e mais a partir de 1920

Ano	Fonte	Total	Analfabetos	%
1920	*	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	*	23.709.769	13.269.381	56,0
1950	*	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	*	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	*	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	*	73.541.943	18.716.847	25,5
1982	**	76.534.782	17.685.987	23,1
1984	**	81.140.959	17.273.309	21,3
1986	**	86.554.036	17.320.725	20,0
1987	**	88.816.170	17.456.384	19,7

Fonte: IBGE

* Censo ** PNAD

Quadro 2

Brasil Analfabetos por região População de 5 ou mais anos 1980

Região	População	Analfabetos	%
Norte	4.051.297	801.297	19,7
Nordeste	35.776.034	15.474.144	43,2
C.-Oeste	8.683.069	1.953.083	22,4
Sudeste	56.855.869	9.296.260	16,3
Sul	19.648.325	3.177.849	16,1
Brasil	141.382.535	30.702.633	24,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — IBGE, 88

muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

3. A CRISE DA ESCOLA PÚBLICA

Escolas em número insuficiente, falta de vagas nas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares, configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, alcança mais da metade das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que frequentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US\$ 19,2 bilhões)

em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à universalização do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo federal continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2º grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1º grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O plano de alfabetização anunciado pelo Ministro da Educação destina à alfabetização e 1º grau serão de Cr\$ 10 bilhões em 1990 e Cr\$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos são insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especialmente se os compararmos aos Cr\$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr\$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à alfabetização, o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu US\$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70. A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr\$ 50 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A Medida Provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, a Medida desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1º grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham giz e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo;

outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

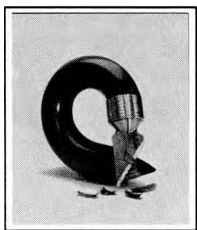
Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas.

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

FONTES DE CONSULTA

- ANDE. *Prioridades para a educação nacional*. São Paulo, mimeo, 1990.
- CEDI. *Analfabetismo no Brasil; Ano Internacional da Alfabetização; Dossiê de Imprensa 89/90*. São Paulo, CEDI, 1990.
- COMISSÃO NACIONAL DO ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO. *"Alfabetizar e Libertar"*. *Boletim Articulação* (21), São Luís, ASP/RA-AB, 1990.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. UNESCO, 1990.
- FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS — EDUCAR. *Erradicação do Analfabetismo: 1989-1999; indicações preliminares*. Brasília, março 1989.
- FLETCHER, P.R. & RIBEIRO, S.C. *"O ensino de primeiro grau no Brasil de hoje"*. Em *Aberto*, 6 (33), Brasília: I-10-INEP, jan/mar 1987.
- GETA. *"Resoluções do 2º Encontro Estadual de Alfabetização"*. *Boletim do GETA* (3). São Paulo, GETA, abril 1990.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1989.
- . *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 1988.
- STROMQUIST, N.P. & KOUANGA, N. *Feasibility study for the creation of a world literacy center: a global response to a global problem*. mimeo, 1990.
- TEDESCO, J.C. et al. *"La enseñanza básica y el analfabetismo en América Latina y el Caribe"*. In: *Proyecto Principal de Educacion en América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile, UNESCO/OREALC, dez. 1989. (Boletim, 20)
- THE WORLD BANK. *World Development Report 1990; World development indicators*. Washington, USA, Oxford University Press, jun. 1990.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância 1990*. Brasília, UNICEF, 1990.



Declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes proposições:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

A. PRIORIZAR A EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE ÀS RAÍZES ESTRUTURAIS DA POBREZA, PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensino

no básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exíguos para “erradicar” o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Esses programas vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e em especial a educação fundamental e a superação do analfabetismo, no sentido de que o sistema nacional de educação, na sua organização e funcionamento — da educação infantil à universidade — traduza uma política de educação vinculada a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

B. COMBATER O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AO ANALFABETO, RECONSTRUINDO O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é “o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples”¹. Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como garantir o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade.

C. GARANTIR O DIREITO DE TODOS À ALFABETIZAÇÃO, À ESCOLARIZAÇÃO E À CONTINUIDADE DO PROCESSO EDUCATIVO

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização tem, portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação de crianças, de jovens e adultos.

D. AMPLIAR SUBSTANCIALMENTE OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação, reformulação da jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar, com recursos distintos.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios, diz, nas disposições transitórias, que 50% desses recursos devem obrigatoriamente ser destinados à universalização do ensino fun-

damental e eliminação do analfabetismo, nos dez anos seguintes à promulgação da Constituição, o que não vem sendo respeitado. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo, por falta de uma conceituação precisa do que seja manutenção e desenvolvimento do ensino. Faz-se então, urgente, exigir do Poder Executivo e dos legisladores a revisão de sua destinação. Indispensável, também, garantir o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre as esferas públicas (União-Estados-Municípios), uma vez que, em face de uma equivocada política de municipalização do ensino, aos municípios têm sido repassados serviços e responsabilidades incompatíveis com seus recursos financeiros e estrutura. Além disso é necessário a criação de meios que possibilitem à sociedade civil um controle efetivo dos recursos públicos, repudiando qualquer forma de favoritismo político.

Os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver uma política de captação de novos recursos para a educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, **como mais uma alternativa**, apoiamos, a posição assumida pelos países latinoamericanos em Quito², de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica, a fundo perdido. A aplicação desses recursos deverá ser fiscalizada pela sociedade civil, através das instituições representativas de classe envolvidas com a Educação.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamen-

to em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

E. VALORIZAR O MAGISTÉRIO, PROMOVER A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E A PESQUISA EM ALFABETIZAÇÃO

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente **eleva os padrões de remuneração do magistério** e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um **piso salarial nacional** que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social e política de sua função.

É necessário assegurar aos professores um estatuto que garanta uma perspectiva de **carreira** que incentive sua permanência no magistério, sua ascensão funcional por qualificação bem como uma **jornada de trabalho** que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores é condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma **política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores.**

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2º grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos; mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2º grau, criando uma

área no currículo especificamente voltada para formação de professores alfabetizadores, elevando a oferta de profissionais habilitados e proporcionando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, o resgate e o apoio à sistematização das práticas, a divulgação de inovações, a formação de novos professores e a sua integração com a comunidade escolar para a elaboração de propostas conjuntas de aperfeiçoamento de professores.

F. GARANTIR PARTICIPAÇÃO CONJUNTA DE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL NA DEFINIÇÃO DE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

O governo federal não deve impor à sociedade civil um programa de alfabetização. Um programa dessa natureza, além de implicar na cooperação efetiva entre estados, municípios e União, deve ser formulado e acompanhado por uma comissão nacional, composta por representantes das três esferas governamentais (MEC, Consed, Undime), bem como por representantes de entidades nacionais, como OAB, CNBB, CUT, etc.

São Paulo, setembro de 1990.

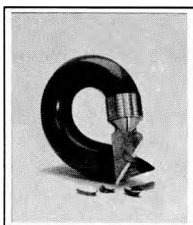
Notas

1. Conceito adotado pela ONU e usado pelo IBGE, o qual diminui substancialmente o número de analfabetos nos cômputos estatísticos.
2. Consulta regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, novembro/dezembro 1990)

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Plenário vota documento final



Moções aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização

1. Destinação do documento final

1.1. Promover discussões, nos locais de origem dos participantes e em outros onde for possível, sobre o evento e seus resultados, buscando comprometer as instituições públicas e privada e os movimentos nesse debate.

1.2. Enviar a "Declaração" do CBA a todos os órgãos centrais das secretarias de educação dos estados e municípios, aos representantes no poder legislativo dos estados e da federação, aos órgãos centrais do MEC, além de divulgá-lo junto a todo o magistério através de seus órgãos representativos, junto às universidades e instituições isoladas de ensino superior, às escolas privadas, à imprensa e demais organizações da sociedade civil.

2. Continuidade do GETA (indicação)

Considerando:

que o CBA revela o desejo de participação para a superação da questão do analfabetismo no país;

que é necessário que a luta pela superação da questão do analfabetismo se faça de forma articulada a nível nacional;

que este congresso está levantando propostas que torna necessária a criação de mecanismos de encaminhamento, fiscalização e cobrança;

Propomos a ampliação do GETA como um espaço democrático, informal de articulação de entidades, movimentos e demais instituições ligadas à questão da alfabetização. Essa articulação acontecerá em torno de atividades concretas e comuns.

O GETA não terá estrutura formal, o que significa que não terá um corpo diretivo constituído em cargos e funções definidas.

Sugerimos, num primeiro momento, que esses espaços sejam criados a nível municipal, estadual e, nos locais onde já existem, sejam fortalecidos. Será realizada uma reunião, onde se discutirão questões referentes à operacionalização do GETA. Esta reunião, em data e local a serem definidos neste congresso, deve discutir entre outras questões critérios de participação, local de referência, bem como plano de ação inicial.

O plano de ação inicial proposto inclui:

a. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania;

b. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente à Lei de Diretrizes e Bases.

3. Continuidade do trabalho de articulação

3.1. Buscar articulação nacional que permita realizar um novo Congresso, precedido de preparação prévia através de discussões de âmbito regional/local.

3.2. Levantar práticas/experiências em desenvolvimento na área da alfabetização e incentivar a organização de grupos de estudo/trabalho que farão parte do próximo encontro,

cujo contato e credenciamento terá no GETA, em São Paulo, o ponto de referência.

4. Ao Congresso Nacional

Considerando que muitos dos indicativos apontados na "Declaração" do CBA estão contemplados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional; e considerando que o referido projeto é representativo dos anseios de amplos segmentos da sociedade civil ligadas à educação; **exigimos dos senhores senadores e deputados a sua votação ainda nesta legislatura.**

5. Sobre o menor

Conforme relatório da Anistia Internacional, no ano de 89 foram assassinados 458 menores abandonados nas ruas de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Este e outros "números" da situação do menor no Brasil, bem como a existência de 30 milhões de analfabetos, situam o problema no campo do descaso das autoridades em efetivar uma política pública de integração desses menores na convivência social digna e na preparação para o exercício da cidadania plena.

As política altamente recessivas, os investimentos em "segurança" que acabam por ampliar a violência contra os menores, a não punição dos assassinos e a não investigação das causas que levam à morte centenas de menores abandonados, a exploração no mercado de trabalho, a exclusão da escola, a repressão nas "fundações" de bem-estar etc são as respostas dadas pelas autoridades públicas à questão do menor. Este descaso evidencia cada vez mais a política "moderna" de "erradicar" a pobreza e reprimir a classe trabalhadora no seu desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Repudiamos veementemente este descaso e as atuais "políticas públicas".

Nós, reunidos no Congresso Brasileiro de Alfabetização, exigimos das autoridades a imediata ação para concretizarmos políticas públicas eficazes, com uma ampla discussão de toda a sociedade civil, bem como destes menores organizados em diversas entidades.

6. À Undime e ao Consed

Damos nosso total apoio à proposta da Undime e Consed no que se refere à aplicação dos recursos provenientes do salário-educação: 20% para a União, 60% para os Estados e 20% para os municípios.

7. Desativação de classes de educação de adultos

Considerando que a discussão desenvolvida nesse Congresso é a garantia de escola para todos: nenhum aluno fora da escola;

Considerando que todas as modalidades

de ensino devem inserir-se numa política global de educação;

Considerando que a educação de jovens e adultos deve fazer parte efetiva dessa política global de educação;

Considerando que defendemos a escola onde o aluno se encontra;

Considerando que defendemos a democratização da educação, com discussão permanente de todos os setores envolvidos no processo;

Considerando que defendemos a ampliação do número de salas de aula.

Nós participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização que defendemos os princípios acima citados, discordamos da forma como vem sendo tratada a desativação de salas de cursos de Educação de Adultos na Secretaria de Educação do Município de São Paulo (seguem 168 assinaturas).

8. Ensino superior gratuito e crédito educativo

Cabe comprometer os universitários beneficiados pelo ensino superior público em Universidades federais e estaduais e aqueles beneficiados pelo crédito educativo em retornarem à população os investimentos nele realizados através da elaboração e execução de projetos que visem a superação do analfabetismo.

9. Avaliação

Considerando que é possível buscar soluções para os problemas da alfabetização no interior da própria escola, propomos:

Uma mudança de postura das instâncias administrativas, diretivas e técnicas das escolas em relação à coleta de dados de matrícula, evasão e repetência;

Que as Secretarias de Educação passem a acompanhar a coleta de dados quantitativos de evasão e resistência pela avaliação qualitativa das causas que levam os alunos a evadir-se e serem reprovados;

Que as instâncias diretivas e pedagógicas das escolas elaborem relatórios analíticos, apontando as causas da evasão e repetência para que possam ser buscadas soluções adequadas a cada real: ade específica;

A revisão das relações administrativas e pedagógicas nas redes de ensino, visando a mudança da mentalidade autoritária, burocrática e os privilégios dos que exercem funções públicas sem responsabilidades e consciência social de suas funções.

10. Educação especial

Nós, educadores de Educação Especial participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização discutimos e decidimos que:

Estamos inseridos na luta das questões educacionais, também especificamente na metodologia de alfabetização, cientes de que toda a política nacional de alfabetização influenciará diretamente em todo processo educacional de nosso país, vindo portanto a necessidade de que sejamos incluídos em todas as formas de organização e luta pelo movimento de alfabetização.

Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, lançado pelo Presidente Collor, que pretende reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos próximos cinco anos, foi o principal assunto da mesa redonda "Políticas de Alfabetização" do CBA e alvo de inúmeras críticas.

Segundo a Secretária Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, Ledja Austrillino da Silva, o PNAC "não é um produto acabado que o governo entrega à sociedade", mas sim um projeto de mobilização do país. O Programa propriamente dito, segundo

Angela Cristina Fernandes



Ledja A. Silva, titular da SENE/MEC

GOVERNO CRIA COMISSÃO DO PNAC

Foi criada pelo decreto presidencial 99.519 de 11/09/90 a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, tendo como presidente de honra o senador João Calmon. Presidida pelo Ministro da Educação, são seus membros os titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CFE, INEP, CONSED, UNDIME, CRUB, MEB, Fund. Roquette Pinto, RAB, GETA e as seguintes "personalidades de notórios conhecimentos em programas de alfabetização": Anna Bernardes da S. Rocha, Celso Beisiegel, Eglê Franchi, Luiza de T. Vieira, Maria Adozinda Costa, Walter Garcia, Sérgio A. da S. Leite, Sônia Kramer, Thereza P. Firme, Maria Valdez de S. Barbosa, Lúcia Rolla Senna, Adolfo Homma, Maria Regina Cabral, Abiacy Fradique, Eurides Brito, Júlia Cury e Creuza M. Gomes Aragão.

Sônia Kramer solicitou a retirada de seu nome da Comissão, visto não ter sido consultada. O GETA também não foi previamente consultado para ser incluído na Comissão.

A Comissão do PNAC não foi ainda instalada. Até o momento existiram duas reuniões de um grupo executivo presidido pela Secretária Nacional de Educação Básica e composto pelos titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CRUB, UNDIME, CONSED e um representante das Delegacias do MEC nos Estados.

ela, será concebido e avaliado através de assembleias municipais, estaduais e nacional. Esta foi, aliás, a metodologia proposta pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), em 1989. O PNAC, no entanto, não deixa claras as reais dimensões da participação da sociedade na sua elaboração: se é para definir realmente a política geral de alfabetização a ser adotada no país (conforme proposta da CNAIA) ou para executar as determinações do Ministério da Educação.

Pela proposta da CNAIA, as assembleias municipais teriam o objetivo de elaborar um documento de diagnóstico, princípios, plano de ação, proposta e avaliação sobre uma política de alfabetização e educação básica, que seriam consolidadas nas assembleias estaduais e nacional. Já a proposta do PNAC coloca como objetivo das assembleias municipais apenas a elaboração de um "plano de ação".

Um outro ponto de interrogação é se o PNAC não se constituirá em mera campanha nacional de alfabetização, como outras que

tivemos no país, com um teor demagógico e eleitoreiro, nas quais a qualidade da alfabetização, a quantidade de recursos e o próprio conceito de alfabetização adotado levaram ao fracasso.

A meta estabelecida pelo PNAC, de alfabetizar 17 milhões até 1995, sem que até o presente momento tenha sido apresentado um planejamento sério, está sendo encarado com ceticismo por educadores e interpretado, por muitos, como mais uma tentativa de campanha, a se constituir como sistema paralelo e independente ao sistema regular de ensino existente.

O fato do atual governo estar adotando uma política econômica recessiva também causa desconfianças em relação à seriedade e eficácia de uma proposta como o PNAC. A principal causa do analfabetismo é a situação de miséria em que vive grande parte da população. Nesse sentido, pensar a questão da erradicação do analfabetismo sem levar em consideração a erradicação de suas causas é uma demonstração de incoerência.

Angela Cristina Fernandes



Delegações comemoram final do Congresso Brasileiro de Alfabetização

DELEGAÇÕES PRESENTES AO CBA

Acre, Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os Estados que, junto aos 35 municípios de São Paulo, enviaram delegações ao CBA.

Além dos paulistas, as delegações mais numerosas eram provenientes da capital federal (Brasília, Sobradinho, Ceilândia), Minas (Ipatinga, Timóteo, Belo Horizonte e Juiz de Fora) e Pernambuco (Recife, Olinda, Cabo, Jaboatão). Em meio às diferentes delegações, destacava-se a presença de três representantes da nação guarani, índios da aldeia Morro da Saudade, localizada em Parelheiros, São Paulo.

EXPEDIENTE

Este Boletim é uma publicação do GETA — Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Endereços para contato:

VEREDA — Centro de Estudos em Educação

R. Purpurina, 287 — Cep:05435 — São Paulo — SP • Fone: (011) 210-5249

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 — Cep:01238 — São Paulo — SP

Fone: (011) 825-5544 • Fax: (11) 825-7861 • Telex: 11 26561 ECUMBR

Boletim do Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Número 4 • São Paulo • Novembro de 1990

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO Apontando soluções

Dois mil educadores de vinte estados reuniram-se em São Paulo nos dias 14 a 16 de setembro no Congresso Brasileiro de Alfabetização.

O CBA contou com a presença de educadores renomados e autoridades educacionais em mesas-redondas, painéis, conferências, reuniões de grupos e plenárias. Foram marcantes os pronunciamentos políticos da prefeita paulistana Luiza Erundina na sessão de abertura, da secretária de educação do Paraná Gilda Poli na mesa-redonda sobre Políticas de Alfabetização e de Paulo Freire e Darcy Ribeiro no encerramento. Os debates relativos à Formação do Alfabetizador, Pré-Escola e Séries Iniciais, Alfabetização de Deficientes, Movimentos Populares e Alfabetização foram os mais concorridos. Mas quem esperava que apenas as palestras atrairiam o grande público se enganou, pois a participação dos congressistas nos grupos de discussão e painéis de relatos de experiências foi surpreendente. Até mesmo uma passeata, não planejada, aconteceu no último dia, do Largo de São Francisco à Casa de Caetano de Campos, onde foram realizados a plenária final e o encerramento.

Ao final dos trabalhos foi aprovada uma declaração em que os congressistas reclamam prioridade para a educação, através de uma política nacional de com-



Douglas Mansur/Imagens da Terra

bate à pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico, de modo a garantir o direito de crianças, jovens e adultos à educação básica e continuidade do processo educativo. Propõe o combate ao preconceito que cerca o analfabeto e defende a necessidade de reconstrução do conceito de alfabetização, além da ampliação substancial dos recursos públicos destinados ao setor. Aponta como prioritárias a valorização e formação do magistério, bem como a promoção de pesquisas em alfabetização. Por fim, os congressistas propuseram a parti-

cipação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização.

O CBA foi promovido pelo GETA (Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização), uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis e do movimento popular, sindicatos e empresas, constituída em 89 com o objetivo de marcar o Ano Internacional da Alfabetização pela reflexão e ação em torno do problema do analfabetismo no Brasil.

Douglas Mansur/Imagens da Terra





Da esquerda da direita: Sônia Lins, Paulo Freire, Luiza Erundina, Maria Clara, Antônio Junqueira, Yvonne Khouri e Celso Beisiegel

O CBA foi aberto pelo Prof. Antônio Junqueira de Azevedo, Diretor da Faculdade de Direito da USP, em solenidade realizada na manhã do dia 14. Maria Clara Di Pierro, representando o GETA, lembrou o histórico do Grupo e os objetivos do Congresso. Em seguida falaram Sônia Lins, presidente do Corpo Municipal de Voluntários e os Profs. Celso Beisiegel e Yvonne Khouri, representando a USP e a PUC. Carmen Perez, da UNICEF, não pode comparecer.

A presença da Prefeita Luiza Erundina, acompanhada pelo Secretário de Educação Paulo Freire, foi saudada com prolongados aplausos da platéia que lotava o Salão Nobre da Faculdade de Direito. Paulo Freire afirmou sentir-se indignado com o sistema educacional brasileiro que expulsa as crianças das camadas populares; para ele, a expressão correta para designar tal processo não é “as crianças se evadem” e sim “as crianças são proibidas de ir à escola”. Luiza Erundina expôs as prioridades que orientam sua administração, entre elas a educação, e afirmou: “Acredito que todas as ações de governo são ações educativas e espero que deste congresso saiam decisões importantes que ajudem a resolver o problema da Educação no país.”

Angela Cristina Fernandes

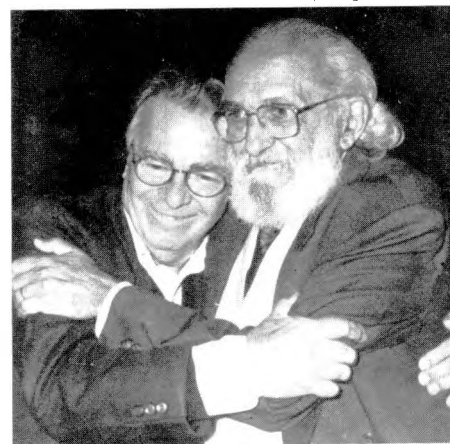


Gilda Poli e Paulo Freire

Alceu Ferrari, da ANPED, coordenou o debate sobre **Políticas de Alfabetização** que colocou lado a lado representantes da União, estados, municípios e professores. Ledja Austrilino, do MEC, expôs as linhas gerais do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania: “Ele será elaborado pelas assembleias municipais e estaduais”. Gilda Poli, Secretária do Para-

uma festiva chamada das 20 delegações presentes deu início à **Sessão de Encerramento** do CBA. Sônia Penin, do Fórum em Defesa da Escola Pública, apontou o risco da nova LDB não ser votada pela Câmara este ano. Darcy Ribeiro defendeu a escola de tempo integral e prometeu ser “o Senador da educação”. Paulo Freire comparou o CBA ao Congresso de Recife em 58, reafirmando sua convicção na alfabetização realizada junto ao movimento popular. Presentes também Lydia Lamparelli (representando o Secretário Estadual da Educação de SP) e Sônia Lins do CMV.

Reportagem Nacional



Darcy Ribeiro e Paulo Freire

ná e representante do CONSED criticou o governo federal e foi aplaudida: “Um programa sério deve conciliar política econômica com o projeto de alfabetização; afinal, os maiores índices de analfabetismo estão situados em áreas de carência econômica.” A representante do MEC irritou-se: “Ela não está falando em nome do CONSED, e sim de sua Secretaria.”

PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

14/09, sexta:

09:00-10:30 — Credenciamento/Projeção de vídeos
10:30-12:00 — Solenidade de Abertura
Coordenação: GETA
Antônio Junqueira de Azevedo (Diretor da Fac. Direito/USP)
Sônia Lins (Presidente do Corpo Municipal de Voluntários)
Celso de Rui Beisiegel (Pró Reitor de Graduação/USP)
Yvonne Khouri (diretora do Centro de Educação da PUC/SP)
Luiza Erundina (Prefeita do Município de São Paulo)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação de SP)
14:00-17:00 — Mesa Redonda: Políticas de Alfabetização
Coordenação: Alceu R. Ferrari (Presidente da ANPED)
Ledja A. da Silva (Secretaria de Educação Básica do MEC)
Gilda Poli (Secret. Educ. do Paraná, representando o Consed)
Maria Zilda Cunha Lopes (CENP/Sec. Estad. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secret. Munic. de Educação de SP)
Ana Rosa B. Gomes (Conf. Nac. dos Trabalhadores em Educação)
17:00-19:00 — Projeção de vídeos
19:00-21:30 — Mesa Redonda: Cultura e Letramento
Coordenação: Luiz R. Alves (Sec. Mun. Ed. S. Bernardo Campo)
Vanilda Paiva (Univ. Fed. Rio de Janeiro)
José Américo Pessanha (UFRJ, IESAE-FGV, Centro Cultural SP)

15/09, sábado:

09:00-12:00 — Painéis de relato de experiências
• Políticas públicas de alfabetização
Coordenação: Elba S. Sá Barreto (USP, Fund. Carlos Chagas)
Marília Duran (CENP/Sec. Est. de Educação de São Paulo)

João Batista dos Mares Guia (Sec. Mun. de Educ. de Contagem)

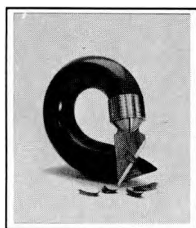
Ana Maria Saul (PUC/SP, Sec. Mun. de Educ. de São Paulo)
• Formação do educador/alfabetizador em serviço
Coordenação: Ana Lúcia Lopes (Esc. Novo Horizonte)
Telma Weisz (Centro de Est. Escola da Vila)
Marieta Nicolau (Fac. de Educ. USP)
Maria Adozinda Costa (Sec. Est. Educ. PE, Sec. Mun. Cabo)
• Leitura e Bibliotecas Escolares
Coordenação: Edmir Perroti (Esc. Com. e Artes da USP)
Valda Antunes (Prog. Nac. Bibliotecas Esc. do MEC)
Maria Aparecida C. Magnani (Fund. Des. Educ. de SP)
Maria da Graça Segollin (PUC/SP)
Rui Grillo (Sec. Mun. Educ. de SP)
• Meios de Comunicação e Alfabetização
Coordenação: Yvonne Khouri (PUC/SP)
Vinicius Artur de Lima (Fac. Comunicação da UnB)
Maria Eugênia Stein (MIS-RJ, TV Manchete)
Ana Lagoa (Revista Nova Escola)
• Movimentos Populares e Alfabetização
Coordenação: Maria Stella Graziani (PUC/SP, MOVA-SP)
Maria Francisca da Silva (Esc. Comunitárias de Recife)
Francisco de A. M. de Oliveira (Proj. Seringueiro, Xapuri)
Francisco de Assis Ferreira (Mov. Educ. Zona Leste S. Paulo)
• Alfabetização de Deficientes
Coordenação: Marcos J. da S. Mazzota (Fac. de Educ. da USP)
Luis Augusto de Paula Souza (PUC/SP, Pref. Mun. Diadema)
Nádia Helito Chacur (DERDIC)
12:00-14:00 — Projeção de vídeos
14:00-17:00 — Trabalho em grupos com texto-base do CBA
17:00-18:00 — Projeção de vídeos

18:00-20:00 — Mesas Redondas

• Alfabetização de adultos na América Latina
Coordenação: Sérgio Haddad (CEDI)
Nilton Santos (jornalista, Nicarágua)
Moacir Gadotti (Fac. de Educ. da USP)
• Alfabetização infantil; uma abordagem interdisciplinar
Coordenação: Maria Regina Muf (USP-IP)
Terezinha Nunes Carraher (Univ. Fed. de PE)
Luis Carlos Cagliari (Inst. Est. Ling. da UNICAMP)
• Pré-escola e séries iniciais: a continuidade necessária
Coordenação: Maria Malta Campos (USP-FE, F. C. Chagas)
Sônia Kramer (UERJ e PUC/RJ)
Regina de Assis (PUC/RJ)
Vital Didonet (Sec. Nac. de Educ. Bas. do MEC)
• A criança e a leitura
Coordenação: M. Alice Setubal S. e Silva (CENPEC)
João Wanderlei Geraldi (UNICAMP)
Maria Helena Martins (UFRGS)
Maria Lúcia Zoega de Souza (CEVEC)

16/09, domingo:

09:00-11:30 — Comunicações
• Projetos de Pesquisa sobre Alfabetização
• Relatos de Experiências na Pré-escola
• Relatos de Experiências em Séries Iniciais
• Relatos de Experiências com Adultos
13:30-15:30 — Plenária final
16:00-18:00 — Solenidade de Encerramento
Sônia Penin (Fórum em Defesa da Escola Pública)
Lydia Lamparelli (Secret. Est. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação, S. Paulo)
Darcy Ribeiro (ex-Secret. de Educ. do RJ)



Documento Final do CBA

Apontando soluções

1. INTRODUÇÃO

A Unesco declarou **1990 Ano Internacional da Alfabetização** como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o **Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)**, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dez meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o **Congresso Brasileiro de Alfabetização** nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, tendo sido discutido e aprovado no Congresso.

2. DIMENSIONANDO O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas.

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evolui de maneira similar aos demais países latinoamericanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de

escolas, menores investimentos em material didático, etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que têm acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos gover-

nos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latinoamericana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de US\$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias cuja renda per capita não supera dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio mínimo. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem,

Quadro 1

Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos e mais a partir de 1920

Ano	Fonte	Total	Analfabetas	%
1920	*	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	*	23.709.769	13.269.381	56,0
1950	*	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	*	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	*	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	*	73.541.943	18.716.847	25,5
1982	**	76.534.782	17.685.987	23,1
1984	**	81.140.959	17.273.309	21,3
1986	**	86.554.036	17.320.725	20,0
1987	**	88.816.170	17.456.384	19,7

Fonte: IBGE

* Censo

** PNAD

Quadro 2

Brasil Analfabetos por região População de 5 ou mais anos 1980

Região	População	Analfabetos	%
Norte	4.051.297	801.297	19,7
Nordeste	35.776.034	15.474.144	43,2
C.-Oeste	8.683.069	1.953.083	22,4
Sudeste	56.855.869	9.296.260	16,3
Sul	19.648.325	3.177.849	16,1
Brasil	141.382.535	30.702.633	24,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — IBGE, 88

muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

3. A CRISE DA ESCOLA PÚBLICA

Escolas em número insuficiente, falta de vagas nas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares, configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, alcança mais da metade das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que frequentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US\$ 19,2 bilhões)

em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à universalização do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo federal continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2º grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1º grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O plano de alfabetização anunciado pelo Ministro da Educação destina à alfabetização e 1º grau serão de Cr\$ 10 bilhões em 1990 e Cr\$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos são insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especialmente se os compararmos aos Cr\$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr\$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à alfabetização, o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu US\$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70. A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr\$ 50 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A Medida Provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, a Medida desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1º grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham giz e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo;

outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

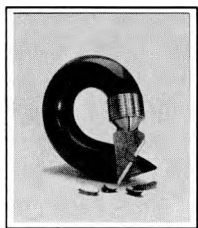
Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas.

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

FONTES DE CONSULTA

- ANDE. *Prioridades para a educação nacional*. São Paulo, mimeo, 1990.
- CEDI. *Analfabetismo no Brasil; Ano Internacional da Alfabetização; Dossiê de Imprensa 89/90*. São Paulo, CEDI, 1990.
- COMISSÃO NACIONAL DO ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO. *"Alfabetizar e Libertar"*. *Boletim Articulação* (21), São Luís, ASP/RAAB, 1990.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. UNESCO, 1990.
- FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS — EDUCAR. *Erradicação do Analfabetismo: 1989-1999; indicações preliminares*. Brasília, março 1989.
- FLETCHER, P.R. & RIBEIRO, S.C. *"O ensino de primeiro grau no Brasil de hoje"*. *Em Aberto*, 6 (33), Brasília: I-10. I-NEP, jan/mar 1987.
- GETA. *"Resoluções do 2º Encontro Estadual de Alfabetização"*. *Boletim do GETA* (3). São Paulo, GETA, abril 1990.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil, 1989*.
- . *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1988*.
- STROMQUIST, N.P. & KOUANGA, N. *Feasibility study for the creation of a world literacy center: a global response to a global problem*. mimeo, 1990.
- TEDESCO, J.C. et al. *"La enseñanza básica y el analfabetismo en América Latina y el Caribe"*. In: *Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile, UNESCO/OREALC, dez. 1989. (Boletim, 20)
- THE WORLD BANK. *World Development Report 1990; World development indicators*. Washington, USA, Oxford University Press, jun. 1990.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância 1990*. Brasília, UNICEF, 1990.



Declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes proposições:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

A. PRIORIZAR A EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE ÀS RAÍZES ESTRUTURAIS DA POBREZA, PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensi-

no básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exíguos para "erradicar" o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Esses programas vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e em especial a educação fundamental e a superação do analfabetismo, no sentido de que o sistema nacional de educação, na sua organização e funcionamento — da educação infantil à universidade — traduza uma política de educação vinculada a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

B. COMBATER O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AO ANALFABETO, RECONSTRUINDO O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é "o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples". Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como garantir o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade.

C. GARANTIR O DIREITO DE TODOS À ALFABETIZAÇÃO, À ESCOLARIZAÇÃO E À CONTINUIDADE DO PROCESSO EDUCATIVO

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização tem, portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação de crianças, de jovens e adultos.

D. AMPLIAR SUBSTANCIALMENTE OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação, reformulação da jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar, com recursos distintos.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios, diz, nas disposições transitórias, que 50% desses recursos devem obrigatoriamente ser destinados à universalização do ensino fun-

damental e eliminação do analfabetismo, nos dez anos seguintes à promulgação da Constituição, o que não vem sendo respeitado. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo, por falta de uma conceituação precisa do que seja manutenção e desenvolvimento do ensino. Faz-se então, urgente, exigir do Poder Executivo e dos legisladores a revisão de sua destinação. Indispensável, também, garantir o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre as esferas públicas (União-Estados-Municípios), uma vez que, em face de uma equivocada política de municipalização do ensino, aos municípios têm sido repassados serviços e responsabilidades incompatíveis com seus recursos financeiros e estrutura. Além disso é necessário a criação de meios que possibilitem à sociedade civil um controle efetivo dos recursos públicos, repudiando qualquer forma de favoritismo político.

Os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver uma política de captação de novos recursos para a educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, **como mais uma alternativa**, apoiamos, a posição assumida pelos países latinoamericanos em Quito², de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica, a fundo perdido. A aplicação desses recursos deverá ser fiscalizada pela sociedade civil, através das instituições representativas de classe envolvidas com a Educação.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamen-

to em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

E. VALORIZAR O MAGISTÉRIO, PROMOVER A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E A PESQUISA EM ALFABETIZAÇÃO

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente **eleva os padrões de remuneração do magistério** e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um **piso salarial nacional** que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social e política de sua função.

É necessário assegurar aos professores um estatuto que garanta uma perspectiva de **carreira** que incentive sua permanência no magistério, sua ascensão funcional por qualificação bem como uma **jornada de trabalho** que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores é condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma **política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores.**

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2º grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos; mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2º grau, criando uma

área no currículo especificamente voltada para formação de professores alfabetizadores, elevando a oferta de profissionais habilitados e proporcionando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, o resgate e o apoio à sistematização das práticas, a divulgação de inovações, a formação de novos professores e a sua integração com a comunidade escolar para a elaboração de propostas conjuntas de aperfeiçoamento de professores.

F. GARANTIR PARTICIPAÇÃO CONJUNTA DE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL NA DEFINIÇÃO DE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

O governo federal não deve impor à sociedade civil um programa de alfabetização. Um programa dessa natureza, além de implicar na cooperação efetiva entre estados, municípios e União, deve ser formulado e acompanhado por uma comissão nacional, composta por representantes das três esferas governamentais (MEC, Consed, Undime), bem como por representantes de entidades nacionais, como OAB, CNBB, CUT, etc.

São Paulo, setembro de 1990.

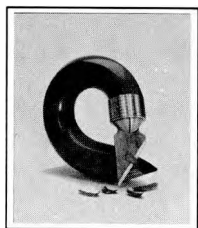
Notas

1. Conceito adotado pela ONU e usado pelo IBGE, o qual diminui substancialmente o número de analfabetos nos cômputos estatísticos.
2. Consulta regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, novembro/dezembro 1990)

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Plenário vota documento final



Moções aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização

1. Destinação do documento final

1.1. Promover discussões, nos locais de origem dos participantes e em outros onde for possível, sobre o evento e seus resultados, buscando comprometer as instituições públicas e privada e os movimentos nesse debate.

1.2. Enviar a "Declaração" do CBA a todos os órgãos centrais das secretarias de educação dos estados e municípios, aos representantes no poder legislativo dos estados e da federação, aos órgãos centrais do MEC, além de divulgá-lo junto a todo o magistério através de seus órgãos representativos, junto às universidades e instituições isoladas de ensino superior, às escolas privadas, à imprensa e demais organizações da sociedade civil.

2. Continuidade do GETA (indicação)

Considerando:

que o CBA revela o desejo de participação para a superação da questão do analfabetismo no país;

que é necessário que a luta pela superação da questão do analfabetismo se faça de forma articulada a nível nacional;

que este congresso está levantando propostas que torna necessária a criação de mecanismos de encaminhamento, fiscalização e cobrança;

Propomos a ampliação do GETA como um espaço democrático, informal de articulação de entidades, movimentos e demais instituições ligadas à questão da alfabetização. Essa articulação acontecerá em torno de atividades concretas e comuns.

O GETA não terá estrutura formal, o que significa que não terá um corpo diretivo constituído em cargos e funções definidas.

Sugerimos, num primeiro momento, que esses espaços sejam criados a nível municipal, estadual e, nos locais onde já existem, sejam fortalecidos. Será realizada uma reunião, onde se discutirão questões referentes à operacionalização do GETA. Esta reunião, em data e local a serem definidos neste congresso, deve discutir entre outras questões critérios de participação, local de referência, bem como plano de ação inicial.

O plano de ação inicial proposto inclui:

a. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania;

b. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente à Lei de Diretrizes e Bases.

3. Continuidade do trabalho de articulação

3.1. Buscar articulação nacional que permita realizar um novo Congresso, precedido de preparação prévia através de discussões de âmbito regional/local.

3.2. Levantar práticas/experiências em desenvolvimento na área da alfabetização e incentivar a organização de grupos de estudo/trabalho que farão parte do próximo encontro,

cujo contato e credenciamento terá no GETA, em São Paulo, o ponto de referência.

4. Ao Congresso Nacional

Considerando que muitos dos indicativos apontados na "Declaração" do CBA estão contemplados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional; e considerando que o referido projeto é representativo dos anseios de amplos segmentos da sociedade civil ligadas à educação; **exigimos dos senhores senadores e deputados a sua votação ainda nesta legislatura.**

5. Sobre o menor

Conforme relatório da Anistia Internacional, no ano de 89 foram assassinados 458 menores abandonados nas ruas de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Este e outros "números" da situação do menor no Brasil, bem como a existência de 30 milhões de analfabetos, situam o problema no campo do descaso das autoridades em efetivar uma política pública de integração desses menores na convivência social digna e na preparação para o exercício da cidadania plena.

As política altamente recessivas, os investimentos em "segurança" que acabam por ampliar a violência contra os menores, a não punição dos assassinos e a não investigação das causas que levam à morte centenas de menores abandonados, a exploração no mercado de trabalho, a exclusão da escola, a repressão nas "fundações" de bem-estar etc são as respostas dadas pelas autoridades públicas à questão do menor. Este descaso evidencia cada vez mais a política "moderna" de "erradicar" a pobreza e reprimir a classe trabalhadora no seu desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Repudiamos veementemente este descaso e as atuais "políticas públicas".

Nós, reunidos no Congresso Brasileiro de Alfabetização, exigimos das autoridades a imediata ação para concretizarmos políticas públicas eficazes, com uma ampla discussão de toda a sociedade civil, bem como destes menores organizados em diversas entidades.

6. À Undime e ao Consed

Damos nosso total apoio à proposta da Undime e Consed no que se refere à aplicação dos recursos provenientes do salário-educação: 20% para a União, 60% para os Estados e 20% para os municípios.

7. Desativação de classes de educação de adultos

Considerando que a discussão desenvolvida nesse Congresso é a garantia de escola para todos: nenhum aluno fora da escola;

Considerando que todas as modalidades

de ensino devem inserir-se numa política global de educação;

Considerando que a educação de jovens e adultos deve fazer parte efetiva dessa política global de educação;

Considerando que defendemos a escola onde o aluno se encontra;

Considerando que defendemos a democratização da educação, com discussão permanente de todos os setores envolvidos no processo;

Considerando que defendemos a ampliação do número de salas de aula.

Nós participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização que defendemos os princípios acima citados, discordamos da forma como vem sendo tratada a desativação de salas de cursos de Educação de Adultos na Secretaria de Educação do Município de São Paulo (seguem 168 assinaturas).

8. Ensino superior gratuito e crédito educativo

Cabe comprometer os universitários beneficiados pelo ensino superior público em Universidades federais e estaduais e aqueles beneficiados pelo crédito educativo em retornarem à população os investimentos nele realizados através da elaboração e execução de projetos que visem a superação do analfabetismo.

9. Avaliação

Considerando que é possível buscar soluções para os problemas da alfabetização no interior da própria escola, propomos:

Uma mudança de postura das instâncias administrativas, diretivas e técnicas das escolas em relação à coleta de dados de matrícula, evasão e repetência;

Que as Secretarias de Educação passem a acompanhar a coleta de dados quantitativos de evasão e resistência pela avaliação qualitativa das causas que levam os alunos a evadir-se e serem reprovados;

Que as instâncias diretivas e pedagógicas das escolas elaborem relatórios analíticos, apontando as causas da evasão e repetência para que possam ser buscadas soluções adequadas a cada realidade específica;

A revisão das relações administrativas e pedagógicas nas redes de ensino, visando a mudança da mentalidade autoritária, burocrática e os privilégios dos que exercem funções públicas sem responsabilidades e consciência social de suas funções.

10. Educação especial

Nós, educadores de Educação Especial participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização discutimos e decidimos que:

Estamos inseridos na luta das questões educacionais, também especificamente na metodologia de alfabetização, cientes de que toda a política nacional de alfabetização influenciará diretamente em todo processo educacional de nosso país, vindo portanto a necessidade de que sejamos incluídos em todas as formas de organização e luta pelo movimento de alfabetização.

Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, lançado pelo Presidente Collor, que pretende reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos próximos cinco anos, foi o principal assunto da mesa redonda "Políticas de Alfabetização" do CBA e alvo de inúmeras críticas.

Segundo a Secretária Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, Ledja Austrillino da Silva, o PNAC "não é um produto acabado que o governo entrega à sociedade", mas sim um projeto de mobilização do país. O Programa propriamente dito, segundo

Angela Cristina Fernandes



Ledja A. Silva, titular da SENE/MEC

GOVERNO CRIA COMISSÃO DO PNAC

Foi criada pelo decreto presidencial 99.519 de 11/09/90 a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, tendo como presidente de honra o senador João Calmon. Presidida pelo Ministro da Educação, são seus membros os titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CFE, INEP, CONSED, UNDIME, CRUB, MEB, Fund. Roquette Pinto, RAAB, GETA e as seguintes "personalidades de notórios conhecimentos em programas de alfabetização": Anna Bernardes da S. Rocha, Celso Beisiegel, Eglê Franchi, Luiza de T. Vieira, Maria Adozinda Costa, Walter Garcia, Sérgio A. da S. Leite, Sônia Kramer, Thereza P. Firme, Maria Valdez de S. Barbosa, Lúcia Rolla Senna, Adolfo Homma, Maria Regina Cabral, Abiacy Fradique, Eurides Brito, Júlia Cury e Creuza M. Gomes Aragão.

Sônia Kramer solicitou a retirada de seu nome da Comissão, visto não ter sido consultada. O GETA também não foi previamente consultado para ser incluído na Comissão.

A Comissão do PNAC não foi ainda instalada. Até o momento existiram duas reuniões de um grupo executivo presidido pela Secretária Nacional de Educação Básica e composto pelos titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CRUB, UNDIME, CONSED e um representante das Delegacias do MEC nos Estados.

ela, será concebido e avaliado através de assembleias municipais, estaduais e nacional. Esta foi, aliás, a metodologia proposta pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), em 1989. O PNAC, no entanto, não deixa claras as reais dimensões da participação da sociedade na sua elaboração: se é para definir realmente a política geral de alfabetização a ser adotada no país (conforme proposta da CNAIA) ou para executar as determinações do Ministério da Educação.

Pela proposta da CNAIA, as assembleias municipais teriam o objetivo de elaborar um documento de diagnóstico, princípios, plano de ação, proposta e avaliação sobre uma política de alfabetização e educação básica, que seriam consolidadas nas assembleias estaduais e nacional. Já a proposta do PNAC coloca como objetivo das assembleias municipais apenas a elaboração de um "plano de ação".

Um outro ponto de interrogação é se o PNAC não se constituirá em mera campanha nacional de alfabetização, como outras que

tivemos no país, com um teor demagógico e eleitoreiro, nas quais a qualidade da alfabetização, a quantidade de recursos e o próprio conceito de alfabetização adotado levaram ao fracasso.

A meta estabelecida pelo PNAC, de alfabetizar 17 milhões até 1995, sem que até o presente momento tenha sido apresentado um planejamento sério, está sendo encarado com ceticismo por educadores e interpretado, por muitos, como mais uma tentativa de campanha, a se constituir como sistema paralelo e independente ao sistema regular de ensino existente.

O fato do atual governo estar adotando uma política econômica recessiva também causa desconfianças em relação à seriedade e eficácia de uma proposta como o PNAC. A principal causa do analfabetismo é a situação de miséria em que vive grande parte da população. Nesse sentido, pensar a questão da erradicação do analfabetismo sem levar em consideração a erradicação de suas causas é uma demonstração de incoerência.

Angela Cristina Fernandes



Delegações comemoram final do Congresso Brasileiro de Alfabetização

DELEGAÇÕES PRESENTES AO CBA

Acre, Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os Estados que, junto aos 35 municípios de São Paulo, enviaram delegações ao CBA.

Além dos paulistas, as delegações mais numerosas eram provenientes da capital federal (Brasília, Sobradinho, Ceilândia), Minas (Ipatinga, Timóteo, Belo Horizonte e Juiz de Fora) e Pernambuco (Recife, Olinda, Cabo, Jaboatão). Em meio às diferentes delegações, destacava-se a presença de três representantes da nação guarani, índios da aldeia Morro da Saudade, localizada em Parelheiros, São Paulo.

EXPEDIENTE

Este Boletim é uma publicação do GETA — Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Endereços para contato:

VEREDA — Centro de Estudos em Educação

R. Purpurina, 287 — Cep:05435 — São Paulo — SP • Fone: (011) 210-5249

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 — Cep:01238 — São Paulo — SP

Fone: (011) 825-5544 • Fax: (11) 825-7861 • Telex: 11 26561 ECUMBR

Boletim do Geta

Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização

Número 5 • São Paulo • Junho 91

O engajamento de setores progressistas no PNAC

Desde o início de sua elaboração, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) provocou desconfiança entre aqueles que já tinham algum trabalho anterior com a questão da alfabetização no Brasil. As experiências de Campanhas de Alfabetização na América Latina, mesmo quando batizadas de programas, movimentos, cruzadas, etc. não costumam ter resultados animadores. Além disso, a falta de compromisso anterior tanto do Presidente como do seu Ministro da Educação indicava uma forte probabilidade do PNAC ser apenas um artifício mercadológico destinado a impressionar a opinião pública e organismos internacionais, ambos muito sensíveis aos altíssimos índices de analfabetismo no país.

Esta desconfiança cresceu consideravelmente quando começaram a ser ouvidos os primeiros pronunciamentos dos técnicos do MEC encarregados da concepção do PNAC. As colocações, normalmente inconsistentes, apenas enfatizavam a disposição governamental em ouvir a sociedade, sem impor "soluções" de gabinete. À preocupação quanto a falta de disposição política na implementação do Programa, começou a juntar-se a suspeita da falta técnica do pessoal responsável pela sua implantação.

Infelizmente esta suspeita confirmou-se com a baixa qualidade do documento distribuído pelo MEC que consubstanciou o PNAC. A um objetivo genérico juntaram-se metas aleatórias e algumas sugestões operacionais. Neste documento, esboçava-se uma estrutura de direção do Programa composta por Comissões Municipais cujos representantes elegeriam Comissões Estaduais cujos representantes elegeriam uma Comissão Nacional. O "Programa" apontava um cronograma em que estas eleições deveriam ocorrer.

Toda a desconfiança com o PNAC não foi suficiente para que os setores progressistas e comprometidos com a alfabetização de crianças e adultos (entre os quais se colocam grande parte dos participantes do GETA) se negasse, ao menos, inicialmente, com o PNAC.

As causas desta atitude foram várias:

Em primeiro lugar, a magnitude do analfabetismo brasileiro é tão grande que seria irresponsável desprezar "a priori" qualquer iniciativa governamental que visasse minorá-lo. Por menor que seja a confiabilidade da iniciativa sempre existe a esperança de poder enriquecê-la e ampliá-la. Historicamente a alfabetização tem sido uma preocupação dos setores progressistas. Muitas ações foram desenvolvidas e muito conhecimento acumulado. Negar a contribuição deste conhecimento só se justificaria com a certeza da inutilidade desta contribuição. Esta certeza só seria possível após uma tentativa séria de participação.

Considerou-se também que o PNAC, ao optar, ainda que de forma pouco clara, por uma estrutura de Coordenação por Comissões Municipais, Estaduais e Nacional eleitas, abria

um espaço para o estabelecimento de critérios objetivos na distribuição de recursos. Estes critérios poderiam diminuir a manipulação de verbas para a educação com objetivos eleitorais, prática tradicional no Brasil.

A participação na elaboração destes critérios e a fiscalização do seu cumprimento seria uma contribuição significativa dos setores progressistas no uso correto das verbas públicas para enfrentar o analfabetismo brasileiro.

Outro motivo que levou os setores progressistas a não recusarem sua participação inicial no PNAC foi a crença na força da transparência como elemento capaz de induzir um programa, ainda que falho, a perseguir seus objetivos. Consideraram que quanto mais ocultos fossem seus procedimentos e diretrizes, maiores seriam as possibilidades de abandono dos seus objetivos para ser engolido por interesses inconfessáveis e transformar-se em mais um fracasso no campo da alfabetização a exemplo do Mobral e da sua sucessora Educar. Buscar informações e divulgá-las seria uma atividade para impedir o desvirtuamento da proposta inicial. Obter informações confiáveis supõe participação.

Finalmente foi considerado que, falhando todo o esforço para tornar o PNAC viável e útil, seria necessário denunciá-lo à sociedade brasileira. Avaliou-se que nesta hipótese, tal denúncia teria maior repercussão e credibilidade por ser feita por quem houvesse se empenhado no sucesso do Programa. Isto afastaria a suspeita de denúncia revanchista ou de oposição sistemática e parcial.

Eis aí, em síntese, as principais razões que levaram setores progressistas envolvidos com a alfabetização a se engajarem inicialmente no PNAC. Torna-se necessário agora, decorridos mais de seis meses de início do Programa, uma reavaliação da questão que indique os rumos a seguir com relação à continuação ou não da participação no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

Expediente

Boletim do GETA é produzido pelo Comitê Executivo do Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização.

Contato:

GETA a/c

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Fone: (011) 825-5544 / Fax: (11) 825-7861

Telex 11 26561 ECUMBR

ou

VEREDA Centro de Estudos em Educação

Rua Purpurina, 287 — 05435 — São Paulo — SP

Fone: (011) 210-5249

Mostra nacional de trabalhos em alfabetização

A primeira Mostra de Trabalhos em Alfabetização será realizada acoplada à 6ª CBE, compreendendo os seguintes temas: **pré-escola, primeiro grau, educação de jovens e adultos, movimentos populares e formação de educadores.**

A idéia é abrir oportunidades para que os alfabetizadores, o professor de sala de aula (sem desprezar os "estudiosos" e "especialistas", é claro) mostrem e discutam o que estão fazendo, não importa que se refira à pré-escola, ao primeiro grau ou ao ensino de adultos.

O que mostrar?

Painéis: cartazes com fotos, desenhos, diagramas etc., com a presença dos autores.

Comunicações orais de experiências (20 minutos).

Vídeos: 15 a 20 minutos.

Materiais produzidos por alfabetizandos (crianças, jovens e adultos)

Inscrições até 15/07/91 (para apresentar trabalho) ou até 30/07/91 (apenas participação). Enviar resumo ou descrição do que será apresentado (20 linhas).

Fichas de inscrição serão enviadas pelo correio.

Os cartazes deverão ser enviados à Comissão Organizadora até 15/8.

Como fazer?

A idéia já foi divulgada numa circular de 5 de abril passado. Antes de mais nada, é necessário levantar sugestões e adesões.

Seu grupo ou instituição está interessado em participar?

O que poderia apresentar?

Tem alguma sugestão sobre a organização da mostra?

Em que aspectos sua instituição ou grupo pode colaborar?

Escreva para a comissão organizadora, aos cuidados de:

Maria Cecília Ayres Moreira;

Elizabeth Castelão Martins;

Marlene Coelho Alexandroff

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/DOT

Rua Diogo de Faria 1247, sala 43

04037 São Paulo SP

Fones (011) 549-3255/2604 544-4953/4147

Agenda do PNAC

Convocada pela Comissão Estadual do PNAC, realizou-se em 9/4/91, na Faculdade de Direito da USP, o *Congresso Paulista do PNAC*, com a participação de 520 representantes de 207 municípios do estado de S. Paulo. Pela manhã falaram representantes do MEC, das secretarias Estadual e Municipal de Educação da Capital, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da União dos Dirigentes Municipais de Ensino. O pró-reitor de graduação da USP, Celso Beisiegel, proferiu palestra. À tarde os congressistas emendaram o documento elaborado pela Comissão Estadual do PNAC e elegeram os representantes paulistas para reunião nacional em Brasília.

O número de participantes no Congresso Paulista do PNAC surpreendeu os organizadores, face à precariedade de sua organização, demonstrando que a chancela do MEC ainda tem poder de convocação. A Comissão Estadual do PNAC (na qual o GETA tem representantes), porém, não tem tido o respaldo do MEC e a participação das entidades que se poderia esperar. A persistir esse esvaziamento e desorganização, a Comissão não será capaz de levar a cabo os compromissos firmados no documento estadual. O principal problema enfrentado pela Comissão Estadual é que ela não tem assegurado qualquer poder para influir na alocação de recursos do PNAC.

A *Reunião Preparatória à Conferência Nacional de Alfabetização*, convocada pela Comissão Nacional do PNAC e pela Secretaria Nacional de Educação Básica do MEC, transcorreu em Brasília dias 18 a 20/4/91.

Divididos em grupos de trabalho, cerca de 500 representantes

dos estados discutiram e fizeram recomendações sobre financiamento da educação básica, melhoria da qualidade do ensino para crianças e adultos, formação de educadores, cooperação entre esferas de governo, relacionamento entre Estado e sociedade civil e sobre a estrutura e o funcionamento do PNAC.

As propostas aprovadas na reunião deverão subsidiar a Declaração Nacional de Educação para Todos e o Plano de Ação que serão aprovados na Conferência Brasileira de Alfabetização, a realizar-se no segundo semestre. Divergências entre os presentes impediram a aprovação de um regimento para a Conferência, atribuição esta que foi delegada à Comissão Nacional do PNAC.

No transcorrer da reunião ficaram evidentes a heterogeneidade na organização e os diferentes graus de participação na elaboração do PNAC nos estados, assim como o descrédito com que as propostas do MEC são recebidas entre os educadores. Os participantes da reunião não pouparam críticas ao MEC, que respondeu com declarações de boas intenções.

A Embratel retransmitiu em seus auditórios nos estados o *Encontro Internacional de Alfabetização*, realizado em Brasília de 3 a 5 de maio. Participaram do Encontro o Diretor Geral da Unesco, Federico Mayor, entre outros representantes de organismos internacionais de cooperação. Os ministros de 8 países expuseram suas políticas de educação básica, tendo se destacado o relato da experiência de Portugal.

Embora o MEC tivesse expectativas de obter apoio e financiamento dos bancos internacionais para o PNAC, o Encontro não resultou em negociações concretas.

Oito meses do PNAC

A dança dos números

O anúncio do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania desencadeou expectativas nos meios educacionais de que os sistemas públicos de ensino e as entidades comunitárias pudessem vir a receber recursos adicionais para superar as graves dificuldades que vêm enfrentando para a manutenção e ampliação dos serviços de educação básica de crianças, jovens e adultos.

Procuramos acompanhar através da imprensa diária os recursos atribuídos ao PNAC e sua distribuição. Os dados que se seguem mostram sérias contradições entre o discurso e a prática do governo federal no emprego das verbas do PNAC.

Em 11/09/90 o Presidente da República lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, cuja meta é alfabetizar em 5 anos 6 milhões de crianças de 7 a 14 anos e 25 milhões de analfabetos maiores de 15 anos. O Ministro Chiarelli anunciou dispor de Cr\$ 10 bilhões para o PNAC em 1990 e mais Cr\$ 40 bilhões para 1991, sabidamente insuficientes para qualquer programa de educação básica de maior envergadura. Cogitava-se na obtenção ainda em 1990 de Cr\$ 6 bilhões adicionais, oriundos do excesso de arrecadação, a depender de aprovação do Congresso.

Uma semana antes, porém, o Presidente havia vetado o inciso VII do artigo 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso, que garantiria mais recursos para o MEC implementar projetos de educação básica. Ao fazê-lo, a Presidência descumpriu o Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição, que reserva para a alfabetização 50% dos recursos vinculados à educação.

Os estados se debatiam com a falta de recursos, pois até o mês de setembro o MEC não havia liberado um só tostão da quota federal do salário educação, acumulada desde janeiro. Somente Pernambuco, por exemplo, tinha Cr\$ 4 bilhões a receber.

Ao instalar a Comissão Nacional do PNAC em fins de novembro, o Ministro Chiarelli afirmou à imprensa dispor de Cr\$ 18 bilhões para gastar ainda em 1990. A Comissão Nacional do PNAC parece não ter se impressionado, pois ameaçou demitir-se coletivamente caso o governo não retirasse do Congresso a Medida Provisória (reeditada por 4 vezes seguidas) que permitia ao executivo destinar a outros graus de ensino os recursos oriundos de aplicações do salário-educação, de emprego exclusivo no ensino fundamental. A Comissão protestou ainda contra o incentivo do MEC à dedução direta do salário educação pelas empresas. Em resposta à Comissão, o Presidente sancionou em 28/12/90 a Lei 8.150, que permite a aplicação dos recursos do salário educação pelo Banco Central, assegurando que o produto das aplicações seja destinado ao ensino fundamental regular e especial, à educação pré-escolar e encargos relativos a esses níveis de ensino. O MEC, porém, continuou a aplicar a maior parte de seus recursos no ensino superior.

Em 10/12/90 o Ministro Chiarelli dirigiu-se ao Palácio do Planalto para prestar contas dos 90 dias iniciais do Programa. Mais uma vez os números relativos ao PNAC cresceram: seriam Cr\$ 21,1 bilhões, dos quais 55% teriam sido liberados. Os maiores beneficiários foram os municípios (37%), seguidos de entidades federais (17,5%) e entidades de educação especial (4,5%).

Em 18 de fevereiro o MEC informava que seu orçamento para 91 era da ordem de Cr\$ 53 bilhões. Dois dias depois o Ministro corrigia seus números, afirmando que o governo federal deverá investir este ano entre Cr\$ 115 e Cr\$ 125 bilhões apenas em alfabetização, sendo Cr\$ 54,3 bilhões do orçamento do MEC e o restante do FNDE (salário educação).

No final de fevereiro o Ministro anunciou ao Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) a liberação da parcela mensal da quota estadual do salário educação, no valor de Cr\$ 6,6 bilhões, prometendo para os meses seguintes o repasse de US\$ 150 milhões referentes às metas do PNAC, para construção de 37 mil novas salas de aula no país. Segundo Chiarelli, o contingente de 4,35 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola já teria sido reduzido em 30% em sua gestão, graças à construção e reforma de 50 mil salas de aula.

Empréstimos do exterior: vêm ou não vêm?

Sempre que é questionado sobre a exiguidade das verbas disponíveis para o PNAC, o MEC afirma que obterá recursos adicionais através de empréstimos externos.

Em setembro de 1990, por ocasião da 42ª Reunião da UNESCO, o Banco Mundial anunciou dispor de US\$ 6 bilhões para aplicar prioritariamente em países que tenham projetos de educação básica. O Brasil está na lista dos 40 países a serem beneficiados por esses recursos.

Dias depois o Ministro da Educação reuniu-se com representante do Banco Mundial e anunciou estarem praticamente concluídos os entendimentos visando um empréstimo de US\$ 300 milhões para o programa brasileiro de alfabetização. O que o Ministro Chiarelli não disse à imprensa, porém, é que o empréstimo mencionado pouco tem a ver com o PNAC, pois começou a ser negociado durante o governo Sarney, destinando-se especificamente ao chamado "Projeto Nordeste", que visa ações de educação básica em alguns estados daquela região. Deste montante, somente US\$ 1 milhão deverão ser aplicados pela UNICEF ainda em 91.

Em busca de empréstimos do estrangeiro, o Ministro Chiarelli viajou ao exterior em janeiro e organizou o Encontro Internacional de Alfabetização (Brasília, 3 a 5/5/91). Em reunião preparatória ao Encontro Internacional de Alfabetização, representantes do Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) teceram críticas ao PNAC: diante da escassez de recursos, o Programa é demasiadamente abrangente, sendo necessário definir prioridades. Na opinião dos técnicos dos bancos internacionais, o PNAC deveria priorizar as metas de alfabetização e universalização do ensino básico, sem a pretensão de abarcar o ensino pré-escolar e especial. A falta de uma sistemática de avaliação e acompanhamento dos recursos aplicados no Programa também foi objeto de críticas.

Ao final do Encontro Internacional de Alfabetização, o Ministro Chiarelli mostrava-se confiante de que o PNAC teria causado boa impressão aos organismos internacionais, facilitando a antecipação do empréstimo de US\$ 350 milhões do Banco Mundial. O otimismo do Ministro, porém, parece não ter fundamento, pois os especialistas avaliam que o BIRD não deve liberar os recursos do "Projeto Nordeste" antes de 1992.

Os beneficiados

Por ocasião do lançamento do PNAC, em 11/9/90, a imprensa noticiou que 6 projetos seriam os primeiros a receber Cr\$ 51 milhões, distribuídos entre os municípios de Maceió/AL, São José dos Campos/SP, Jaboatão dos Guararapes/PE (Cr\$ 3 milhões), Triângulo Mineiro, educação indígena em 13 estados a cargo da FUNAI (Cr\$130 milhões) e Projeto "Ler para Valer" do Estado do Rio de Janeiro (Cr\$ 7 milhões). Os critérios para tal escolha são desconhecidos.

Dias depois o Ministro Chiarelli liberou Cr\$ 400 milhões do FNDE para o Estado de Tocantins e Cr\$ 40 milhões para sua capital, Palmas.

Um dos maiores convênios relacionados ao PNAC foi assinado entre o MEC e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em 19/11/90. Os reitores de 69 instituições de ensino superior subiram a rampa do Palácio do Planalto com o Presidente, para receberem Cr\$ 850 milhões, sendo Cr\$ 535,3 milhões para 34 universidades Federais, Cr\$ 197,4 milhões para 21 universidades privadas e Cr\$ 117,3 milhões para 13 instituições estaduais e municipais.

Em 7/10/90 o Ministro Chiarelli foi ao Rio Grande do Sul e liberou Cr\$ 20 milhões do PNAC para 8 municípios. Menos de um mês depois, em 1/11/90, o Ministro retornou ao rincão natal para distribuir Cr\$ 500 milhões do FNDE ao Estado e municípios, assegurando outros Cr\$ 20 milhões para que a Fundação Padre Landell de Moura promova educação pela TV na periferia da capital. Em 27/12 o Ministro liberou outros Cr\$ 227 milhões para 17 municípios gaúchos.

Em 23/11 foi a vez do Paraná, onde Chiarelli assinou convênios totalizando Cr\$ 1,5 bilhão, distribuídos entre escolas técnicas, 24 municípios (Cr\$ 241 milhões), educação especial (Cr\$ 208 milhões) e LBA.

No final de janeiro de 91 Chiarelli voltou ao Rio Grande do Sul para liberar Cr\$ 110,7 milhões do FNDE a 95 entidades gaúchas de educação especial, materializando um convênio assinado no mês anterior com 78 APAEs e 17 entidades de assistência a excepcionais. A LBA gaúcha recebeu nesta data outros Cr\$ 110 milhões para repassar a entidades de educação especial.

Em Santa Catarina, instituições de ensino superior do médio vale do Itajaí assinaram convênios em fevereiro com o MEC no valor de Cr\$ 101,5 milhões, para instalar oficinas pedagógicas em Blumenau, Timbó e Ascurra. Enquanto isso o programa de educação de adultos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que atende 300 alunos em 17 turmas, não pode se expandir por esgotamento da capacidade de investimento do município e falta de apoio federal.

Prefeituras e associações de educação de deficientes de Minas Gerais foram agraciadas com Cr\$ 790 milhões em 21/02/91. A Prefeitura de Belo Horizonte recebeu Cr\$ 150 milhões.

Em março e abril de 91 o MEC assinou diversos convênios relacionados ao PNAC com empresários da construção civil. Incentivados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diversos Sindicatos estaduais organizaram projetos de alfabetização nos canteiros de obras. O Sinduscon do Rio Grande do Sul recebeu Cr\$ 50 milhões em 17/3. Dia 22/3 foi a vez do Sinduscon do Rio de Janeiro. Em 6/4 o Presidente da República prestigiou seu amigo e correligionário, Deputado Paulo Octávio (PRN/DF), que representou os empreiteiros na assinatura do convênio entre o Sinduscon/DF e o MEC

no valor de Cr\$ 115 milhões para a alfabetização de 1750 operários (resultando no custo/aluno de US\$ 267,7 per capita).

O Ministério não foi tão generoso com o Amazonas, que recebeu em 20/4/91 apenas Cr\$ 15 milhões para o projeto estadual do PNAC que pretende alfabetizar 40.000 crianças e adultos nas zonas rurais e urbanas.

Talvez por ser governado por um político do PFL, Pernambuco foi o estado que mais recursos recebeu em 91: nada menos que Cr\$ 2,34 bilhões, em convênios assinados no último dia 13/5, visando a recuperação de escolas e aquisição de material escolar. Na mesma data o Rio Grande do Norte, também governado por um pefelista, assinou com o MEC convênio no valor de Cr\$ 1,5 bilhão. Este é o segundo convênio assinado entre o MEC e o governador potiguar: no dia seguinte à posse de Agripino Maia, o Rio Grande do Norte já recebera Cr\$ 400 milhões do MEC.

O zelo do Ministro com os governadores de seu partido não poupou-o de críticas durante recente convenção do PFL. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, não escondeu da imprensa seu descontentamento, afirmando que Chiarelli privilegiava seu Estado em detrimento dos interesses políticos do partido. Todos lá já sabem que Chiarelli é candidato a governador pelo Rio Grande do Sul em 94...

Projeto "Minha Gente": interesses políticos levam à dispersão de recursos e superposição de ministérios

No último dia 21/5 o Presidente derramou lágrimas na cerimônia de lançamento do Programa de Centros Integrados de Assistência às Crianças (CIACs), vinculado ao Projeto "Minha Gente". Seguindo o modelo dos CIEPs, os CIACs serão unidades que incluirão posto de saúde para assistência materno-infantil, creche, pré-escola, escola de 1º grau em período integral, alojamento para menores abandonados, alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes à noite.

O Presidente prometeu construir 5 mil CIACs para atender 6,5 milhões de crianças e jovens, a um custo total estimado em Cr\$ 1 trilhão (US\$ 3,8 bilhões). Os recursos ainda não estão garantidos, e o investimento inicial de Cr\$ 62 bilhões será proveniente dos ministérios da Saúde, Ação Social, Economia e Justiça.

O Ministério da Educação não participou da elaboração do projeto e o Ministro só o conheceu depois de pronto. Embora a princípio o projeto não envolva recursos do MEC, ele deverá captar parte do orçamento educacional no futuro, pois estima-se que 80% do investimento será realizado em educação.

O Ministro da Saúde Alcení Guerra, que coordenará o programa através do "Ministério da Criança", prometeu a construção de 20 "fábricas de escolas" e 20 CIACs até o final de 91. Ele deixou claro que a distribuição das unidades obedecerá critérios técnicos e políticos. Imediatamente após a cerimônia de lançamento do projeto os 25 governadores e mais de 100 políticos presentes começaram a disputa pela instalação dos CIACs em seus estados e municípios. O projeto interessa também às empreiteiras que construirão as "fábricas de escolas" ainda em 91, após licitação que será aberta no início de junho, envolvendo recursos da ordem de 3 a 5 bilhões de dólares.

Ninguém há de opor-se à construção de escolas, mas é momento de perguntar porque tal iniciativa desenvolve-se marginalmente ao MEC e não vem integrada a outras providências cruciais para a educação básica, como a melhoria da formação e remuneração do professorado.

Boletim do Geta

Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização

Número 5 • São Paulo • Junho 91

O engajamento de setores progressistas no PNAC

Desde o início de sua elaboração, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) provocou desconfiança entre aqueles que já tinham algum trabalho anterior com a questão da alfabetização no Brasil. As experiências de Campanhas de Alfabetização na América Latina, mesmo quando batizadas de programas, movimentos, cruzadas, etc. não costumam ter resultados animadores. Além disso, a falta de compromisso anterior tanto do Presidente como do seu Ministro da Educação indicava uma forte probabilidade do PNAC ser apenas um artifício mercadológico destinado a impressionar a opinião pública e organismos internacionais, ambos muito sensíveis aos altíssimos índices de analfabetismo no país.

Esta desconfiança cresceu consideravelmente quando começaram a ser ouvidos os primeiros pronunciamentos dos técnicos do MEC encarregados da concepção do PNAC. As colocações, normalmente inconsistentes, apenas enfatizavam a disposição governamental em ouvir a sociedade, sem impor "soluções" de gabinete. A preocupação quanto a falta de disposição política na implementação do Programa, começou a juntar-se a suspeita da falta técnica do pessoal responsável pela sua implantação.

Infelizmente esta suspeita confirmou-se com a baixa qualidade do documento distribuído pelo MEC que consubstanciou o PNAC. A um objetivo genérico juntaram-se metas aleatórias e algumas sugestões operacionais. Neste documento, esboçava-se uma estrutura de direção do Programa composta por Comissões Municipais cujos representantes elegeriam Comissões Estaduais cujos representantes elegeriam uma Comissão Nacional. O "Programa" apontava um cronograma em que estas eleições deveriam ocorrer.

Toda a desconfiança com o PNAC não foi suficiente para que os setores progressistas e comprometidos com a alfabetização de crianças e adultos (entre os quais se colocam grande parte dos participantes do GETA) se negasse, ao menos, inicialmente, com o PNAC.

As causas desta atitude foram várias:

Em primeiro lugar, a magnitude do analfabetismo brasileiro é tão grande que seria irresponsável desprezar "a priori" qualquer iniciativa governamental que visasse minorá-lo. Por menor que seja a confiabilidade da iniciativa sempre existe a esperança de poder enriquecê-la e ampliá-la. Historicamente a alfabetização tem sido uma preocupação dos setores progressistas. Muitas ações foram desenvolvidas e muito conhecimento acumulado. Negar a contribuição deste conhecimento só se justificaria com a certeza da inutilidade desta contribuição. Esta certeza só seria possível após uma tentativa séria de participação.

Considerou-se também que o PNAC, ao optar, ainda que de forma pouco clara, por uma estrutura de Coordenação por Comissões Municipais, Estaduais e Nacional eleitas, abria

um espaço para o estabelecimento de critérios objetivos na distribuição de recursos. Estes critérios poderiam diminuir a manipulação de verbas para a educação com objetivos eleitorais, prática tradicional no Brasil.

A participação na elaboração destes critérios e a fiscalização do seu cumprimento seria uma contribuição significativa dos setores progressistas no uso correto das verbas públicas para enfrentar o analfabetismo brasileiro.

Outro motivo que levou os setores progressistas a não recusarem sua participação inicial no PNAC foi a crença na força da transparência como elemento capaz de induzir um programa, ainda que falho, a perseguir seus objetivos. Consideraram que quanto mais ocultos fossem seus procedimentos e diretrizes, maiores seriam as possibilidades de abandono dos seus objetivos para ser engolido por interesses inconfessáveis e transformar-se em mais um fracasso no campo da alfabetização a exemplo do Mobral e da sua sucessora Educar. Buscar informações e divulgá-las seria uma atividade para impedir o desvirtuamento da proposta inicial. Obter informações confiáveis supõe participação.

Finalmente foi considerado que, falhando todo o esforço para tornar o PNAC viável e útil, seria necessário denunciá-lo à sociedade brasileira. Avaliou-se que nesta hipótese, tal denúncia teria maior repercussão e credibilidade por ser feita por quem houvesse se empenhado no sucesso do Programa. Isto afastaria a suspeita de denúncia revanchista ou de oposição sistemática e parcial.

Eis aí, em síntese, as principais razões que levaram setores progressistas envolvidos com a alfabetização a se engajarem inicialmente no PNAC. Torna-se necessário agora, decorridos mais de seis meses de início do Programa, uma reavaliação da questão que indique os rumos a seguir com relação à continuação ou não da participação no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

Expediente

Boletim do GETA é produzido pelo Comitê Executivo do Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização.

Contato:

GETA a/c

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Fone: (011) 825-5544 / Fax: (11) 825-7861

Telex 11 26561 ECUMBR

ou

VEREDA Centro de Estudos em Educação

Rua Purpurina, 287 — 05435 — São Paulo — SP

Fone: (011) 210-5249

Mostra nacional de trabalhos em alfabetização

A primeira Mostra de Trabalhos em Alfabetização será realizada acoplada à 6ª CBE, compreendendo os seguintes temas: **pré-escola, primeiro grau, educação de jovens e adultos, movimentos populares e formação de educadores.**

A idéia é abrir oportunidades para que os alfabetizadores, o professor de sala de aula (sem desprezar os "estudiosos" e "especialistas", é claro) mostrem e discutam o que estão fazendo, não importa que se refira à pré-escola, ao primeiro grau ou a ensino de adultos.

O que mostrar?

Painéis: cartazes com fotos, desenhos, diagramas etc., com a presença dos autores.

Comunicações orais de experiências (20 minutos).

Vídeos: 15 a 20 minutos.

Materiais produzidos por alfabetizandos (crianças, jovens e adultos)

Inscrições até 15/07/91 (para apresentar trabalho) ou até 30/07/91 (apenas participação). Enviar resumo ou descrição do que será apresentado (20 linhas).

Fichas de inscrição serão enviadas pelo correio.

Os cartazes deverão ser enviados à Comissão Organizadora até 15/8.

Como fazer?

A idéia já foi divulgada numa circular de 5 de abril passado. Antes de mais nada, é necessário levantar sugestões e adesões.

Seu grupo ou instituição está interessado em participar?

O que poderia apresentar?

Tem alguma sugestão sobre a organização da mostra?

Em que aspectos sua instituição ou grupo pode colaborar?

Escreva para a comissão organizadora, aos cuidados de:

Maria Cecília Ayres Moreira;

Elizabeth Castelão Martins;

Marlene Coelho Alexandroff

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/DOT

Rua Diogo de Faria 1247, sala 43

04037 São Paulo SP

Fones (011) 549-3255/2604 544-4953/4147

Agenda do PNAC

Convocada pela Comissão Estadual do PNAC, realizou-se em 9/4/91, na Faculdade de Direito da USP, o *Congresso Paulista do PNAC*, com a participação de 520 representantes de 207 municípios do estado de S. Paulo. Pela manhã falaram representantes do MEC, das secretarias Estadual e Municipal de Educação da Capital, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da União dos Dirigentes Municipais de Ensino. O pró-reitor de graduação da USP, Celso Beisiegel, proferiu palestra. À tarde os congressistas emendaram o documento elaborado pela Comissão Estadual do PNAC e elegeram os representantes paulistas para reunião nacional em Brasília.

O número de participantes no Congresso Paulista do PNAC surpreendeu os organizadores, face à precariedade de sua organização, demonstrando que a chancela do MEC ainda tem poder de convocação. A Comissão Estadual do PNAC (na qual o GETA tem representantes), porém, não tem tido o respaldo do MEC e a participação das entidades que se poderia esperar. A persistir esse esvaziamento e desorganização, a Comissão não será capaz de levar a cabo os compromissos firmados no documento estadual. O principal problema enfrentado pela Comissão Estadual é que ela não tem assegurado qualquer poder para influir na alocação de recursos do PNAC.

A *Reunião Preparatória à Conferência Nacional de Alfabetização*, convocada pela Comissão Nacional do PNAC e pela Secretaria Nacional de Educação Básica do MEC, transcorreu em Brasília dias 18 a 20/4/91.

Divididos em grupos de trabalho, cerca de 500 representantes

dos estados discutiram e fizeram recomendações sobre financiamento da educação básica, melhoria da qualidade do ensino para crianças e adultos, formação de educadores, cooperação entre esferas de governo, relacionamento entre Estado e sociedade civil e sobre a estrutura e o funcionamento do PNAC.

As propostas aprovadas na reunião deverão subsidiar a Declaração Nacional de Educação para Todos e o Plano de Ação que serão aprovados na Conferência Brasileira de Alfabetização, a realizar-se no segundo semestre. Divergências entre os presentes impediram a aprovação de um regimento para a Conferência, atribuição esta que foi delegada à Comissão Nacional do PNAC.

No transcorrer da reunião ficaram evidentes a heterogeneidade na organização e os diferentes graus de participação na elaboração do PNAC nos estados, assim como o descrédito com que as propostas do MEC são recebidas entre os educadores. Os participantes da reunião não pouparam críticas ao MEC, que respondeu com declarações de boas intenções.

A Embratel retransmitiu em seus auditórios nos estados o *Encontro Internacional de Alfabetização*, realizado em Brasília de 3 a 5 de maio. Participaram do Encontro o Diretor Geral da Unesco, Federico Mayor, entre outros representantes de organismos internacionais de cooperação. Os ministros de 8 países expuseram suas políticas de educação básica, tendo se destacado o relato da experiência de Portugal.

Embora o MEC tivesse expectativas de obter apoio e financiamento dos bancos internacionais para o PNAC, o Encontro não resultou em negociações concretas.

Oito meses do PNAC

A dança dos números

O anúncio do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania desencadeou expectativas nos meios educacionais de que os sistemas públicos de ensino e as entidades comunitárias pudessem vir a receber recursos adicionais para superar as graves dificuldades que vêm enfrentando para a manutenção e ampliação dos serviços de educação básica de crianças, jovens e adultos.

Procuramos acompanhar através da imprensa diária os recursos atribuídos ao PNAC e sua distribuição. Os dados que se seguem mostram sérias contradições entre o discurso e a prática do governo federal no emprego das verbas do PNAC.

Em 11/09/90 o Presidente da República lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, cuja meta é alfabetizar em 5 anos 6 milhões de crianças de 7 a 14 anos e 25 milhões de analfabetos maiores de 15 anos. O Ministro Chiarelli anunciou dispor de Cr\$ 10 bilhões para o PNAC em 1990 e mais Cr\$ 40 bilhões para 1991, sabidamente insuficientes para qualquer programa de educação básica de maior envergadura. Cogitava-se na obtenção ainda em 1990 de Cr\$ 6 bilhões adicionais, oriundos do excesso de arrecadação, a depender de aprovação do Congresso.

Uma semana antes, porém, o Presidente havia vetado o inciso VII do artigo 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso, que garantiria mais recursos para o MEC implementar projetos de educação básica. Ao fazê-lo, a Presidência descumpriu o Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição, que reserva para a alfabetização 50% dos recursos vinculados à educação.

Os estados se debatiam com a falta de recursos, pois até o mês de setembro o MEC não havia liberado um só tostão da quota federal do salário educação, acumulada desde janeiro. Somente Pernambuco, por exemplo, tinha Cr\$ 4 bilhões a receber.

Ao instalar a Comissão Nacional do PNAC em fins de novembro, o Ministro Chiarelli afirmou à imprensa dispor de Cr\$ 18 bilhões para gastar ainda em 1990. A Comissão Nacional do PNAC parece não ter se impressionado, pois ameaçou demitir-se coletivamente caso o governo não retirasse do Congresso a Medida Provisória (reeditada por 4 vezes seguidas) que permitia ao executivo destinar a outros graus de ensino os recursos oriundos de aplicações do salário-educação, de emprego exclusivo no ensino fundamental. A Comissão protestou ainda contra o incentivo do MEC à dedução direta do salário educação pelas empresas. Em resposta à Comissão, o Presidente sancionou em 28/12/90 a Lei 8.150, que permite a aplicação dos recursos do salário educação pelo Banco Central, assegurando que o produto das aplicações seja destinado ao ensino fundamental regular e especial, à educação pré-escolar e encargos relativos a esses níveis de ensino. O MEC, porém, continuou a aplicar a maior parte de seus recursos no ensino superior.

Em 10/12/90 o Ministro Chiarelli dirigiu-se ao Palácio do Planalto para prestar contas dos 90 dias iniciais do Programa. Mais uma vez os números relativos ao PNAC cresceram: seriam Cr\$ 21,1 bilhões, dos quais 55% teriam sido liberados. Os maiores beneficiários foram os municípios (37%), seguidos de entidades federais (17,5%) e entidades de educação especial (4,5%).

Em 18 de fevereiro o MEC informava que seu orçamento para 91 era da ordem de Cr\$ 53 bilhões. Dois dias depois o Ministro corrigia seus números, afirmando que o governo federal deverá investir este ano entre Cr\$ 115 e Cr\$ 125 bilhões apenas em alfabetização, sendo Cr\$ 54,3 bilhões do orçamento do MEC e o restante do FNDE (salário educação).

No final de fevereiro o Ministro anunciou ao Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) a liberação da parcela mensal da quota estadual do salário educação, no valor de Cr\$ 6,6 bilhões, prometendo para os meses seguintes o repasse de U\$ 150 milhões referentes às metas do PNAC, para construção de 37 mil novas salas de aula no país. Segundo Chiarelli, o contingente de 4,35 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola já teria sido reduzido em 30% em sua gestão, graças à construção e reforma de 50 mil salas de aula.

Empréstimos do exterior: vêm ou não vêm?

Sempre que é questionado sobre a exiguidade das verbas disponíveis para o PNAC, o MEC afirma que obterá recursos adicionais através de empréstimos externos.

Em setembro de 1990, por ocasião da 42ª Reunião da UNESCO, o Banco Mundial anunciou dispor de U\$ 6 bilhões para aplicar prioritariamente em países que tenham projetos de educação básica. O Brasil está na lista dos 40 países a serem beneficiados por esses recursos.

Dias depois o Ministro da Educação reuniu-se com representante do Banco Mundial e anunciou estarem praticamente concluídos os entendimentos visando um empréstimo de U\$ 300 milhões para o programa brasileiro de alfabetização. O que o Ministro Chiarelli não disse à imprensa, porém, é que o empréstimo mencionado pouco tem a ver com o PNAC, pois começou a ser negociado durante o governo Sarney, destinando-se especificamente ao chamado "Projeto Nordeste", que visa ações de educação básica em alguns estados daquela região. Deste montante, somente U\$ 1 milhão deverão ser aplicados pela UNICEF ainda em 91.

Em busca de empréstimos do estrangeiro, o Ministro Chiarelli viajou ao exterior em janeiro e organizou o Encontro Internacional de Alfabetização (Brasília, 3 a 5/5/91). Em reunião preparatória ao Encontro Internacional de Alfabetização, representantes do Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) teceram críticas ao PNAC: diante da escassez de recursos, o Programa é demasiadamente abrangente, sendo necessário definir prioridades. Na opinião dos técnicos dos bancos internacionais, o PNAC deveria priorizar as metas de alfabetização e universalização do ensino básico, sem a pretensão de abarcar o ensino pré-escolar e especial. A falta de uma sistemática de avaliação e acompanhamento dos recursos aplicados no Programa também foi objeto de críticas.

Ao final do Encontro Internacional de Alfabetização, o Ministro Chiarelli mostrava-se confiante de que o PNAC teria causado boa impressão aos organismos internacionais, facilitando a antecipação do empréstimo de U\$ 350 milhões do Banco Mundial. O otimismo do Ministro, porém, parece não ter fundamento, pois os especialistas avaliam que o BIRD não deve liberar os recursos do "Projeto Nordeste" antes de 1992.

Os beneficiados

Por ocasião do lançamento do PNAC, em 11/9/90, a imprensa noticiou que 6 projetos seriam os primeiros a receber Cr\$ 51 milhões, distribuídos entre os municípios de Maceió/AL, São José dos Campos/SP, Jaboatão dos Guararapes/PE (Cr\$ 3 milhões), Triângulo Mineiro, educação indígena em 13 estados a cargo da FUNAI (Cr\$130 milhões) e Projeto "Ler para Valer" do Estado do Rio de Janeiro (Cr\$ 7 milhões). Os critérios para tal escolha são desconhecidos.

Dias depois o Ministro Chiarelli liberou Cr\$ 400 milhões do FNDE para o Estado de Tocantins e Cr\$ 40 milhões para sua capital, Palmas.

Um dos maiores convênios relacionados ao PNAC foi assinado entre o MEC e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em 19/11/90. Os reitores de 69 instituições de ensino superior subiram a rampa do Palácio do Planalto com o Presidente, para receberem Cr\$ 850 milhões, sendo Cr\$ 535,3 milhões para 34 universidades Federais, Cr\$ 197,4 milhões para 21 universidades privadas e Cr\$ 117,3 milhões para 13 instituições estaduais e municipais.

Em 7/10/90 o Ministro Chiarelli foi ao Rio Grande do Sul e liberou Cr\$ 20 milhões do PNAC para 8 municípios. Menos de um mês depois, em 1/11/90, o Ministro retornou ao rincão natal para distribuir Cr\$ 500 milhões do FNDE ao Estado e municípios, assegurando outros Cr\$ 20 milhões para que a Fundação Padre Landell de Moura promova educação pela TV na periferia da capital. Em 27/12 o Ministro liberou outros Cr\$ 227 milhões para 17 municípios gaúchos.

Em 23/11 foi a vez do Paraná, onde Chiarelli assinou convênios totalizando Cr\$ 1,5 bilhão, distribuídos entre escolas técnicas, 24 municípios (Cr\$ 241 milhões), educação especial (Cr\$ 208 milhões) e LBA.

No final de janeiro de 91 Chiarelli voltou ao Rio Grande do Sul para liberar Cr\$ 110,7 milhões do FNDE a 95 entidades gaúchas de educação especial, materializando um convênio assinado no mês anterior com 78 APAEs e 17 entidades de assistência a excepcionais. A LBA gaúcha recebeu nesta data outros Cr\$ 110 milhões para repassar a entidades de educação especial.

Em Santa Catarina, instituições de ensino superior do médio vale do Itajaí assinaram convênios em fevereiro com o MEC no valor de Cr\$ 101,5 milhões, para instalar oficinas pedagógicas em Blumenau, Timbó e Ascurra. Enquanto isso o programa de educação de adultos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que atende 300 alunos em 17 turmas, não pode se expandir por esgotamento da capacidade de investimento do município e falta de apoio federal.

Prefeituras e associações de educação de deficientes de Minas Gerais foram agraciadas com Cr\$ 790 milhões em 21/02/91. A Prefeitura de Belo Horizonte recebeu Cr\$ 150 milhões.

Em março e abril de 91 o MEC assinou diversos convênios relacionados ao PNAC com empresários da construção civil. Incentivados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diversos Sindicatos estaduais organizaram projetos de alfabetização nos canteiros de obras. O Sinduscon do Rio Grande do Sul recebeu Cr\$ 50 milhões em 17/3. Dia 22/3 foi a vez do Sinduscon do Rio de Janeiro. Em 6/4 o Presidente da República prestigiou seu amigo e correligionário, Deputado Paulo Octávio (PRN/DF), que representou os empreiteiros na assinatura do convênio entre o Sinduscon/DF e o MEC

no valor de Cr\$ 115 milhões para a alfabetização de 1750 operários (resultando no custo/aluno de US\$ 267,7 per capita).

O Ministério não foi tão generoso com o Amazonas, que recebeu em 20/4/91 apenas Cr\$ 15 milhões para o projeto estadual do PNAC que pretende alfabetizar 40.000 crianças e adultos nas zonas rurais e urbanas.

Talvez por ser governado por um político do PFL, Pernambuco foi o estado que mais recursos recebeu em 91: nada menos que Cr\$ 2,34 bilhões, em convênios assinados no último dia 13/5, visando a recuperação de escolas e aquisição de material escolar. Na mesma data o Rio Grande do Norte, também governado por um pefelista, assinou com o MEC convênio no valor de Cr\$ 1,5 bilhão. Este é o segundo convênio assinado entre o MEC e o governador potiguar: no dia seguinte à posse de Agripino Maia, o Rio Grande do Norte já recebera Cr\$ 400 milhões do MEC.

O zelo do Ministro com os governadores de seu partido não poupou-o de críticas durante recente convenção do PFL. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, não escondeu da imprensa seu descontentamento, afirmando que Chiarelli privilegiava seu Estado em detrimento dos interesses políticos do partido. Todos lá já sabem que Chiarelli é candidato a governador pelo Rio Grande do Sul em 94...

Projeto "Minha Gente": interesses políticos levam à dispersão de recursos e superposição de ministérios

No último dia 21/5 o Presidente derramou lágrimas na cerimônia de lançamento do Programa de Centros Integrados de Assistência às Crianças (CIACs), vinculado ao Projeto "Minha Gente". Seguindo o modelo dos CIEPs, os CIACs serão unidades que incluirão posto de saúde para assistência materno-infantil, creche, pré-escola, escola de 1º grau em período integral, alojamento para menores abandonados, alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes à noite.

O Presidente prometeu construir 5 mil CIACs para atender 6,5 milhões de crianças e jovens, a um custo total estimado em Cr\$ 1 trilhão (US\$ 3,8 bilhões). Os recursos ainda não estão garantidos, e o investimento inicial de Cr\$ 62 bilhões será proveniente dos ministérios da Saúde, Ação Social, Economia e Justiça.

O Ministério da Educação não participou da elaboração do projeto e o Ministro só o conheceu depois de pronto. Embora a princípio o projeto não envolva recursos do MEC, ele deverá captar parte do orçamento educacional no futuro, pois estima-se que 80% do investimento será realizado em educação.

O Ministro da Saúde Alcení Guerra, que coordenará o programa através do "Ministério da Criança", prometeu a construção de 20 "fábricas de escolas" e 20 CIACs até o final de 91. Ele deixou claro que a distribuição das unidades obedecerá critérios técnicos e políticos. Imediatamente após a cerimônia de lançamento do projeto os 25 governadores e mais de 100 políticos presentes começaram a disputa pela instalação dos CIACs em seus estados e municípios. O projeto interessa também às empreiteiras que construirão as "fábricas de escolas" ainda em 91, após licitação que será aberta no início de junho, envolvendo recursos da ordem de 3 a 5 bilhões de dólares.

Ninguém há de opor-se à construção de escolas, mas é momento de perguntar porque tal iniciativa desenvolve-se marginalmente ao MEC e não vem integrada a outras providências cruciais para a educação básica, como a melhoria da formação e remuneração do professorado.

Boletim do Geta

Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização

Número 5 • São Paulo • Junho 91

O engajamento de setores progressistas no PNAC

Desde o início de sua elaboração, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) provocou desconfiança entre aqueles que já tinham algum trabalho anterior com a questão da alfabetização no Brasil. As experiências de Campanhas de Alfabetização na América Latina, mesmo quando batizadas de programas, movimentos, cruzadas, etc. não costumam ter resultados animadores. Além disso, a falta de compromisso anterior tanto do Presidente como do seu Ministro da Educação indicava uma forte probabilidade do PNAC ser apenas um artifício mercadológico destinado a impressionar a opinião pública e organismos internacionais, ambos muito sensíveis aos altíssimos índices de analfabetismo no país.

Esta desconfiança cresceu consideravelmente quando começaram a ser ouvidos os primeiros pronunciamentos dos técnicos do MEC encarregados da concepção do PNAC. As colocações, normalmente inconsistentes, apenas enfatizavam a disposição governamental em ouvir a sociedade, sem impor "soluções" de gabinete. À preocupação quanto a falta de disposição política na implementação do Programa, começou a juntar-se a suspeita da falta técnica do pessoal responsável pela sua implantação.

Infelizmente esta suspeita confirmou-se com a baixa qualidade do documento distribuído pelo MEC que consubstanciou o PNAC. A um objetivo genérico juntaram-se metas aleatórias e algumas sugestões operacionais. Neste documento, esboçava-se uma estrutura de direção do Programa composta por Comissões Municipais cujos representantes elegeriam Comissões Estaduais cujos representantes elegeriam uma Comissão Nacional. O "Programa" apontava um cronograma em que estas eleições deveriam ocorrer.

Toda a desconfiança com o PNAC não foi suficiente para que os setores progressistas e comprometidos com a alfabetização de crianças e adultos (entre os quais se colocam grande parte dos participantes do GETA) se negasse, ao menos, inicialmente, com o PNAC.

As causas desta atitude foram várias:

Em primeiro lugar, a magnitude do analfabetismo brasileiro é tão grande que seria irresponsável desprezar "a priori" qualquer iniciativa governamental que visasse minorá-lo. Por menor que seja a confiabilidade da iniciativa sempre existe a esperança de poder enriquecê-la e ampliá-la. Historicamente a alfabetização tem sido uma preocupação dos setores progressistas. Muitas ações foram desenvolvidas e muito conhecimento acumulado. Negar a contribuição deste conhecimento só se justificaria com a certeza da inutilidade desta contribuição. Esta certeza só seria possível após uma tentativa séria de participação.

Considerou-se também que o PNAC, ao optar, ainda que de forma pouco clara, por uma estrutura de Coordenação por Comissões Municipais, Estaduais e Nacional eleitas, abria

um espaço para o estabelecimento de critérios objetivos na distribuição de recursos. Estes critérios poderiam diminuir a manipulação de verbas para a educação com objetivos eleitorais, prática tradicional no Brasil.

A participação na elaboração destes critérios e a fiscalização do seu cumprimento seria uma contribuição significativa dos setores progressistas no uso correto das verbas públicas para enfrentar o analfabetismo brasileiro.

Outro motivo que levou os setores progressistas a não recusarem sua participação inicial no PNAC foi a crença na força da transparência como elemento capaz de induzir um programa, ainda que falho, a perseguir seus objetivos. Consideraram que quanto mais ocultos fossem seus procedimentos e diretrizes, maiores seriam as possibilidades de abandono dos seus objetivos para ser engolido por interesses inconfessáveis e transformar-se em mais um fracasso no campo da alfabetização a exemplo do Mobral e da sua sucessora Educar. Buscar informações e divulgá-las seria uma atividade para impedir o desvirtuamento da proposta inicial. Obter informações confiáveis supõe participação.

Finalmente foi considerado que, falhando todo o esforço para tornar o PNAC viável e útil, seria necessário denunciá-lo à sociedade brasileira. Avaliou-se que nesta hipótese, tal denúncia teria maior repercussão e credibilidade por ser feita por quem houvesse se empenhado no sucesso do Programa. Isto afastaria a suspeita de denúncia revanchista ou de oposição sistemática e parcial.

Eis aí, em síntese, as principais razões que levaram setores progressistas envolvidos com a alfabetização a se engajarem inicialmente no PNAC. Torna-se necessário agora, decorridos mais de seis meses de início do Programa, uma reavaliação da questão que indique os rumos a seguir com relação à continuação ou não da participação no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

Expediente

Boletim do GETA é produzido pelo Comitê Executivo do Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização.

Contato:

GETA a/c

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Fone: (011) 825-5544 / Fax: (11) 825-7861

Telex 11 26561 ECUMBR

ou

VEREDA Centro de Estudos em Educação

Rua Purpurina, 287 — 05435 — São Paulo — SP

Fone: (011) 210-5249

Mostra nacional de trabalhos em alfabetização

A primeira Mostra de Trabalhos em Alfabetização será realizada acoplada à 6ª CBE, compreendendo os seguintes temas: **pré-escola, primeiro grau, educação de jovens e adultos, movimentos populares e formação de educadores.**

A idéia é abrir oportunidades para que os alfabetizadores, o professor de sala de aula (sem desprezar os "estudiosos" e "especialistas", é claro) mostrem e discutam o que estão fazendo, não importa que se refira à pré-escola, ao primeiro grau ou ao ensino de adultos.

O que mostrar?

Painéis: cartazes com fotos, desenhos, diagramas etc., com a presença dos autores.

Comunicações orais de experiências (20 minutos).

Vídeos: 15 a 20 minutos.

Materiais produzidos por alfabetizandos (crianças, jovens e adultos)

Inscrições até 15/07/91 (para apresentar trabalho) ou até 30/07/91 (apenas participação). Enviar resumo ou descrição do que será apresentado (20 linhas).

Fichas de inscrição serão enviadas pelo correio.

Os cartazes deverão ser enviados à Comissão Organizadora até 15/8.

Como fazer?

A idéia já foi divulgada numa circular de 5 de abril passado. Antes de mais nada, é necessário levantar sugestões e adesões. Seu grupo ou instituição está interessado em participar? O que poderia apresentar? Tem alguma sugestão sobre a organização da mostra? Em que aspectos sua instituição ou grupo pode colaborar?

Escreva para a comissão organizadora, aos cuidados de:
Maria Cecília Ayres Moreira;
Elizabeth Castelão Martins;
Marlene Coelho Alexandroff
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/DOT
Rua Diogo de Faria 1247, sala 43
04037 São Paulo SP
Fones (011) 549-3255/2604 544-4953/4147

Agenda do PNAC

Convocada pela Comissão Estadual do PNAC, realizou-se em 9/4/91, na Faculdade de Direito da USP, o *Congresso Paulista do PNAC*, com a participação de 520 representantes de 207 municípios do estado de S. Paulo. Pela manhã falaram representantes do MEC, das secretarias Estadual e Municipal de Educação da Capital, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da União dos Dirigentes Municipais de Ensino. O pró-reitor de graduação da USP, Celso Beisiegel, proferiu palestra. À tarde os congressistas emendaram o documento elaborado pela Comissão Estadual do PNAC e elegeram os representantes paulistas para reunião nacional em Brasília.

O número de participantes no Congresso Paulista do PNAC surpreendeu os organizadores, face à precariedade de sua organização, demonstrando que a chancela do MEC ainda tem poder de convocação. A Comissão Estadual do PNAC (na qual o GETA tem representantes), porém, não tem tido o respaldo do MEC e a participação das entidades que se poderia esperar. A persistir esse esvaziamento e desorganização, a Comissão não será capaz de levar a cabo os compromissos firmados no documento estadual. O principal problema enfrentado pela Comissão Estadual é que ela não tem assegurado qualquer poder para influir na alocação de recursos do PNAC.

A *Reunião Preparatória à Conferência Nacional de Alfabetização*, convocada pela Comissão Nacional do PNAC e pela Secretaria Nacional de Educação Básica do MEC, transcorreu em Brasília dias 18 a 20/4/91.

Divididos em grupos de trabalho, cerca de 500 representantes

dos estados discutiram e fizeram recomendações sobre financiamento da educação básica, melhoria da qualidade do ensino para crianças e adultos, formação de educadores, cooperação entre esferas de governo, relacionamento entre Estado e sociedade civil e sobre a estrutura e o funcionamento do PNAC.

As propostas aprovadas na reunião deverão subsidiar a Declaração Nacional de Educação para Todos e o Plano de Ação que serão aprovados na Conferência Brasileira de Alfabetização, a realizar-se no segundo semestre. Divergências entre os presentes impediram a aprovação de um regimento para a Conferência, atribuição esta que foi delegada à Comissão Nacional do PNAC.

No transcorrer da reunião ficaram evidentes a heterogeneidade na organização e os diferentes graus de participação na elaboração do PNAC nos estados, assim como o descrédito com que as propostas do MEC são recebidas entre os educadores. Os participantes da reunião não pouparam críticas ao MEC, que respondeu com declarações de boas intenções.

A Embratel retransmitiu em seus auditórios nos estados o *Encontro Internacional de Alfabetização*, realizado em Brasília de 3 a 5 de maio. Participaram do Encontro o Diretor Geral da Unesco, Federico Mayor, entre outros representantes de organismos internacionais de cooperação. Os ministros de 8 países expuseram suas políticas de educação básica, tendo se destacado o relato da experiência de Portugal.

Embora o MEC tivesse expectativas de obter apoio e financiamento dos bancos internacionais para o PNAC, o Encontro não resultou em negociações concretas.

Oito meses do PNAC

A dança dos números

O anúncio do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania desencadeou expectativas nos meios educacionais de que os sistemas públicos de ensino e as entidades comunitárias pudessem vir a receber recursos adicionais para superar as graves dificuldades que vêm enfrentando para a manutenção e ampliação dos serviços de educação básica de crianças, jovens e adultos.

Procuramos acompanhar através da imprensa diária os recursos atribuídos ao PNAC e sua distribuição. Os dados que se seguem mostram sérias contradições entre o discurso e a prática do governo federal no emprego das verbas do PNAC.

Em 11/09/90 o Presidente da República lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, cuja meta é alfabetizar em 5 anos 6 milhões de crianças de 7 a 14 anos e 25 milhões de analfabetos maiores de 15 anos. O Ministro Chiarelli anunciou dispor de Cr\$ 10 bilhões para o PNAC em 1990 e mais Cr\$ 40 bilhões para 1991, sabidamente insuficientes para qualquer programa de educação básica de maior envergadura. Cogitava-se na obtenção ainda em 1990 de Cr\$ 6 bilhões adicionais, oriundos do excesso de arrecadação, a depender de aprovação do Congresso.

Uma semana antes, porém, o Presidente havia vetado o inciso VII do artigo 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso, que garantiria mais recursos para o MEC implementar projetos de educação básica. Ao fazê-lo, a Presidência descumpriu o Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição, que reserva para a alfabetização 50% dos recursos vinculados à educação.

Os estados se debatiam com a falta de recursos, pois até o mês de setembro o MEC não havia liberado um só tostão da quota federal do salário educação, acumulada desde janeiro. Somente Pernambuco, por exemplo, tinha Cr\$ 4 bilhões a receber.

Ao instalar a Comissão Nacional do PNAC em fins de novembro, o Ministro Chiarelli afirmou à imprensa dispor de Cr\$ 18 bilhões para gastar ainda em 1990. A Comissão Nacional do PNAC parece não ter se impressionado, pois ameaçou demitir-se coletivamente caso o governo não retirasse do Congresso a Medida Provisória (reeditada por 4 vezes seguidas) que permitia ao executivo destinar a outros graus de ensino os recursos oriundos de aplicações do salário-educação, de emprego exclusivo no ensino fundamental. A Comissão protestou ainda contra o incentivo do MEC à dedução direta do salário educação pelas empresas. Em resposta à Comissão, o Presidente sancionou em 28/12/90 a Lei 8.150, que permite a aplicação dos recursos do salário educação pelo Banco Central, assegurando que o produto das aplicações seja destinado ao ensino fundamental regular e especial, à educação pré-escolar e encargos relativos a esses níveis de ensino. O MEC, porém, continuou a aplicar a maior parte de seus recursos no ensino superior.

Em 10/12/90 o Ministro Chiarelli dirigiu-se ao Palácio do Planalto para prestar contas dos 90 dias iniciais do Programa. Mais uma vez os números relativos ao PNAC cresceram: seriam Cr\$ 21,1 bilhões, dos quais 55% teriam sido liberados. Os maiores beneficiários foram os municípios (37%), seguidos de entidades federais (17,5%) e entidades de educação especial (4,5%).

Em 18 de fevereiro o MEC informava que seu orçamento para 91 era da ordem de Cr\$ 53 bilhões. Dois dias depois o Ministro corrigia seus números, afirmando que o governo federal deverá investir este ano entre Cr\$ 115 e Cr\$ 125 bilhões apenas em alfabetização, sendo Cr\$ 54,3 bilhões do orçamento do MEC e o restante do FNDE (salário educação).

No final de fevereiro o Ministro anunciou ao Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) a liberação da parcela mensal da quota estadual do salário educação, no valor de Cr\$ 6,6 bilhões, prometendo para os meses seguintes o repasse de U\$ 150 milhões referentes às metas do PNAC, para construção de 37 mil novas salas de aula no país. Segundo Chiarelli, o contingente de 4,35 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola já teria sido reduzido em 30% em sua gestão, graças à construção e reforma de 50 mil salas de aula.

Empréstimos do exterior: vêm ou não vêm?

Sempre que é questionado sobre a exiguidade das verbas disponíveis para o PNAC, o MEC afirma que obterá recursos adicionais através de empréstimos externos.

Em setembro de 1990, por ocasião da 42ª Reunião da UNESCO, o Banco Mundial anunciou dispor de U\$ 6 bilhões para aplicar prioritariamente em países que tenham projetos de educação básica. O Brasil está na lista dos 40 países a serem beneficiados por esses recursos.

Dias depois o Ministro da Educação reuniu-se com representante do Banco Mundial e anunciou estarem praticamente concluídos os entendimentos visando um empréstimo de U\$ 300 milhões para o programa brasileiro de alfabetização. O que o Ministro Chiarelli não disse à imprensa, porém, é que o empréstimo mencionado pouco tem a ver com o PNAC, pois começou a ser negociado durante o governo Sarney, destinando-se especificamente ao chamado "Projeto Nordeste", que visa ações de educação básica em alguns estados daquela região. Deste montante, somente U\$ 1 milhão deverão ser aplicados pela UNICEF ainda em 91.

Em busca de empréstimos do estrangeiro, o Ministro Chiarelli viajou ao exterior em janeiro e organizou o Encontro Internacional de Alfabetização (Brasília, 3 a 5/5/91). Em reunião preparatória ao Encontro Internacional de Alfabetização, representantes do Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) teceram críticas ao PNAC: diante da escassez de recursos, o Programa é demasiadamente abrangente, sendo necessário definir prioridades. Na opinião dos técnicos dos bancos internacionais, o PNAC deveria priorizar as metas de alfabetização e universalização do ensino básico, sem a pretensão de abarcar o ensino pré-escolar e especial. A falta de uma sistemática de avaliação e acompanhamento dos recursos aplicados no Programa também foi objeto de críticas.

Ao final do Encontro Internacional de Alfabetização, o Ministro Chiarelli mostrava-se confiante de que o PNAC teria causado boa impressão aos organismos internacionais, facilitando a antecipação do empréstimo de U\$ 350 milhões do Banco Mundial. O otimismo do Ministro, porém, parece não ter fundamento, pois os especialistas avaliam que o BIRD não deve liberar os recursos do "Projeto Nordeste" antes de 1992.

Os beneficiados

Por ocasião do lançamento do PNAC, em 11/9/90, a imprensa noticiou que 6 projetos seriam os primeiros a receber Cr\$ 51 milhões, distribuídos entre os municípios de Maceió/AL, São José dos Campos/SP, Jaboatão dos Guararapes/PE (Cr\$ 3 milhões), Triângulo Mineiro, educação indígena em 13 estados a cargo da FUNAI (Cr\$130 milhões) e Projeto "Ler para Valer" do Estado do Rio de Janeiro (Cr\$ 7 milhões). Os critérios para tal escolha são desconhecidos.

Dias depois o Ministro Chiarelli liberou Cr\$ 400 milhões do FNDE para o Estado de Tocantins e Cr\$ 40 milhões para sua capital, Palmas.

Um dos maiores convênios relacionados ao PNAC foi assinado entre o MEC e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em 19/11/90. Os reitores de 69 instituições de ensino superior subiram a rampa do Palácio do Planalto com o Presidente, para receberem Cr\$ 850 milhões, sendo Cr\$ 535,3 milhões para 34 universidades Federais, Cr\$ 197, 4 milhões para 21 universidades privadas e Cr\$ 117,3 milhões para 13 instituições estaduais e municipais.

Em 7/10/90 o Ministro Chiarelli foi ao Rio Grande do Sul e liberou Cr\$ 20 milhões do PNAC para 8 municípios. Menos de um mês depois, em 1/11/90, o Ministro retornou ao rincão natal para distribuir Cr\$ 500 milhões do FNDE ao Estado e municípios, assegurando outros Cr\$ 20 milhões para que a Fundação Padre Landell de Moura promova educação pela TV na periferia da capital. Em 27/12 o Ministro liberou outros Cr\$ 227 milhões para 17 municípios gaúchos.

Em 23/11 foi a vez do Paraná, onde Chiarelli assinou convênios totalizando Cr\$ 1,5 bilhão, distribuídos entre escolas técnicas, 24 municípios (Cr\$ 241 milhões), educação especial (Cr\$ 208 milhões) e LBA.

No final de janeiro de 91 Chiarelli voltou ao Rio Grande do Sul para liberar Cr\$ 110,7 milhões do FNDE a 95 entidades gaúchas de educação especial, materializando um convênio assinado no mês anterior com 78 APAEs e 17 entidades de assistência a excepcionais. A LBA gaúcha recebeu nesta data outros Cr\$ 110 milhões para repassar a entidades de educação especial.

Em Santa Catarina, instituições de ensino superior do médio vale do Itajaí assinaram convênios em fevereiro com o MEC no valor de Cr\$ 101,5 milhões, para instalar oficinas pedagógicas em Blumenau, Timbó e Ascurra. Enquanto isso o programa de educação de adultos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que atende 300 alunos em 17 turmas, não pode se expandir por esgotamento da capacidade de investimento do município e falta de apoio federal.

Prefeituras e associações de educação de deficientes de Minas Gerais foram agraciadas com Cr\$ 790 milhões em 21/02/91. A Prefeitura de Belo Horizonte recebeu Cr\$ 150 milhões.

Em março e abril de 91 o MEC assinou diversos convênios relacionados ao PNAC com empresários da construção civil. Incentivados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diversos Sindicatos estaduais organizaram projetos de alfabetização nos canteiros de obras. O Sinduscon do Rio Grande do Sul recebeu Cr\$ 50 milhões em 17/3. Dia 22/3 foi a vez do Sinduscon do Rio de Janeiro. Em 6/4 o Presidente da República prestigiou seu amigo e correligionário, Deputado Paulo Octávio (PRN/DF), que representou os empreiteiros na assinatura do convênio entre o Sinduscon/DF e o MEC

no valor de Cr\$ 115 milhões para a alfabetização de 1750 operários (resultando no custo/aluno de US\$ 267,7 per capita).

O Ministério não foi tão generoso com o Amazonas, que recebeu em 20/4/91 apenas Cr\$ 15 milhões para o projeto estadual do PNAC que pretende alfabetizar 40.000 crianças e adultos nas zonas rurais e urbanas.

Talvez por ser governado por um político do PFL, Pernambuco foi o estado que mais recursos recebeu em 91: nada menos que Cr\$ 2,34 bilhões, em convênios assinados no último dia 13/5, visando a recuperação de escolas e aquisição de material escolar. Na mesma data o Rio Grande do Norte, também governado por um pefelista, assinou com o MEC convênio no valor de Cr\$ 1,5 bilhão. Este é o segundo convênio assinado entre o MEC e o governador potiguar: no dia seguinte à posse de Agripino Maia, o Rio Grande do Norte já recebera Cr\$ 400 milhões do MEC.

O zelo do Ministro com os governadores de seu partido não poupou-o de críticas durante recente convenção do PFL. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, não escondeu da imprensa seu descontentamento, afirmando que Chiarelli privilegiava seu Estado em detrimento dos interesses políticos do partido. Todos lá já sabem que Chiarelli é candidato a governador pelo Rio Grande do Sul em 94...

Projeto "Minha Gente": interesses políticos levam à dispersão de recursos e superposição de ministérios

No último dia 21/5 o Presidente derramou lágrimas na cerimônia de lançamento do Programa de Centros Integrados de Assistência às Crianças (CIACs), vinculado ao Projeto "Minha Gente". Seguindo o modelo dos CIEPs, os CIACs serão unidades que incluirão posto de saúde para assistência materno-infantil, creche, pré-escola, escola de 1º grau em período integral, alojamento para menores abandonados, alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes à noite.

O Presidente prometeu construir 5 mil CIACs para atender 6,5 milhões de crianças e jovens, a um custo total estimado em Cr\$ 1 trilhão (US\$ 3,8 bilhões). Os recursos ainda não estão garantidos, e o investimento inicial de Cr\$ 62 bilhões será proveniente dos ministérios da Saúde, Ação Social, Economia e Justiça.

O Ministério da Educação não participou da elaboração do projeto e o Ministro só o conheceu depois de pronto. Embora a princípio o projeto não envolva recursos do MEC, ele deverá captar parte do orçamento educacional no futuro, pois estima-se que 80% do investimento será realizado em educação.

O Ministro da Saúde Alcení Guerra, que coordenará o programa através do "Ministério da Criança", prometeu a construção de 20 "fábricas de escolas" e 20 CIACs até o final de 91. Ele deixou claro que a distribuição das unidades obedecerá critérios técnicos e políticos. Imediatamente após a cerimônia de lançamento do projeto os 25 governadores e mais de 100 políticos presentes começaram a disputa pela instalação dos CIACs em seus estados e municípios. O projeto interessa também às empreiteiras que construirão as "fábricas de escolas" ainda em 91, após licitação que será aberta no início de junho, envolvendo recursos da ordem de 3 a 5 bilhões de dólares.

Ninguém há de opor-se à construção de escolas, mas é momento de perguntar porque tal iniciativa desenvolve-se marginalmente ao MEC e não vem integrada a outras providências cruciais para a educação básica, como a melhoria da formação e remuneração do professorado.

GETA - GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHOS EM ALFABETIZAÇÃO

Circular emitida em São Paulo, 25/03/91.

Realizou-se no último dia 6 de março de 91, na Oficina Cultural Oswald de Andrade, Capital, a primeira plenária do GETA em 1991. Embora amplamente convocada (foram enviados 450 convites, inclusive para entidades de outros Estados), compareceram pouco mais de 30 pessoas, representando as seguintes instituições e entidades:

- Secretaria Municipal de Educação de Ipatinga - MG
- Secretaria Municipal de Educação de Timóteo - MG
- Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização no Distrito Federal
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Indústrias de Mobiliário de São Bernardo do Campo
- Secret. Mun. de Educ. Cult. e Esp. de S. Bernardo do Campo
- Departamento de Educação de Americana
- Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba
- Secretaria Municipal de Educação de Campinas/FUMEC
- Secret. Munic. de Educ. de S. Paulo/ Div. de Orientação Técnica de Educação Infantil e de Adultos
- Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, através de professores e/ou supervisores de ensino de:

- . DRECAP 3
- . Itanhaém
- . Capela do Alto (Comissão Municipal de Ensino)
- . Birigui
- . Guaratinguetá
- Professores da rede estadual de Guarulhos, militantes da APEOESP
- Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP
- Sodalitas
- Colméia
- Vereda - Centro de Estudos em Educação
- CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

O período da manhã foi dedicado à discussão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania a partir dos informes dos representantes do GETA nas Comissões Nacional e Estadual do referido Programa.

Ao final da manhã foram projetados os vídeos do Congresso Brasileiro de Alfabetização (elaborado pelo CEDI) e do Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) de Ipatinga (realizado pela Secretaria Municipal de Educação daquele município mineiro).

Pela tarde discutiu-se um plano de trabalho para o GETA em 91, bem como reestruturou-se a Comissão Executiva e constituíram-se novas comissões de trabalho.

1. Informe da Comissão Nacional do PNAC (por Adolfo Homma)

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, lançado pelo governo federal em setembro de 1991, é antes um plano de mobilização que propriamente um programa de ação governamental.

Prevvia-se que o plano de ação fosse sendo construído de baixo para cima, através de assembléias municipais, estaduais e nacional, cujas conclusões seriam sistematizadas pelas comissões municipais e estaduais que iriam constituir-se neste processo.

A avaliação realizada pela SENEb (Secretaria Nacional de Educação Básica do MEC), coordenadora do Programa, é de que este processo de mobilização está transcorrendo com sucesso. Na prática, porém, sabe-se que inexisteram assembléias municipais, que poucos Estados realizaram encontros e nem todas assembléias estaduais tiveram ampla participação. A participação na elaboração do PNAC tem sido, pois, muito restrita.

A Comissão Nacional do PNAC, presidida pelo Ministro, tendo por presidente de honra o Senador João Calmon, é constituída por representantes de diversos órgãos do MEC, CONSED, UNDIME, CRUB, GETA, GTPADF, RAAB, MEB e personalidades do setor educacional. Já reuniu-se diversas vezes em Brasília, discutindo a utilização do salário-educação, critérios para alocação de recursos do Programa e planejando a Conferência Nacional de Alfabetização. A Comissão Nacional não tem informações concretas sobre os recursos disponíveis para o Programa nem acesso aos projetos apresentados e aprovados. Os recursos estão centralizados no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

A Comissão Nacional do PNAC decidiu desdobrar a Conferência Brasileira de Alfabetização em dois momentos. Nos próximos dias 18 a 20 de abril será realizada uma reunião preparatória para colher subsídios das comissões estaduais para elaboração do plano de ação nacional e definir diretrizes para a Conferência. Dela participarão os membros da Comissão Nacional, dez representantes de cada Estado representando as Comissões Estaduais e Municipais, 30 representantes da Universidades e outros 30 de movimentos populares, além de entidades civis de caráter nacional e especialistas convidados. No segundo semestre de 91 será realizada a Conferência Brasileira, mais ampla, que aprovará o Plano de Ação para a década.

O MEC convocou, sem consulta prévia à Comissão Nacional do PNAC, uma Conferência Internacional de Alfabetização que realizar-se-á em Brasília de 3 a 5 de maio de 91, para a qual foram convidados representantes de 15 países e organismos internacionais de cooperação e financiamento como a UNESCO, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

2. Informe da Com. Estadual do PNAC (por M. Clara Di Pierro)

A Comissão Estadual do PNAC foi constituída pela DEMEC/SP em novembro de 90 e é formada por representantes da DEMEC, Secretarias Estadual e Municipal de Educação de São Paulo, UNIDIME, CRUB, APEOESP, APASE, SINPRO, GETA, USP, CEPAM, FUNDAF, Sec. Est. de Planejamento. Até o momento ela discutiu a realização de um recenseamento educacional, elaboração de um diagnóstico e um método de implementação do PNAC no Estado. A Comissão tem tido dificuldades para obter informações do MEC em Brasília e não dispõe de recursos para trabalhar.

A Comissão Estadual do PNAC convocou para dia 09 de abril o Congresso Paulista do PNAC, na Faculdade de Direito da USP (Lgo. São Francisco, Capital). Aberto à participação de todos os interessados, esse Congresso deverá discutir o plano de trabalho da Comissão Estadual e eleger os dez representantes paulistas na reunião preparatória à Conferência Brasileira. Espera-se o comparecimento do Ministro, dos Secretários Estadual e Municipal da Educação, assim como representantes do CRUB e da UNIDIME.

3. Discussão do PNAC e posicionamento do GETA

Avaliou-se que o PNAC vem se revestindo de um caráter ambíguo: ele vem envolvido por um discurso de participação e mobilização, mas na prática seus recursos vêm sendo regidos pela mesma lógica clientelista e politiqueira de sempre. Assim, enquanto as entidades representativas da sociedade se esforçam por promover uma discussão democrática do Programa, o MEC vem atribuindo recursos sem critérios objetivos que não as alianças políticas que interessam ao governo.

Alguns membros do GETA manifestaram-se favoráveis à retirada do GETA das Comissões Nacional e Estadual do PNAC, pois esta participação estaria configurando colaboração com uma farsa. A maioria dos presentes, porém, embora reconhecendo os limites do PNAC, considerou que não é o momento de se retirar do processo, sem antes ampliar os debates no Congresso Paulista e na Conferência Nacional de abril e maio. Assim, tomaram-se as seguintes decisões:

- elaborar um documento crítico sobre o andamento do PNAC;
- incentivar a participação no Congresso Estadual e na Conferência Nacional do PNAC;
- manter representantes nas Comissões Nacional e Estadual do PNAC;
- manter um acompanhamento e vigilância crítica sobre o emprego das verbas do PNAC, denunciando práticas de favorecimento político e clientelismo;
- reavaliar o processo em próxima plenária do GETA, a realizar-se em 31/05/91.

4. Plano de ação para o GETA em 91

A plenária aprovou um plano de ação que compreende três linhas:

- manter a temática do analfabetismo e alfabetização em evidência junto aos educadores, opinião pública e imprensa;
- propiciar a troca de experiências e informações entre os educadores dedicados à temática da alfabetização;
- manter acompanhamento e vigilância crítica sobre o PNAC.

Para colocar essas linhas em prática, aprovaram-se as seguintes ações:

a) Realizar em data próxima ao Dia Internacional da Alfabetização (8 de setembro) uma **Mostra de Trabalhos em Alfabetização**, compreendendo painéis de relatos de experiências, mostra de materiais didáticos, vídeos e exposição de materiais de alunos e professores. Decidiu-se realizar gestões junto à comissão organizadora da Conferência Brasileira de Educação, que será realizada na USP de 3 a 5/9/91, para realizar a Mostra no mesmo local no dia 6/9. Sugeriu-se que a Mostra seja preparada por eventos similares nas escolas e municípios ao longo dos próximos meses, através de concursos de cartazes, poesias e redações; seminários e exposições municipais; etc. Foi constituída uma **Comissão de Trabalho organizadora da Mostra**, coordenada por M. Shirley dos Santos (Sec. Mun. Educ. Santos) e formada por Marlene C. Alexandroff (SME de S. Paulo), Ana Maria Quadros (Sodalitas), Élia Sabatine (SMECE de Bernardo do Campo), Iolanda T. Ide (DE de Americana), Regina e Lídia (DE de Guaratinguetá), Sílvia Telles (Mova/SP), M. Inês (SME de Sorocaba), Vera Barreto (Vereda).

b) Implementar uma estratégia de comunicação, agilizando a elaboração do **Boletim do GETA**, que deverá manter duas seções permanentes: uma relativa ao PNAC e outra de relato de experiências de alfabetização. Foi constituída uma **Comissão de Imprensa**, coordenada por Orlando Joia (CEDI) e formada por Adolfo Homma (SMECE de S. Bernardo do Campo), José Carlos Barreto (Vereda) e Manoel Raimundo de Souza Jr. Os colegas de outros Estados (GTPA/DF, Ipatinga e Timóteo/MG, RAAB/Nordeste, etc.) foram convidados a colaborar com o Boletim do GETA como "correspondentes".

c) Acompanhar o PNAC, de acordo com o descrito no item 3.

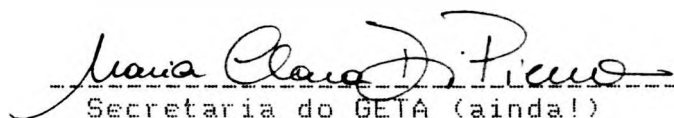
5. Reorganização do Comitê Executivo, Secretaria e Tesouraria do GETA

Propôs-se que a **Secretaria** do GETA seja transferida do CEDI para a FUNAP, mas essa transferência depende de consulta à instituição. Até que o GETA consiga adquirir uma Caixa Postal e que a consulta à FUNAP seja feita, a Secretaria continua no CEDI, a cargo de Maria Clara.

O Vereda continua na Tesouraria do GETA, mas é necessário realizar uma assembléia de renovação da diretoria da APEE (Associação Promotora de Eventos Educacionais), em nome da qual encontra-se a conta bancária do GETA (com fundos remanescentes do CBA).

Considerando que muitos membros do antigo Comitê Executivo se afastaram do GETA, resolveu-se atualizar o mesmo, reduzindo o número de cargos aos essenciais. O Comitê passa a ser composto pelos um representante da Secretaria (FUNAP), um da Tesouraria (Barreto), os coordenadores de Comissões de Trabalho (Shirley e Orlando) e os representantes do GETA nas Comissões do PNAC (Adolfo e M. Clara).

Deliberou-se realizar nova Plenária do GETA no dia 31 de Maio, quando já terão sido realizados o Congresso Paulista e as Conferências Nacional e Internacional do PNAC, e as Comissões já terão avançado em seu trabalho. O Comitê Executivo informará local e horário da plenária.


Secretaria do GETA (ainda!)

GETA
GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHOS EM ALFABETIZAÇÃO

Circular emitida em São Paulo, 25/02/1991.

Prezado Colega,

Desde o encerramento do Congresso Brasileiro de Alfabetização (São Paulo, SP: 14 a 16/09/90) o GETA não mais realizou reuniões plenárias. A Comissão Executiva promoveu diversas reuniões de avaliação e reorientação do trabalho, chegando às seguintes sugestões:

1. Tendo em vista as recomendações do CBA e a necessidade de articulação dos trabalhos em alfabetização, não seria pertinente extinguir o GETA ao final do Ano Internacional da Alfabetização, conforme previsto por ocasião de sua formação.

2. A continuidade do GETA deveria se dar em torno de três tarefas principais:

— Articular pela base os educadores/alfabetizadores, incentivando a troca de experiências. Para cumprir essa tarefa, pensa-se preparar ao longo de 91 uma Nostra de Trabalhos em Alfabetização a realizar-se em setembro.

— Manter a temática da alfabetização em evidência na sociedade, mesmo após o término do Ano Internacional da Alfabetização, uma vez que os problemas persistem com a mesma gravidade. Para tanto, pensa-se manter uma ação cultural pelo resgate da alfabetização como prioridade nacional, que incluiria desde ações locais nas escolas e municípios até intervenções na imprensa e na mídia em geral.

Acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania criado pelo governo federal, informando, analisando e avaliando criticamente suas ações. O GETA foi convidado a compor as Comissões Nacional e Estadual do PNAC e tem enviado representantes às respectivas reuniões.

3. Para viabilizar essa continuidade, o GETA precisaria estruturar-se melhor (inclusive a nível nacional), distribuindo responsabilidades e tarefas. Seria necessário rever a composição da Comissão Executiva e criar novas comissões de trabalho, bem como preparar melhor e espaçar as reuniões plenárias para que aumente o comparecimento.

Assim, a Comissão Executiva convida para a primeira reunião plenária do GETA em 1991, a realizar-se no próximo dia 06 de Março, quarta-feira, das 9:00 às 17:00 horas, nas Oficinas Culturais Irês Rios, à Rua Irês Rios, 363 - Bom Retiro, São Paulo, próximo à estação Tiradentes do Metrô.

A pauta proposta para a reunião é a seguinte:

Manhã - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

.Informes dos representantes do GETA nas Comissões Nacional e Estadual do PNAC.

.Informes sobre o desenvolvimento do PNAC nos Estados, Municípios, Universidades, entidades, etc.

.Avaliação do PNAC.

.Definição de posicionamento do GETA na Conferência Nacional de Alfabetização a realizar-se provavelmente em princípios de abril em Belo Horizonte.

Tarde - Plano de Trabalho do GETA em 91

.Como manter o tema da alfabetização em evidência até o final do AIA/90?

.Como organizar a Mostra de Trabalhos em Alfabetização ou outra forma de promover a mobilização e a troca de experiências?

.Como organizar o GETA para cumprir essas tarefas?

.Encaminhamentos e formação de comissões de trabalho.

Esperamos contar com o comparecimento de todos !

Comissão Executiva do GETA

Endereços para contato:

CLDI

Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP

Fone (011)825-5544 - Telex 1126561ECUMBR

VEREDA

Rua Pampurina, 287 - 05435 - São Paulo - SP

Fone (011)2105249

Boletim do Geta

Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização

Número 5 • São Paulo • Junho 91

O engajamento de setores progressistas no PNAC

Desde o início de sua elaboração, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) provocou desconfi- ança entre aqueles que já tinham algum trabalho anterior com a questão da alfabetização no Brasil. As experiências de Cam- panhas de Alfabetização na América Latina, mesmo quando batizadas de programas, movimentos, cruzadas, etc. não costumam ter resultados animadores. Além disso, a falta de com- promisso anterior tanto do Presidente como do seu Ministro da Educação indicava uma forte probabilidade do PNAC ser apenas um artifício mercadológico destinado a impressionar a opinião pública e organismos internacionais, ambos muito sensíveis aos altíssimos índices de analfabetismo no país.

Esta desconfiança cresceu consideravelmente quando come- çaram a ser ouvidos os primeiros pronunciamentos dos técni- cos do MEC encarregados da concepção do PNAC. As colo- cações, normalmente inconsistentes, apenas enfatizavam a dis- posição governamental em ouvir a sociedade, sem impor "so- luções" de gabinete. À preocupação quanto a falta de dispo- sição política na implementação do Programa, começou a jun- tar-se a suspeita da falta técnica do pessoal responsável pela sua implantação.

Infelizmente esta suspeita confirmou-se com a baixa quali- dade do documento distribuído pelo MEC que consubstanciou o PNAC. A um objetivo genérico juntaram-se metas aleató- rias e algumas sugestões operacionais. Neste documento, esbo- çava-se uma estrutura de direção do Programa composta por Comissões Municipais cujos representantes elegeriam Comis- sões Estaduais cujos representantes elegeriam uma Comissão Nacional. O "Programa" apontava um cronograma em que estas eleições deveriam ocorrer.

Toda a desconfiança com o PNAC não foi suficiente pa- ra que os setores progressistas e comprometidos com a alfab- etização de crianças e adultos (entre os quais se colocam gran- de parte dos participantes do GETA) se negasse, ao menos, inicialmente, com o PNAC.

As causas desta atitude foram várias:

Em primeiro lugar, a magnitude do analfabetismo brasilei- ro é tão grande que seria irresponsável desprezar "a priori" qualquer iniciativa governamental que visasse minorá-lo. Por menor que seja a confiabilidade da iniciativa sempre existe a esperança de poder enriquecê-la e ampliá-la. Historicamente a alfabetização tem sido uma preocupação dos setores progres- sistas. Muitas ações foram desenvolvidas e muito conhecimen- to acumulado. Negar a contribuição deste conhecimento só se justificaria com a certeza da inutilidade desta contribuição. Esta certeza só seria possível após uma tentativa séria de par- ticipação.

Considerou-se também que o PNAC, ao optar, ainda que de forma pouco clara, por uma estrutura de Coordenação por Comissões Municipais, Estaduais e Nacional eleitas, abria

um espaço para o estabelecimento de critérios objetivos na distribuição de recursos. Estes critérios poderiam diminuir a manipulação de verbas para a educação com objetivos eleito- reiros, prática tradicional no Brasil.

A participação na elaboração destes critérios e a fiscaliza- ção do seu cumprimento seria uma contribuição significativa dos setores progressistas no uso correto das verbas públicas para enfrentar o analfabetismo brasileiro.

Outro motivo que levou os setores progressistas a não re- cusarem sua participação inicial no PNAC foi a crença na força da transparência como elemento capaz de induzir um programa, ainda que falho, a perseguir seus objetivos. Consi- deraram que quanto mais ocultos fossem seus procedimentos e diretrizes, maiores seriam as possibilidades de abandono dos seus objetivos para ser engolido por interesses incofessá- veis e transformar-se em mais um fracasso no campo da alfa- betização a exemplo do Mobral e da sua sucessora Educar. Buscar informações e divulgá-las seria uma atividade para im- pedir o desvirtuamento da proposta inicial. Obter informações confiáveis supõe participação.

Finalmente foi considerado que, falhando todo o esforço para tornar o PNAC viável e útil, seria necessário denunciá- lo à sociedade brasileira. Avaliou-se que nesta hipótese, tal denúncia teria maior repercussão e credibilidade por ser fei- ta por quem houvesse se empenhado no sucesso do Progra- ma. Isto afastaria a suspeita de denúncia revanchista ou de oposição sistemática e parcial.

Eis aí, em síntese, as principais razões que levaram seto- res progressistas envolvidos com a alfabetização a se engaja- rem inicialmente no PNAC. Torna-se necessário agora, decor- ridos mais de seis meses de início do Programa, uma reavalia- ção da questão que indique os rumos a seguir com relação à continuação ou não da participação no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

Expediente

Boletim do GETA é produzido pelo Comitê Executivo do Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização.

Contato:

GETA a/c

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Fone: (011) 825-5544 / Fax: (11) 825-7861

Telex 11 26561 ECUMBR

ou

VEREDA Centro de Estudos em Educação

Rua Purpurina, 287 — 05435 — São Paulo — SP

Fone: (011) 210-5249

Mostra nacional de trabalhos em alfabetização

A primeira Mostra de Trabalhos em Alfabetização será realizada acoplada à 6ª CBE, compreendendo os seguintes temas: **pré-escola, primeiro grau, educação de jovens e adultos, movimentos populares e formação de educadores.**

A idéia é abrir oportunidades para que os alfabetizadores, o professor de sala de aula (sem desprezar os "estudiosos" e "especialistas", é claro) mostrem e discutam o que estão fazendo, não importa que se refira à pré-escola, ao primeiro grau ou a ensino de adultos.

O que mostrar?

Painéis: cartazes com fotos, desenhos, diagramas etc., com a presença dos autores.

Comunicações orais de experiências (20 minutos).

Vídeos: 15 a 20 minutos.

Materiais produzidos por alfabetizandos (crianças, jovens e adultos)

Inscrições até 15/07/91 (para apresentar trabalho) ou até 30/07/91 (apenas participação). Enviar resumo ou descrição do que será apresentado (20 linhas).

Fichas de inscrição serão enviadas pelo correio.

Os cartazes deverão ser enviados à Comissão Organizadora até 15/8.

Como fazer?

A idéia já foi divulgada numa circular de 5 de abril passado. Antes de mais nada, é necessário levantar sugestões e adesões.

Seu grupo ou instituição está interessado em participar?

O que poderia apresentar?

Tem alguma sugestão sobre a organização da mostra?

Em que aspectos sua instituição ou grupo pode colaborar?

Escreva para a comissão organizadora, aos cuidados de:

Maria Cecília Ayres Moreira;

Elizabeth Castelhão Martins;

Marlene Coelho Alexandroff

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/DOT

Rua Diogo de Faria 1247, sala 43

04037 São Paulo SP

Fones (011) 549-3255/2604 544-4953/4147

Agenda do PNAC

Convocada pela Comissão Estadual do PNAC, realizou-se em 9/4/91, na Faculdade de Direito da USP, o *Congresso Paulista do PNAC*, com a participação de 520 representantes de 207 municípios do estado de S. Paulo. Pela manhã falaram representantes do MEC, das secretarias Estadual e Municipal de Educação da Capital, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da União dos Dirigentes Municipais de Ensino. O pró-reitor de graduação da USP, Celso Beisiegel, proferiu palestra. À tarde os congressistas emendaram o documento elaborado pela Comissão Estadual do PNAC e elegeram os representantes paulistas para reunião nacional em Brasília.

O número de participantes no Congresso Paulista do PNAC surpreendeu os organizadores, face à precariedade de sua organização, demonstrando que a chancela do MEC ainda tem poder de convocação. A Comissão Estadual do PNAC (na qual o GETA tem representantes), porém, não tem tido o respaldo do MEC e a participação das entidades que se poderia esperar. A persistir esse esvaziamento e desorganização, a Comissão não será capaz de levar a cabo os compromissos firmados no documento estadual. O principal problema enfrentado pela Comissão Estadual é que ela não tem assegurado qualquer poder para influir na alocação de recursos do PNAC.

A *Reunião Preparatória à Conferência Nacional de Alfabetização*, convocada pela Comissão Nacional do PNAC e pela *Secretaria Nacional de Educação Básica do MEC*, transcorreu em Brasília dias 18 a 20/4/91.

Divididos em grupos de trabalho, cerca de 500 representantes

dos estados discutiram e fizeram recomendações sobre financiamento da educação básica, melhoria da qualidade do ensino para crianças e adultos, formação de educadores, cooperação entre esferas de governo, relacionamento entre Estado e sociedade civil e sobre a estrutura e o funcionamento do PNAC.

As propostas aprovadas na reunião deverão subsidiar a Declaração Nacional de Educação para Todos e o Plano de Ação que serão aprovados na Conferência Brasileira de Alfabetização, a realizar-se no segundo semestre. Divergências entre os presentes impediram a aprovação de um regimento para a Conferência, atribuição esta que foi delegada à Comissão Nacional do PNAC.

No transcorrer da reunião ficaram evidentes a heterogeneidade na organização e os diferentes graus de participação na elaboração do PNAC nos estados, assim como o descrédito com que as propostas do MEC são recebidas entre os educadores. Os participantes da reunião não pouparam críticas ao MEC, que respondeu com declarações de boas intenções.

A Embratel retransmitiu em seus auditórios nos estados o *Encontro Internacional de Alfabetização*, realizado em Brasília de 3 a 5 de maio. Participaram do Encontro o Diretor Geral da Unesco, Federico Mayor, entre outros representantes de organismos internacionais de cooperação. Os ministros de 8 países expuseram suas políticas de educação básica, tendo se destacado o relato da experiência de Portugal.

Embora o MEC tivesse expectativas de obter apoio e financiamento dos bancos internacionais para o PNAC, o Encontro não resultou em negociações concretas.

Oito meses do PNAC

A dança dos números

O anúncio do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania desencadeou expectativas nos meios educacionais de que os sistemas públicos de ensino e as entidades comunitárias pudessem vir a receber recursos adicionais para superar as graves dificuldades que vêm enfrentando para a manutenção e ampliação dos serviços de educação básica de crianças, jovens e adultos.

Procuramos acompanhar através da imprensa diária os recursos atribuídos ao PNAC e sua distribuição. Os dados que se seguem mostram sérias contradições entre o discurso e a prática do governo federal no emprego das verbas do PNAC.

Em 11/09/90 o Presidente da República lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, cuja meta é alfabetizar em 5 anos 6 milhões de crianças de 7 a 14 anos e 25 milhões de analfabetos maiores de 15 anos. O Ministro Chiarelli anunciou dispor de Cr\$ 10 bilhões para o PNAC em 1990 e mais Cr\$ 40 bilhões para 1991, sabidamente insuficientes para qualquer programa de educação básica de maior envergadura. Cogitava-se na obtenção ainda em 1990 de Cr\$ 6 bilhões adicionais, oriundos do excesso de arrecadação, a depender de aprovação do Congresso.

Uma semana antes, porém, o Presidente havia vetado o inciso VII do artigo 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso, que garantiria mais recursos para o MEC implementar projetos de educação básica. Ao fazê-lo, a Presidência descumpriu o Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição, que reserva para a alfabetização 50% dos recursos vinculados à educação.

Os estados se debatiam com a falta de recursos, pois até o mês de setembro o MEC não havia liberado um só tostão da quota federal do salário educação, acumulada desde janeiro. Somente Pernambuco, por exemplo, tinha Cr\$ 4 bilhões a receber.

Ao instalar a Comissão Nacional do PNAC em fins de novembro, o Ministro Chiarelli afirmou à imprensa dispor de Cr\$ 18 bilhões para gastar ainda em 1990. A Comissão Nacional do PNAC parece não ter se impressionado, pois ameaçou demitir-se coletivamente caso o governo não retirasse do Congresso a Medida Provisória (reeditada por 4 vezes seguidas) que permitia ao executivo destinar a outros graus de ensino os recursos oriundos de aplicações do salário-educação, de emprego exclusivo no ensino fundamental. A Comissão protestou ainda contra o incentivo do MEC à dedução direta do salário educação pelas empresas. Em resposta à Comissão, o Presidente sancionou em 28/12/90 a Lei 8.150, que permite a aplicação dos recursos do salário educação pelo Banco Central, assegurando que o produto das aplicações seja destinado ao ensino fundamental regular e especial, à educação pré-escolar e encargos relativos a esses níveis de ensino. O MEC, porém, continuou a aplicar a maior parte de seus recursos no ensino superior.

Em 10/12/90 o Ministro Chiarelli dirigiu-se ao Palácio do Planalto para prestar contas dos 90 dias iniciais do Programa. Mais uma vez os números relativos ao PNAC cresceram: seriam Cr\$ 21,1 bilhões, dos quais 55% teriam sido liberados. Os maiores beneficiários foram os municípios (37%), seguidos de entidades federais (17,5%) e entidades de educação especial (4,5%).

Em 18 de fevereiro o MEC informava que seu orçamento para 91 era da ordem de Cr\$ 53 bilhões. Dois dias depois o Ministro corrigia seus números, afirmando que o governo federal deverá investir este ano entre Cr\$ 115 e Cr\$ 125 bilhões apenas em alfabetização, sendo Cr\$ 54,3 bilhões do orçamento do MEC e o restante do FNDE (salário educação).

No final de fevereiro o Ministro anunciou ao Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) a liberação da parcela mensal da quota estadual do salário educação, no valor de Cr\$ 6,6 bilhões, prometendo para os meses seguintes o repasse de U\$ 150 milhões referentes às metas do PNAC, para construção de 37 mil novas salas de aula no país. Segundo Chiarelli, o contingente de 4,35 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola já teria sido reduzido em 30% em sua gestão, graças à construção e reforma de 50 mil salas de aula.

Empréstimos do exterior: vêm ou não vêm?

Sempre que é questionado sobre a exiguidade das verbas disponíveis para o PNAC, o MEC afirma que obterá recursos adicionais através de empréstimos externos.

Em setembro de 1990, por ocasião da 42ª Reunião da UNESCO, o Banco Mundial anunciou dispor de U\$ 6 bilhões para aplicar prioritariamente em países que tenham projetos de educação básica. O Brasil está na lista dos 40 países a serem beneficiados por esses recursos.

Dias depois o Ministro da Educação reuniu-se com representante do Banco Mundial e anunciou estarem praticamente concluídos os entendimentos visando um empréstimo de U\$ 300 milhões para o programa brasileiro de alfabetização. O que o Ministro Chiarelli não disse à imprensa, porém, é que o empréstimo mencionado pouco tem a ver com o PNAC, pois começou a ser negociado durante o governo Sarney, destinando-se especificamente ao chamado "Projeto Nordeste", que visa ações de educação básica em alguns estados daquela região. Deste montante, somente U\$ 1 milhão deverão ser aplicados pela UNICEF ainda em 91.

Em busca de empréstimos do estrangeiro, o Ministro Chiarelli viajou ao exterior em janeiro e organizou o Encontro Internacional de Alfabetização (Brasília, 3 a 5/5/91). Em reunião preparatória ao Encontro Internacional de Alfabetização, representantes do Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) teceram críticas ao PNAC: diante da escassez de recursos, o Programa é demasiadamente abrangente, sendo necessário definir prioridades. Na opinião dos técnicos dos bancos internacionais, o PNAC deveria priorizar as metas de alfabetização e universalização do ensino básico, sem a pretensão de abarcar o ensino pré-escolar e especial. A falta de uma sistemática de avaliação e acompanhamento dos recursos aplicados no Programa também foi objeto de críticas.

Ao final do Encontro Internacional de Alfabetização, o Ministro Chiarelli mostrava-se confiante de que o PNAC teria causado boa impressão aos organismos internacionais, facilitando a antecipação do empréstimo de U\$ 350 milhões do Banco Mundial. O otimismo do Ministro, porém, parece não ter fundamento, pois os especialistas avaliaram que o BIRD não deve liberar os recursos do "Projeto Nordeste" antes de 1992.

Os beneficiados

Por ocasião do lançamento do PNAC, em 11/9/90, a imprensa noticiou que 6 projetos seriam os primeiros a receber Cr\$ 51 milhões, distribuídos entre os municípios de Maceió/AL, São José dos Campos/SP, Jaboatão dos Guararapes/PE (Cr\$ 3 milhões), Triângulo Mineiro, educação indígena em 13 estados a cargo da FUNAI (Cr\$130 milhões) e Projeto "Ler para Valer" do Estado do Rio de Janeiro (Cr\$ 7 milhões). Os critérios para tal escolha são desconhecidos.

Dias depois o Ministro Chiarelli liberou Cr\$ 400 milhões do FNDE para o Estado de Tocantins e Cr\$ 40 milhões para sua capital, Palmas.

Um dos maiores convênios relacionados ao PNAC foi assinado entre o MEC e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em 19/11/90. Os reitores de 69 instituições de ensino superior subiram a rampa do Palácio do Planalto com o Presidente, para receberem Cr\$ 850 milhões, sendo Cr\$ 535,3 milhões para 34 universidades Federais, Cr\$ 197, 4 milhões para 21 universidades privadas e Cr\$ 117,3 milhões para 13 instituições estaduais e municipais.

Em 7/10/90 o Ministro Chiarelli foi ao Rio Grande do Sul e liberou Cr\$ 20 milhões do PNAC para 8 municípios. Menos de um mês depois, em 1/11/90, o Ministro retornou ao rincão natal para distribuir Cr\$ 500 milhões do FNDE ao Estado e municípios, assegurando outros Cr\$ 20 milhões para que a Fundação Padre Landell de Moura promova educação pela TV na periferia da capital. Em 27/12 o Ministro liberou outros Cr\$ 227 milhões para 17 municípios gaúchos.

Em 23/11 foi a vez do Paraná, onde Chiarelli assinou convênios totalizando Cr\$ 1,5 bilhão, distribuídos entre escolas técnicas, 24 municípios (Cr\$ 241 milhões), educação especial (Cr\$ 208 milhões) e LBA.

No final de janeiro de 91 Chiarelli voltou ao Rio Grande do Sul para liberar Cr\$ 110,7 milhões do FNDE a 95 entidades gaúchas de educação especial, materializando um convênio assinado no mês anterior com 78 APAEs e 17 entidades de assistência a excepcionais. A LBA gaúcha recebeu nesta data outros Cr\$ 110 milhões para repassar a entidades de educação especial.

Em Santa Catarina, instituições de ensino superior do médio vale do Itajaí assinaram convênios em fevereiro com o MEC no valor de Cr\$ 101,5 milhões, para instalar oficinas pedagógicas em Blumenau, Timbó e Ascurra. Enquanto isso o programa de educação de adultos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que atende 300 alunos em 17 turmas, não pode se expandir por esgotamento da capacidade de investimento do município e falta de apoio federal.

Prefeituras e associações de educação de deficientes de Minas Gerais foram agraciadas com Cr\$ 790 milhões em 21/02/91. A Prefeitura de Belo Horizonte recebeu Cr\$ 150 milhões.

Em março e abril de 91 o MEC assinou diversos convênios relacionados ao PNAC com empresários da construção civil. Incentivados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diversos Sindicatos estaduais organizaram projetos de alfabetização nos canteiros de obras. O Sinduscon do Rio Grande do Sul recebeu Cr\$ 50 milhões em 17/3. Dia 22/3 foi a vez do Sinduscon do Rio de Janeiro. Em 6/4 o Presidente da República prestigiou seu amigo e correligionário, Deputado Paulo Octávio (PRN/DF), que representou os empreiteiros na assinatura do convênio entre o Sinduscon/DF e o MEC

no valor de Cr\$ 115 milhões para a alfabetização de 1750 operários (resultando no custo/aluno de U\$ 267,7 per capita).

O Ministério não foi tão generoso com o Amazonas, que recebeu em 20/4/91 apenas Cr\$ 15 milhões para o projeto estadual do PNAC que pretende alfabetizar 40.000 crianças e adultos nas zonas rurais e urbanas.

Talvez por ser governado por um político do PFL, Pernambuco foi o estado que mais recursos recebeu em 91: nada menos que Cr\$ 2,34 bilhões, em convênios assinados no último dia 13/5, visando a recuperação de escolas e aquisição de material escolar. Na mesma data o Rio Grande do Norte, também governado por um pefelista, assinou com o MEC convênio no valor de Cr\$ 1,5 bilhão. Este é o segundo convênio assinado entre o MEC e o governador potiguar: no dia seguinte à posse de Agripino Maia, o Rio Grande do Norte já recebera Cr\$ 400 milhões do MEC.

O zelo do Ministro com os governadores de seu partido não poupou-o de críticas durante recente convenção do PFL. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, não escondeu da imprensa seu descontentamento, afirmando que Chiarelli privilegiava seu Estado em detrimento dos interesses políticos do partido. Todos lá já sabem que Chiarelli é candidato a governador pelo Rio Grande do Sul em 94...

Projeto "Minha Gente": interesses políticos levam à dispersão de recursos e superposição de ministérios

No último dia 21/5 o Presidente derramou lágrimas na cerimônia de lançamento do Programa de Centros Integrados de Assistência às Crianças (CIACs), vinculado ao Projeto "Minha Gente". Seguindo o modelo dos CIEPs, os CIACs serão unidades que incluirão posto de saúde para assistência materno-infantil, creche, pré-escola, escola de 1º grau em período integral, alojamento para menores abandonados, alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes à noite.

O Presidente prometeu construir 5 mil CIACs para atender 6,5 milhões de crianças e jovens, a um custo total estimado em Cr\$ 1 trilhão (U\$ 3,8 bilhões). Os recursos ainda não estão garantidos, e o investimento inicial de Cr\$ 62 bilhões será proveniente dos ministérios da Saúde, Ação Social, Economia e Justiça.

O Ministério da Educação não participou da elaboração do projeto e o Ministro só o conheceu depois de pronto. Embora a princípio o projeto não envolva recursos do MEC, ele deverá captar parte do orçamento educacional no futuro, pois estima-se que 80% do investimento será realizado em educação.

O Ministro da Saúde Alcení Guerra, que coordenará o programa através do "Ministério da Criança", prometeu a construção de 20 "fábricas de escolas" e 20 CIACs até o final de 91. Ele deixou claro que a distribuição das unidades obedecerá critérios técnicos e políticos. Imediatamente após a cerimônia de lançamento do projeto os 25 governadores e mais de 100 políticos presentes começaram a disputa pela instalação dos CIACs em seus estados e municípios. O projeto interessa também às empreiteiras que construirão as "fábricas de escolas" ainda em 91, após licitação que será aberta no início de junho, envolvendo recursos da ordem de 3 a 5 bilhões de dólares.

Ninguém há de opor-se à construção de escolas, mas é momento de perguntar porque tal iniciativa desenvolve-se marginalmente ao MEC e não vem integrada a outras providências cruciais para a educação básica, como a melhoria da formação e remuneração do professorado.

GETA
GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHOS EM ALFABETIZAÇÃO

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL
DE ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA

Após sucessivos adiamentos, o Governo Federal lançou em 11 de setembro de 1990 o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC).

Dias após o lançamento do Programa, o GETA realizava o Congresso Brasileiro de Alfabetização (São Paulo: 14 a 16/09/90). O MEC teve a oportunidade de apresentar o PNAC aos congressistas em pronunciamento da Secretária Nacional de Educação Básica Lélia Ausrilino Silva na mesa-redonda sobre Política Nacional de Alfabetização. A titular da SENE/MEC enfatizou em seu pronunciamento que o PNAC seria elaborado mediante ampla consulta à sociedade através de assembleias municipais, estaduais e nacional.

Já naquela ocasião o PNAC sofreu críticas. A representante do CONSED, Gilda Poli, Secretária de Educação do Paraná, questionou a coerência do governo federal, arguindo que a política econômica recessiva acentua os problemas sociais que são geradores do analfabetismo.

O Congresso Brasileiro de Alfabetização aprovou uma declaração que aponta diretrizes para uma política consistente visando a superação do analfabetismo:

- priorizar a educação básica em uma política nacional de combate às raízes estruturais da pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico;
- combater o preconceito em relação ao analfabeto, reconstruindo o conceito de alfabetização;
- ampliar substancialmente os recursos para a educação básica;
- valorizar o magistério, promover a formação dos educadores e a pesquisa em alfabetização;
- garantir a participação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização.

Munido dessas diretrizes, o GETA dispôs-se a colaborar na elaboração do PNAC, aceitando os convites do MEC para participar das Comissões Nacional e Estadual do Programa.

Em plenária realizada dia 06/03/91 em São Paulo, o GETA realizou uma avaliação crítica do PNAC e concluiu que, nos seis meses que se seguiram à sua criação, o Programa desenvolveu-se de maneira ambígua. Enquanto o MEC e a Comissão Nacional do Programa mantiveram o discurso que apela para a mobilização e participação da sociedade, a ação prática do Programa pautou-se pelos tradicionais procedimentos autoritários e clientelistas do governo federal.

O atropelado calendário do Programa, associado à ausência de recursos para que as Comissões Estaduais pudessem trabalhar, impediu que as assembleias municipais e até mesmo algumas estaduais fossem realizadas. Enquanto as Comissões Nacional e Estaduais se esforçavam por elaborar documentos de critérios e convocar conferências, os órgãos executivos do MEC baixaram portarias que contrariam o espírito do Programa e distribuíam seus recursos sem a desejável transparência nos critérios que está adotando.

Diante deste quadro, o GETA exige respostas às seguintes perguntas:

Quais são os recursos efetivamente disponíveis para o PNAC e quais os critérios que estão sendo adotados para sua liberação?

Por que certos municípios tiveram seus projetos aprovados e recursos liberados a toque de caixa, enquanto outros aguardam há meses resposta sobre os projetos que enviaram ao Ministério?

Por que certos governos estaduais receberam recursos e outros não?

Por que instituições isoladas de ensino superior que não têm qualquer tradição com trabalhos em alfabetização foram das primeiras a receber recursos do Programa?

Que papel cumprem as Comissões do Programa se o controle dos recursos e as decisões fundamentais continuam a ser tomadas nos gabinetes ministeriais?

A persistência dessa ambiguidade e a falta de respostas a essas dúvidas acabam por gerar descrédito quanto à efetiva vontade política do governo federal em promover um programa de alfabetização descentralizado e participativo. Por esse motivo o GETA torna públicas suas críticas e interrogações, esperando ser possível ainda uma correção de rumos do PNAC.

Por ora, o GETA recomenda a manutenção de uma atitude ativa diante do PNAC, mediante a formulação de projetos, envio de representantes às comissões nacional e estadual e participação nos congressos e conferências a ele relacionados. Em contrapartida, exige a participação da sociedade civil na definição de diretrizes, acompanhamento e fiscalização do Programa. Ao mesmo tempo, propõe a adoção de uma severa vigilância crítica sobre os rumos do Programa, especialmente no tocante à alocação de recursos e definição de mecanismos de avaliação.

Em fins de maio o GETA realizará nova plenária em que voltará a avaliar o andamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

São Paulo, abril de 1990.

GETA - GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHOS EM ALFABETIZAÇÃO

São Paulo, 11 de Outubro de 1990.

Prezados Senhores,

O GETA - Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização é uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares, sindicatos e empresas, constituído com o objetivo de marcar o Ano Internacional da Alfabetização pela reflexão e ação em relação ao problema do analfabetismo no Brasil.

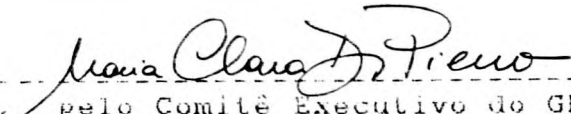
Nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990 o GETA realizou em São Paulo o Congresso Brasileiro de Alfabetização, que reuniu duas mil pessoas e contou com a participação de numerosos estudiosos e autoridades educacionais em debates que abordaram a problemática da alfabetização e do analfabetismo nas dimensões política e pedagógica.

Fruto dos debates realizados, a plenária final do CBA aprovou o Documento Final, Declaração e mocões que sequeem em anexo.

Face a importância do tema, a oportunidade do momento político (em que o Governo Federal lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania) e atendendo a uma recomendação aprovada em plenário, solicitamos desta entidade a apreciação do Documento Final e da Declaração dos Congressistas e sua divulgação através dos órgãos de imprensa e comunicação.

Certos de poder contar com seu interesse, agradecemos antecipadamente a divulgação que puderem realizar e colocamo-nos à sua disposição para intercâmbio de informações e opiniões sobre o tema.

Atenciosamente,


pelo Comitê Executivo do GETA

Endereços para contato:

GETA - Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização
a/c

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 - Cep:01238 - São Paulo - SP

Fone:(011)825-5544 Fax:11-825-7861 Telex:1126561 ECUM BR
ou

VEREDA Centro de Estudos em Educação

Rua Pulpurina, 287 - Cep:05435 - São Paulo - SP

Fone:(011)210-5249

Congresso Brasileiro de Alfabetização - São Paulo, 14, 15 e 16 de setembro de 1990

Apontando soluções: Documento Final

1. Introdução

A Unesco declarou 1990 *Ano Internacional da Alfabetização* como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o *Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)*, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dezesseis meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o *Congresso Brasileiro de Alfabetização* nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, tendo sido discutido e aprovado no Congresso.

2. Dimensionando o problema do analfabetismo no Brasil

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas (quadros 1 e 2).

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evoluiu de maneira similar aos demais países latino-americanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de escolas, menores investimentos em material didático etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que têm acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento

da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos governos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latino-americana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de US\$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias

cujas rendas per capita não superavam dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio mínimo. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem, muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

3. A crise da escola pública

Escolas em número insuficiente, falta de vagas nas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares, configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

Quadro 1: Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos e mais a partir de 1920

Ano (fonte)	Total	Analfabetas	Analfabetas (%)
1920 (censo)	17.557.282	11.401.715	64,9
1940 (censo)	23.709.769	13.269.381	56,0
1950 (censo)	30.249.423	15.272.632	50,5
1960 (censo)	40.278.602	15.964.852	39,6
1970 (censo)	54.008.604	18.146.977	33,6
1980 (censo)	73.541.943	18.716.847	25,5
1982 (PNAD)	76.534.782	17.685.987	23,1
1984 (PNAD)	81.140.959	17.273.309	21,3
1986 (PNAD)	86.554.036	17.320.725	20,0
1987 (PNAD)	88.816.170	17.456.384	19,7

Fonte: IBGE

Quadro 2: Brasil — Analfabetos por Região População de 5 ou mais anos — 1988

Região	População	Analfabetos	%
Norte	4.051.297	801.297	19,7
Nordeste	35.776.034	15.474.144	43,2
Centro-oeste	8.683.069	1.953.083	22,4
Sudeste	56.855.869	9.296.260	16,3
Sul	19.648.325	3.177.849	16,1
Brasil	141.382.535	30.702.633	24,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — IBGE 88

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, atanca mais as metas das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que frequentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US\$ 19,2 bilhões) em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à universalização do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo federal continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2º grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1º grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O plano de alfabetização anunciado pelo Ministro da Educação destina à alfabetização e 1º grau serão de Cr\$ 10 bilhões em 1990 e Cr\$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos são insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especial-

mente se os compararmos aos Cr\$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr\$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à alfabetização, o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu US\$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70. A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr\$ 50 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A Medida Provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, a Medida desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1º grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham gás e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo; outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas.

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

4. Apontando soluções

Declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes proposições:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

A. Priorizar a educação básica em uma política nacional de combate às raízes estruturais da pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo con-

temporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensino básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exíguos para "erradicar" o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Esses programas vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e em especial a educação fundamental e a superação do analfabetismo, no sentido de que o sistema nacional de educação, na sua organização e funcionamento — da educação infantil à universidade — traduza uma política de educação vinculada a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

5: Moções apro- adas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização

5.1. Destinação do documento final

5.1.1. Promover discussões, nos locais de origem dos participantes e em outros onde for possível, sobre o evento e seus resultados, buscando comprometer as instituições públicas e privada e os movimentos nesse debate.

5.1.2. Enviar a "Declaração" do CBA a todos os órgãos centrais das secretarias de educação dos estados e municípios, aos representantes no poder legislativo dos estados e da federação, aos órgãos centrais do MEC, além de divulgá-lo junto a todo o magistério através de seus órgãos representativos, junto às universidades e instituições isoladas de ensino superior, às escolas privadas, à imprensa e demais organizações da sociedade civil.

5.2. Continuidade do GETA (indicação)

Considerando:

que o CBA revela o desejo de participação para a superação da questão do analfabetismo no país;

que é necessário que a luta pela superação da questão do analfabetismo se faça de forma articulada em nível nacional;

que este congresso está levantando propostas que torna necessária a criação de mecanismos de encaminhamento, fiscalização e cobrança;

Propomos a ampliação do GETA como um espaço democrático, informal de articulação de entidades, movimentos e demais instituições ligadas à questão da alfabetização. Essa articulação acontecerá em torno de atividades concretas e comuns.

O GETA não terá estrutura formal, o que significa que não terá um corpo diretivo constituído em cargos e funções definidas.

Sugerimos, num primeiro momento, que esses espaços sejam criados em nível municipal, estadual e, nos locais onde já existem, sejam fortalecidos. Será realizada uma reunião, onde se discutirão questões referentes à operacionalização do GETA. Esta reunião, em data e local a serem definidos neste congresso, deve discutir entre outras questões critérios de participação, local de referência, bem como plano de ação inicial.

O plano de ação inicial proposto inclui:

a) Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania;

b) Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente à Lei de Diretrizes e Bases.

5.3. Continuidade do trabalho de articulação

5.3.1. Buscar articulação nacional que permita realizar um novo congresso, precedido de preparação prévia através de discussões de âmbito regional/local.

5.3.2. Levantar práticas/experiências em desenvolvimento na área da alfabetização e incentivar a organização de grupos de estudo/trabalho que farão parte do próximo encontro, cujo contato e credenciamento será no GETA, em São Paulo, o ponto de referência.

Ao Congresso Nacional

Considerando que muitos dos indicativos apontados na "Declaração" do CBA estão contemplados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional; e considerando que o referido projeto é representativo dos anseios de amplos segmentos da sociedade civil ligadas à educação; exigimos dos senhores senadores e deputados a sua votação ainda nesta legislatura.

5.5. Sobre o menor

Conforme relatório da Anistia Internacional, no ano de 89 foram assassinados 458 menores abandonados nas ruas de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Este e outros "números" da situação do menor no Brasil, bem como a existência de 30 milhões de analfabetos, situam o problema no campo do descaso das autoridades em efetivar uma política pública de integração desses menores na convivência social digna e na preparação para o exercício da cidadania plena.

As políticas altamente recessivas, os investimentos em "segurança" que acabam por ampliar a violência contra os menores, a não punição

dos assassinos e a não investigação das causas que levam à morte centenas de menores abandonados, a exploração no mercado de trabalho a exclusão da escola, a repressão nas "fundações" de bem-estar etc. são as respostas dadas pelas autoridades públicas à questão do menor. Este descaso evidencia cada vez mais a política "moderna" de "erradicar" a pobreza e reprimir a classe trabalhadora no seu desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Repudiamos veementemente este descaso e as atuais "políticas públicas".

Nós, reunidos no Congresso Brasileiro de Alfabetização, exigimos das autoridades a imediata ação para concretizarmos políticas públicas eficazes, com uma ampla discussão de toda a sociedade civil, bem como destes menores organizados em diversas entidades.

5.6. À Undime e ao Consed

Damos nosso total apoio à proposta da Undime e Consed no que se refere à aplicação dos recursos provenientes do salário-educação: 20% para a União, 60% para os Estados e 20% para os municípios.

5.7. Desativação de classes de educação de adultos

Considerando que a discussão desenvolvida nesse Congresso é a garantia de escola para todos: nenhum aluno fora da escola.

Considerando que todas as modalidades de ensino devem inserir-se numa política global de educação.

Considerando que a educação de jovens e adultos deve fazer parte efetiva dessa política global de educação.

Considerando que defendemos a escola onde o aluno se encontra.

Considerando que defendemos a democratização da educação, com discussão permanente de todos os setores envolvidos no processo.

Considerando que defendemos a ampliação do número de salas de aula.

Nós participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização que defendemos os princípios acima citados, discordamos da forma como vem sendo tratada a desativação de salas de cursos de Educação de Adultos na Secretaria de Educação do Município de São Paulo (seguem 168 assinaturas).

5.8. Ensino superior gratuito e crédito educativo

Cabe comprometer os universitários beneficiados pelo ensino superior público em Universidades federais e estaduais e aqueles beneficiados pelo crédito educativo em retornarem à população os investimentos nele realizados a elaboração e execução de projetos que visem a superação do analfabetismo.

5.9. Avaliação

Considerando que é possível buscar soluções para os problemas da alfabetização no interior da própria escola, propomos:

Uma mudança de postura das instâncias administrativas, diretivas e técnicas das escolas em relação à coleta de dados de matrícula, evasão e repetência;

Que a Secretaria de Educação passe a acompanhar a coleta de dados quantitativos de evasão e resistência pela avaliação qualitativa das causas que levam os alunos a evadir-se e serem reprovados;

Que as instâncias diretivas e pedagógicas das escolas elaborem relatórios analíticos, apontando as causas da evasão e repetência para que possam ser buscadas soluções adequadas a cada realidade específica;

A revisão das relações administrativas e pedagógicas nas redes de ensino, visando a mudança da mentalidade autoritária, burocrática e os privilégios dos que exercem funções públicas sem responsabilidades e consciência social de suas funções.

5.10. Educação especial

Nós, educadores de Educação Especial participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização discutimos e decidimos que:

Estamos inseridos na luta das questões educacionais, também especificamente na metodologia de alfabetização, cientes de que toda a política nacional de alfabetização influenciará diretamente em todo processo educacional de nosso país, vindo portanto a necessidade de que seja incluído, Educação Especial em todas as formas de organização e luta pelo movimento de alfabetização.

B. Combater o preconceito em relação ao analfabeto, reconstruindo o conceito de alfabetização

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é "o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples".¹ Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como garantir o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade.

C. Garantir o direito de todos à alfabetização, à escolarização e à continuidade do processo educativo

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progresso a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização tem, portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação de crianças, de jovens e adultos.

D. Ampliar substancialmente os recursos para a educação básica

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação, reformulação da jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar, com recursos distintos.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios, diz, nas disposições transitórias, que 50% desses recursos devem obrigatoriamente ser destinados à universalização do ensino fundamental e eliminação do analfabetismo, nos dez anos seguintes à promulgação da Constituição, o que não vem sendo respeitado. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo, por falta de uma conceituação precisa do que seja manutenção e desenvolvimento do ensino. Faz-se então, urgente, exigir do Poder Executivo e dos legisladores a revisão de sua destinação. Indispensável, também, garantir o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre as esferas públicas (União-Estados-Municípios), uma vez que, em face de uma equivocada política de municipalização do ensino, aos municípios têm sido repassados serviços e responsabilidades incompatíveis com seus recursos financeiros e estrutura. Além disso é necessário a criação de meios que possibilitem à sociedade civil um controle efetivo dos recursos públicos, repudiando qualquer forma de favoritismo político.

Os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, de-

envolver uma política de captação de novos recursos para a educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, como mais uma alternativa, apoiamos, a posição assumida pelos países latino-americanos em Quito,² de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica, a fundo perdido. A aplicação desses recursos deverá ser fiscalizada pela sociedade civil, através das instituições representativas de classe envolvidas com a Educação.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamento em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

E. Valorizar o magistério, promover a formação dos educadores e a pesquisa em alfabetização

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente elevar os padrões de remuneração do magistério e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um piso salarial nacional que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social e política de sua função.

É necessário assegurar aos professores um estatuto que garanta uma perspectiva de carreira que incentive sua permanência no magistério, sua ascensão funcional por qualificação bem como uma jornada de trabalho que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores é condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores.

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2º grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos; mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2º grau, criando uma área no currículo especificamente voltada para formação de professores alfabetizadores, elevando a oferta de profissionais habilitados e proporcionando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, o resgate e o apoio à sistematização das práticas, a divulgação de inovações, a formação de novos professores e a sua integração com a comunidade escolar para a elaboração de propostas conjuntas de aperfeiçoamento de professores.

F. Garantir participação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização

O governo federal não deve impor à sociedade civil um programa de alfabetização. Um programa dessa natureza, além de implicar na cooperação efetiva entre estados, municípios e União, deve ser formulado e acompanhado por uma comissão nacional, composta por representantes das três esferas governamentais (MEC, Consed, Undime), bem como por representantes de entidades nacionais, como OAB, CNBB, CUT etc.

São Paulo, setembro de 1990.

Notas

1. Conceito adotado pela ONU e usado pelo IBGE, o qual diminui substancialmente o número de analfabetos nos computadores estatísticos.
2. Consulta regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, novembro/dezembro 1990).

GETA - GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHOS EM ALFABETIZAÇÃO

São Paulo, 11 de Outubro de 1990.

Prezados Senhores,

O GETA - Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização é uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares, sindicatos e empresas, constituído com o objetivo de marcar o Ano Internacional da Alfabetização pela reflexão e ação em relação ao problema do analfabetismo no Brasil.

Nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990 o GETA realizou em São Paulo o Congresso Brasileiro de Alfabetização, que reuniu quase mil pessoas e contou com a participação de numerosos estudiosos e autoridades educacionais em debates que abordaram a problemática da alfabetização e do analfabetismo nas dimensões política e pedagógica.

Fruto dos debates realizados, a plenária final do CBA aprovou o Documento Final, Declaração e mocções que seguem em anexo.

Face a importância do tema, a oportunidade do momento político (em que o Governo Federal lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania) e atendendo a uma recomendação aprovada em plenária, solicitamos desta entidade a apreciação do Documento Final e da Declaração dos Congressistas e sua divulgação, através dos órgãos de imprensa e comunicação.

Certos de poder contar com seu interesse, agradecemos antecipadamente a divulgação que puderem realizar e colocamo-nos à sua disposição para intercâmbio de informações e opiniões sobre o tema.

Atenciosamente,


pelo Comitê Executivo do GETA

Endereços para contato:

GETA - Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização
a/c

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 - Cep: 01238 - São Paulo - SP

Fone: (011) 825-5544 Fax: 11-825-7861 Telex: 1126561 ECUM BR

ou

VEREDA Centro de Estudos em Educação

Rua Pulpurina, 287 - Cep: 05435 - São Paulo - SP

Fone: (011) 210-5249

Congresso Brasileiro de Alfabetização - São Paulo, 14, 15 e 16 de setembro de 1990

Apontando soluções: Documento Final

1. Introdução

A Unesco declarou 1990 *Ano Internacional da Alfabetização* como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o *Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)*, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dezesseis meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o *Congresso Brasileiro de Alfabetização* nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, tendo sido discutido e aprovado no Congresso.

2. Dimensionando o problema do analfabetismo no Brasil

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas (quadros 1 e 2).

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evoluiu de maneira similar aos demais países latino-americanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de escolas, menores investimentos em material didático etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que têm acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento

da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos governos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latino-americana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de US\$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias

cujas rendas per capita não superam dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio mínimo. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem, muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

3. A crise da escola pública

Escolas em número insuficiente, falta de vagas nas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares, configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

Quadro 1: Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos e mais a partir de 1920

Ano (fonte)	Total	Analfabetas	Analfabetas (%)
1920 (censo)	17.557.282	11.401.715	64,9
1940 (censo)	23.709.769	13.269.381	56,0
1950 (censo)	30.249.423	15.272.632	50,5
1960 (censo)	40.278.602	15.964.852	39,6
1970 (censo)	54.008.604	18.146.977	33,6
1980 (censo)	73.541.943	18.716.847	25,5
1982 (PNAD)	76.534.782	17.685.987	23,1
1984 (PNAD)	81.140.959	17.273.309	21,3
1986 (PNAD)	86.554.036	17.320.725	20,0
1987 (PNAD)	88.816.170	17.456.384	19,7

Fonte: IBGE

Quadro 2: Brasil — Analfabetos por Região População de 5 ou mais anos — 1988

Região	População	Analfabetos	%
Norte	4.051.297	801.297	19,7
Nordeste	35.776.034	15.474.144	43,2
Centro-oeste	8.683.069	1.953.083	22,4
Sudeste	56.855.869	9.296.260	16,3
Sul	19.648.325	3.177.849	16,1
Brasil	141.382.535	30.702.633	24,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — IBGE 88

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, alcança mais da metade das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que freqüentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US\$ 19,2 bilhões) em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à educação do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2º grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1º grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O plano de alfabetização anunciado pelo Ministro da Educação destina à alfabetização e 1º grau serão de Cr\$ 10 bilhões em 1990 e Cr\$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos são insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especial-

mente se os compararmos aos Cr\$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr\$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à alfabetização, o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu US\$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70. A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr\$ 60 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A Medida Provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, a Medida desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1º grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham gás e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo; outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas.

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

4. Apontando soluções

Declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes proposições:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

4. Priorizar a educação básica em uma política nacional de combater as raízes estruturais da pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo con-

temporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensino básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exigüos para "erradicar" o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Esses programas vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e em especial a educação fundamental e a superação do analfabetismo, no sentido de que o sistema nacional de educação, na sua organização e funcionamento — da educação infantil à universidade — traduza uma política de educação vinculada a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

5. Moções aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização

5.1. Destinação do documento final

5.1.1. Promover discussões, nos locais de origem dos participantes e em outros onde for possível, sobre o evento e seus resultados, buscando comprometer as instituições públicas e privadas e os movimentos nesse debate.

5.1.2. Enviar a "Declaração" do CBA a todos os órgãos centrais das secretarias de educação dos estados e municípios, aos representantes do poder legislativo dos estados e da federação, aos órgãos centrais do MEC, além de divulgá-lo junto a todo o magistério através de seus órgãos representativos, junto às universidades e instituições isoladas de ensino superior, às escolas privadas, à imprensa e demais organizações da sociedade civil.

5.2. Continuidade do GETA (indicação)

Considerando:

que o CBA revela o desejo de participação para a superação da questão do analfabetismo no país;

que é necessário que a luta pela superação da questão do analfabetismo se faça de forma articulada em nível nacional;

que este congresso está levantando propostas que torna necessária a criação de mecanismos de encaminhamento, fiscalização e cobrança;

Propomos a ampliação do GETA como um espaço democrático, informal de articulação de entidades, movimentos e demais instituições ligadas à questão da alfabetização. Essa articulação acontecerá em torno de atividades concretas e comuns.

O GETA não terá estrutura formal, o que significa que não terá um corpo diretivo constituído em cargos e funções definidas.

Sugerimos, num primeiro momento, que esses espaços sejam criados em nível municipal, estadual e, nos locais onde já existem, sejam fortalecidos. Será realizada uma reunião, onde se discutirão questões referentes à operacionalização do GETA. Esta reunião, em data e local a serem definidos neste congresso, deve discutir entre outras questões critérios de participação, local de referência, bem como plano de ação inicial.

O plano de ação inicial proposto inclui:

a) Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania;

b) Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente à Lei de Diretrizes e Bases.

5.3. Continuidade do trabalho de articulação

5.3.1. Buscar articulação nacional que permita realizar um novo congresso, precedido de preparação prévia através de discussões de âmbito regional/local.

5.3.2. Levantar práticas/experiências em desenvolvimento na área da alfabetização e incentivar a organização de grupos de estudo/trabalho que farão parte do próximo encontro, cujo contato e credenciamento será no GETA, em São Paulo, o ponto de referência.

4o Congresso Nacional

Considerando que muitos dos indicativos apontados na "Declaração" do CBA estão contemplados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional; e considerando que o referido projeto é representativo dos anseios de amplos segmentos da sociedade civil ligados à educação; exigimos dos senhores senadores e deputados a sua votação ainda nesta legislatura.

5.5. Sobre o menor

Conforme relatório da Anistia Internacional, no ano de 89 foram assassinados 458 menores abandonados nas ruas de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Este e outros "números" da situação do menor no Brasil, bem como a existência de 30 milhões de analfabetos, situam o problema no campo do descaso das autoridades em efetivar uma política pública de integração desses menores na convivência social digna e na preparação para o exercício da cidadania plena.

As políticas altamente recessivas, os investimentos em "segurança" que acabam por ampliar a violência contra os menores e a não punição

dos assassinos e a não investigação das causas que levam à morte centenas de menores abandonados, a exploração no mercado de trabalho a exclusão da escola, a repressão nas "fundações" de bem-estar etc. são as respostas dadas pelas autoridades públicas à questão do menor. Este descaso evidencia cada vez mais a política "moderna" de "erradicar" a pobreza e reprimir a classe trabalhadora no seu desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Repudiamos veementemente este descaso e as atuais "políticas públicas".

Nós, reunidos no Congresso Brasileiro de Alfabetização, exigimos das autoridades a imediata ação para concretizarmos políticas públicas eficazes, com uma ampla discussão de toda a sociedade civil, bem como destes menores organizados em diversas entidades.

5.6. À Undime e ao Consed

Damos nosso total apoio à proposta da Undime e Consed no que se refere à aplicação dos recursos provenientes do salário-educação: 20% para a União, 60% para os Estados e 20% para os municípios.

5.7. Desativação de classes de educação de adultos

Considerando que a discussão desenvolvida nesse Congresso é a garantia de escola para todos: nenhum aluno fora da escola.

Considerando que todas as modalidades de ensino devem inserir-se numa política global de educação.

Considerando que a educação de jovens e adultos deve fazer parte efetiva dessa política global de educação.

Considerando que defendemos a escola onde o aluno se encontra:

Considerando que defendemos a democratização da educação, com discussão permanente de todos os setores envolvidos no processo:

Considerando que defendemos a ampliação do número de salas de aula.

Nós participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização que defendemos os princípios acima citados, discordamos da forma como vem sendo tratada a desativação de salas de cursos de Educação de Adultos na Secretaria de Educação do Município de São Paulo (seguem 168 assinaturas).

5.8. Ensino superior gratuito e crédito educativo

Cabe comprometer os universitários beneficiados pelo ensino superior público em Universidades federais e estaduais e aqueles beneficiados pelo crédito educativo em retornarem à população os investimentos nele realizados a elaboração e execução de projetos que visem a superação do analfabetismo.

5.9. Avaliação

Considerando que é possível buscar soluções para os problemas da alfabetização no interior da própria escola, propomos:

Uma mudança de postura das instâncias administrativas, diretivas e técnicas das escolas em relação à coleta de dados de matrícula, evasão e repetência;

Que a Secretaria de Educação passe a acompanhar a coleta de dados quantitativos de evasão e repetência pela avaliação qualitativa das causas que levam os alunos a evadir-se e serem reprovados;

Que as instâncias diretivas e pedagógicas das escolas elaborem relatórios analíticos, apontando as causas da evasão e repetência para que possam ser buscadas soluções adequadas a cada realidade específica;

A revisão das relações administrativas e pedagógicas nas redes de ensino, visando a mudança da mentalidade autoritária, burocrática e os privilégios dos que exercem funções públicas sem responsabilidades e consciência social de suas funções.

5.10. Educação especial

Nós, educadores de Educação Especial participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização discutimos e decidimos que:

Estamos inseridos na luta das questões educacionais, também especificamente na metodologia de alfabetização, cientes de que toda a política nacional de alfabetização influenciará diretamente em todo processo educacional de nosso país, sendo portanto a necessidade de que seja incluído, Educação Especial em todas as formas de organização e luta pelo movimento de alfabetização.

B. Combater o preconceito em relação ao analfabeto, reconstruindo o conceito de alfabetização

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é "o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples".¹ Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como garantir o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade.

C. Garantir o direito de todos à alfabetização, à escolarização e à continuidade do processo educativo

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização tem, portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação de crianças, de jovens e adultos.

D. Ampliar substancialmente os recursos para a educação básica

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação, reformulação da jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar, com recursos distintos.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios, diz, nas disposições transitórias, que 50% desses recursos devem obrigatoriamente ser destinados a universalização do ensino fundamental e eliminação do analfabetismo, nos dez anos seguintes à promulgação da Constituição, o que não vem sendo respeitado. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo, por falta de uma conceituação precisa do que seja manutenção e desenvolvimento do ensino. Faz-se então, urgente, exigir do Poder Executivo e dos legisladores a revisão de sua destinação. Indispensável, também, garantir o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre as esferas públicas (União-Estados-Municípios), uma vez que, em face de uma equivocada política de municipalização do ensino, aos municípios têm sido repassados serviços e responsabilidades incompatíveis com seus recursos financeiros e estrutura. Além disso é necessário a criação de meios que possibilitem à sociedade civil um controle efetivo dos recursos públicos, repudiando qualquer forma de favoritismo político.

Os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, de-

envolver uma política de captação de novos recursos para a educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, como mais uma alternativa, apoiamos, a posição assumida pelos países latino-americanos em Quito,² de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica, a fundo perdido. A aplicação desses recursos deverá ser fiscalizada pela sociedade civil, através das instituições representativas de classes envolvidas com a Educação.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamento em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

E. Valorizar o magistério, promover a formação dos educadores e a pesquisa em alfabetização

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente elevar os padrões de remuneração do magistério e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um piso salarial nacional que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social e política de sua função.

É necessário assegurar aos professores um estatuto que garanta uma perspectiva de carreira que incentive sua permanência no magistério, sua ascensão funcional por qualificação bem como uma jornada de trabalho que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores e condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores.

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2º grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos; mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2º grau, criando uma área no currículo especificamente voltada para formação de professores alfabetizadores, elevando a oferta de profissionais habilitados e proporcionando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, o resgate e o apoio à sistematização das práticas, a divulgação de inovações, a formação de novos professores e a sua integração com a comunidade escolar para a elaboração de propostas conjuntas de aperfeiçoamento de professores.

F. Garantir participação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização

O governo federal não deve impor à sociedade civil um programa de alfabetização. Um programa dessa natureza, além de implicar na cooperação efetiva entre estados, municípios e União, deve ser formulado e acompanhado por uma comissão nacional, composta por representantes das três esferas governamentais (MEC, Consed, Undime), bem como por representantes de entidades nacionais, como OAB, CNBB, CUT etc.

São Paulo, setembro de 1990.

Notas

1. Conceito adotado pela ONU e usado pelo IBGE, o qual diminui substancialmente o número de analfabetos nos cálculos estatísticos.
2. Consulta regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, novembro/dezembro 1990).

GETA - GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHOS EM ALFABETIZAÇÃO

São Paulo, 11 de Outubro de 1990.

Prezados Senhores,

O GETA - Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização é uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares, sindicatos e empresas, constituído com o objetivo de marcar o Ano Internacional da Alfabetização pela reflexão e ação em relação ao problema do analfabetismo no Brasil.

Nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990 o GETA realizou em São Paulo o Congresso Brasileiro de Alfabetização, que reuniu duas mil pessoas e contou com a participação de numerosos estudiosos e autoridades educacionais em debates que abordaram a problemática da alfabetização e do analfabetismo nas dimensões política e pedagógica.

Fruto dos debates realizados, a plenária final do CBA aprovou o Documento Final, Declaração e mocções que seguem em anexo.

Face a importância do tema, a oportunidade do momento político (em que o Governo Federal lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania) e atendendo a uma recomendação aprovada em plenário, solicitamos desta entidade a apreciação do Documento Final e da Declaração dos Congressistas e sua divulgação através dos órgãos de imprensa e comunicação.

Certos de poder contar com seu interesse, agradecemos antecipadamente a divulgação que puderem realizar e colocamo-nos a sua disposição para intercâmbio de informações e opiniões sobre o tema.

Atenciosamente,


pelo Comitê Executivo do GETA

Endereços para contato:

GETA - Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização
a/c

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 - Cep:01238 - São Paulo - SP

Fone:(011)825-5544 Fax:11-825 7861 Telex:1126561 ECUM BR

ou

VEREDA Centro de Estudos em Educação

Rua Purpurina, 287 - Cep:05435 - São Paulo - SP

Fone:(011)210-5249

Congresso Brasileiro de Alfabetização - São Paulo, 14, 15 e 16 de setembro de 1990

Apontando soluções: Documento Final

1. Introdução

A Unesco declarou 1990 *Ano Internacional da Alfabetização* como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o *Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)*, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dezesseis meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o *Congresso Brasileiro de Alfabetização* nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, tendo sido discutido e aprovado no Congresso.

2. Dimensionando o problema do analfabetismo no Brasil

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas (quadros 1 e 2).

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evoluiu de maneira similar aos demais países latino-americanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de escolas, menores investimentos em material didático etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que têm acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento

da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos governos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latino-americana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de US\$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias cuja renda per capita não superava dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio mínimo. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem, muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

3. A crise da escola pública

Escolas em número insuficiente, falta de vagas nas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares, configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

Quadro 1: Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos e mais a partir de 1920

Ano (fonte)	Total	Analfabetas	Analfabetas (%)
1920 (censo)	17.557.282	11.401.715	64,9
1940 (censo)	23.709.769	13.269.381	56,0
1950 (censo)	30.249.423	15.272.632	50,5
1960 (censo)	40.278.602	15.964.852	39,6
1970 (censo)	54.008.604	18.146.977	33,6
1980 (censo)	73.541.943	18.716.847	25,5
1982 (PNAD)	76.534.782	17.685.987	23,1
1984 (PNAD)	81.140.959	17.273.309	21,3
1986 (PNAD)	86.554.036	17.320.725	20,0
1987 (PNAD)	88.816.170	17.456.384	19,7

Fonte: IBGE

Quadro 2: Brasil — Analfabetos por Região População de 5 ou mais anos — 1988

Região	População	Analfabetos	%
Norte	4.051.297	801.297	19,7
Nordeste	35.776.034	15.474.144	43,2
Centro-oeste	8.683.069	1.953.083	22,4
Sudeste	56.855.869	9.296.260	16,3
Sul	19.648.325	3.177.849	16,1
Brasil	141.382.535	30.702.633	24,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — IBGE 88

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, alcança mais da metade das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que frequentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US\$ 19,2 bilhões) em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à universalização do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo federal continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2º grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1º grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O plano de alfabetização anunciado pelo Ministro da Educação destina à alfabetização e 1º grau serão de Cr\$ 10 bilhões em 1990 e Cr\$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos são insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especial-

mente se os compararmos aos Cr\$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr\$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à alfabetização, o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu US\$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70. A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr\$ 50 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A Medida Provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, a Medida desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1º grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham giz e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo; outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas.

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

4. Apontando soluções

Declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes proposições:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

A. Priorizar a educação básica em uma política nacional de combate às raízes estruturais da pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo con-

temporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensino básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exíguos para "erradicar" o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Esses programas vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e em especial a educação fundamental e o superação do analfabetismo, no sentido de que o sistema nacional de educação, na sua organização e funcionamento — da educação infantil à universidade — traduza uma política de educação vinculada a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

5. Moções aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização

5.1. Destinação do documento final

5.1.1. Promover discussões, nos locais de origem dos participantes e em outros onde for possível, sobre o evento e seus resultados, buscando comprometer as instituições públicas e privada e os movimentos nesse debate.

5.1.2. Enviar a "Declaração" do CBA a todos os órgãos centrais das secretarias de educação dos estados e municípios, aos representantes no poder legislativo dos estados e da federação, aos órgãos centrais do MEC, além de divulgá-lo junto a todo o magistério através de seus órgãos representativos, junto às universidades e instituições isoladas de ensino superior, às escolas privadas, à imprensa e demais organizações da sociedade civil.

5.2. Continuidade do GETA (indicação)

Considerando:

que o CBA revela o desejo de participação para a superação da questão do analfabetismo no país;

que é necessário que a luta pela superação da questão do analfabetismo se faça de forma articulada em nível nacional;

que este congresso está levantando propostas que torna necessária a criação de mecanismos de encaminhamento, fiscalização e cobrança;

Propomos a ampliação do GETA como um espaço democrático, informal de articulação de entidades, movimentos e demais instituições ligadas à questão da alfabetização. Essa articulação acontecerá em torno de atividades concretas e comuns.

O GETA não terá estrutura formal, o que significa que não terá um corpo diretivo constituído em cargos e funções definidas.

Sugerimos, num primeiro momento, que esses espaços sejam criados em nível municipal, estadual e, nos locais onde já existem, sejam fortalecidos. Será realizada uma reunião, onde se discutirão questões referentes à operacionalização do GETA. Esta reunião, em data e local a serem definidos neste congresso, deve discutir entre outras questões critérios de participação, local de referência, bem como plano de ação inicial.

O plano de ação inicial proposto inclui:

a) Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania;

b) Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente à Lei de Diretrizes e Bases.

5.3. Continuidade do trabalho de articulação

5.3.1. Buscar articulação nacional que permita realizar um novo Congresso, precedido de preparação prévia através de discussões de âmbito regional/local.

5.3.2. Levantar práticas/experiências em desenvolvimento na área da alfabetização e incentivar a organização de grupos de estudo/trabalho que farão parte do próximo encontro, cujo contato e credenciamento terá no GETA, em São Paulo, o ponto de referência.

5.4. Ao Congresso Nacional

Considerando que muitos dos indicativos apontados na "Declaração" do CBA estão contemplados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional; e considerando que o referido projeto é representativo dos anseios de amplos segmentos da sociedade civil ligadas à educação; exigimos dos senhores senadores e deputados a sua votação ainda nesta legislatura.

5.5. Sobre o menor

Conforme relatório da Anistia Internacional, no ano de 89 foram assassinados 458 menores abandonados nas ruas de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Este e outros "números" da situação do menor no Brasil, bem como a existência de 30 milhões de analfabetos, situam o problema no campo do descaso das autoridades em efetivar uma política pública de integração desses menores na convivência social digna e na preparação para o exercício da cidadania plena.

As políticas altamente recessivas, os investimentos em "segurança" que acabam por ampliar a violência contra os menores, a não punição

dos assassinos e a não investigação das causas que levam a morte centenas de menores abandonados, a exploração no mercado de trabalho, a exclusão da escola, a repressão nas "fundações" de bem-estar etc. são as respostas dadas pelas autoridades públicas a questão do menor. Este descaso evidencia cada vez mais a política "moderna" de "erradicar" a pobreza e reprimir a classe trabalhadora no seu desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Repudiamos veementemente este descaso e as atuais "políticas públicas".

Nós, reunidos no Congresso Brasileiro de Alfabetização, exigimos das autoridades a imediata ação para concretizarmos políticas públicas eficazes, com uma ampla discussão de toda a sociedade civil, bem como destes menores organizados em diversas entidades.

5.6. À Undime e ao Consed

Damos nosso total apoio à proposta da Undime e Consed no que se refere à aplicação dos recursos provenientes do salário-educação: 20% para a União, 60% para os Estados e 20% para os municípios.

5.7. Desativação de classes de educação de adultos

Considerando que a discussão desenvolvida nesse Congresso é a garantia de escola para todos: nenhum aluno fora da escola;

Considerando que todas as modalidades de ensino devem inserir-se numa política global de educação;

Considerando que a educação de jovens e adultos deve fazer parte efetiva dessa política global de educação;

Considerando que defendemos a escola onde o aluno se encontra;

Considerando que defendemos a democratização da educação, com discussão permanente de todos os setores envolvidos no processo;

Considerando que defendemos a ampliação do número de salas de aula.

Nós participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização que defendemos os princípios acima citados, discordamos da forma como vem sendo tratada a desativação de salas de cursos de Educação de Adultos na Secretaria de Educação do Município de São Paulo (seguem 168 assinaturas).

5.8. Ensino superior gratuito e crédito educativo

Cabe comprometer os universitários beneficiados pelo ensino superior público em Universidades federais e estaduais e aqueles beneficiados pelo crédito educativo em retornarem à população os investimentos nele realizados a elaboração e execução de projetos que visem a superação do analfabetismo.

5.9. Avaliação

Considerando que é possível buscar soluções para os problemas da alfabetização no interior da própria escola, propomos:

Uma mudança de postura das instâncias administrativas, diretivas e técnicas das escolas em relação à coleta de dados de matrícula, evasão e repetência;

Que a Secretaria de Educação passe a acompanhar a coleta de dados quantitativos de evasão e repetência pela avaliação qualitativa das causas que levam os alunos a evadir-se e serem reprovados;

Que as instâncias diretivas e pedagógicas das escolas elaborem relatórios analíticos, apontando as causas da evasão e repetência para que possam ser buscadas soluções adequadas a cada realidade específica;

A revisão das relações administrativas e pedagógicas nas redes de ensino, visando a mudança da mentalidade autoritária, burocrática e os privilégios dos que exercem funções públicas sem responsabilidades e consciência social de suas funções.

5.10. Educação especial

Nós, educadores de Educação Especial participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização discutimos e decidimos que:

Estamos inseridos na luta das questões educacionais, também especificamente na metodologia de alfabetização, cientes de que toda a política nacional de alfabetização influenciará diretamente em todo processo educacional de nosso país, vindo portanto a necessidade de que seja incluído, Educação Especial em todas as formas de organização e luta pelo movimento de alfabetização.

B. Combater o preconceito em relação ao analfabeto, reconstruindo o conceito de alfabetização

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é "o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples".¹ Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como garantir o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade.

C. Garantir o direito de todos à alfabetização, à escolarização e à continuidade do processo educativo

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progresso a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização tem, portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação de crianças, de jovens e adultos.

D. Ampliar substancialmente os recursos para a educação básica

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação, reformulação da jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar, com recursos distintos.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios, diz, nas disposições transitórias, que 50% desses recursos devem obrigatoriamente ser destinados à universalização do ensino fundamental e eliminação do analfabetismo, nos dez anos seguintes à promulgação da Constituição, o que não vem sendo respeitado. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo, por falta de uma conceituação precisa do que seja manutenção e desenvolvimento do ensino. Faz-se então, urgente, exigir do Poder Executivo e dos legisladores a revisão de sua destinação. Indispensável, também, garantir o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre as esferas públicas (União-Estados-Municípios), uma vez que, em face de uma equivocada política de municipalização do ensino, aos municípios têm sido repassados serviços e responsabilidades incompatíveis com seus recursos financeiros e estrutura. Além disso é necessário a criação de meios que possibilitem à sociedade civil um controle efetivo dos recursos públicos, repudiando qualquer forma de favoritismo político.

Os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, de-

envolver uma política de captação de novos recursos para a educação atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, como mais uma alternativa, apoiamos a posição assumida pelos países latino-americanos em Quito,² de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica, a fundo perdido. A aplicação desses recursos deverá ser fiscalizada pela sociedade civil, através das instituições representativas de classes envolvidas com a Educação.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamento em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

E. Valorizar o magistério, promover a formação dos educadores e a pesquisa em alfabetização

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente elevar os padrões de remuneração do magistério e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um piso salarial nacional que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social e política de sua função.

É necessário assegurar aos professores um estatuto que garanta uma perspectiva de carreira que incentive sua permanência no magistério, sua ascensão funcional por qualificação bem como uma jornada de trabalho que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores é condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores.

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2º grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos; mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2º grau, criando uma área no currículo especificamente voltada para formação de professores alfabetizadores, elevando a oferta de profissionais habilitados e proporcionando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, o reagente e o apoio à sistematização das práticas, a divulgação de inovações, a formação de novos professores e a sua integração com a comunidade escolar para a elaboração de propostas conjuntas de aperfeiçoamento de professores.

F. Garantir participação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização

O governo federal não deve impor à sociedade civil um programa de alfabetização. Um programa dessa natureza, além de implicar na cooperação efetiva entre estados, municípios e União, deve ser formulado e acompanhado por uma comissão nacional, composta por representantes das três esferas governamentais (MEC, Consed, Undime), bem como por representantes de entidades nacionais, como OAB, CNBB, CUT etc.

São Paulo, setembro de 1990.

Notas

1. Conceito adotado pela ONU e usado pelo IBGE, o qual diminui substancialmente o número de analfabetos nos cálculos estatísticos.
2. Consulta regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, novembro/dezembro 1990).

Boletim do Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Número 4 • São Paulo • Novembro de 1990

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO Apontando soluções

Dois mil educadores de vinte estados reuniram-se em São Paulo nos dias 14 a 16 de setembro no Congresso Brasileiro de Alfabetização.

O CBA contou com a presença de educadores renomados e autoridades educacionais em mesas-redondas, painéis, conferências, reuniões de grupos e plenárias. Foram marcantes os pronunciamentos políticos da prefeita paulistana Luiza Erundina na sessão de abertura, da secretária de educação do Paraná Gilda Poli na mesa-redonda sobre Políticas de Alfabetização e de Paulo Freire e Darcy Ribeiro no encerramento. Os debates relativos à Formação do Alfabetizador, Pré-Escola e Séries Iniciais, Alfabetização de Deficientes, Movimentos Populares e Alfabetização foram os mais concorridos. Mas quem esperava que apenas as palestras atrairiam o grande público se enganou, pois a participação dos congressistas nos grupos de discussão e painéis de relatos de experiências foi surpreendente. Até mesmo uma passeata, não planejada, aconteceu no último dia, do Largo de São Francisco à Casa de Caetano de Campos, onde foram realizados a plenária final e o encerramento.

Ao final dos trabalhos foi aprovada uma declaração em que os congressistas reclamam prioridade para a educação, através de uma política nacional de com-



Douglas Mansur/Imagens da Terra

bate à pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico, de modo a garantir o direito de crianças, jovens e adultos à educação básica e continuidade do processo educativo. Propõe o combate ao preconceito que cerca o analfabeto e defende a necessidade de reconstrução do conceito de alfabetização, além da ampliação substancial dos recursos públicos destinados ao setor. Aponta como prioritárias a valorização e formação do magistério, bem como a promoção de pesquisas em alfabetização. Por fim, os congressistas propuseram a parti-

cipação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização.

O CBA foi promovido pelo GETA (Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização), uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis e do movimento popular, sindicatos e empresas, constituída em 89 com o objetivo de marcar o Ano Internacional da Alfabetização pela reflexão e ação em torno do problema do analfabetismo no Brasil.

Douglas Mansur/Imagens da Terra





Da esquerda da direita: Sônia Lins, Paulo Freire, Luiza Erundina, Maria Clara, Antônio Junqueira, Yvonne Khouri e Celso Beisiegel

O CBA foi aberto pelo Prof. Antônio Junqueira de Azevedo, Diretor da Faculdade de Direito da USP, em solenidade realizada na manhã do dia 14. Maria Clara Di Pierro, representando o GETA, lembrou o histórico do Grupo e os objetivos do Congresso. Em seguida falaram Sônia Lins, presidente do Corpo Municipal de Voluntários e os Profs. Celso Beisiegel e Yvonne Khouri, representando a USP e a PUC. Carmen Perez, da UNICEF, não pode comparecer.

A presença da Prefeita Luiza Erundina, acompanhada pelo Secretário de Educação Paulo Freire, foi saudada com prolongados aplausos da platéia que lotava o Salão Nobre da Faculdade de Direito. Paulo Freire afirmou sentir-se indignado com o sistema educacional brasileiro que expulsa as crianças das camadas populares; para ele, a expressão correta para designar tal processo não é “as crianças se evadem” e sim “as crianças são proibidas de ir à escola”. Luiza Erundina expôs as prioridades que orientam sua administração, entre elas a educação, e afirmou: “Acredito que todas as ações de governo são ações educativas e espero que deste congresso saiam decisões importantes que ajudem a resolver o problema da Educação no país.”

Angela Cristina Fernandes

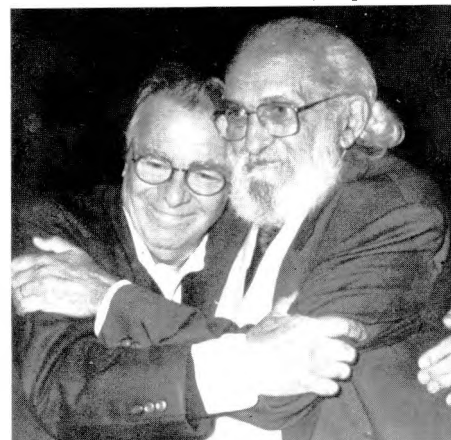


Gilda Poli e Paulo Freire

Alceu Ferrari, da ANPED, coordenou o debate sobre **Políticas de Alfabetização** que colocou lado a lado representantes da União, estados, municípios e professores. Ledja Austrilino, do MEC, expôs as linhas gerais do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania: “Ele será elaborado pelas assembleias municipais e estaduais”. Gilda Poli, Secretária do Para-

Uma festiva chamada das 20 delegações presentes deu início à **Sessão de Encerramento** do CBA. Sônia Penin, do Fórum em Defesa da Escola Pública, apon- tou o risco da nova LDB não ser votada pela Câmara este ano. Darcy Ribeiro defendeu a escola de tempo integral e prometeu ser “o Senador da educação”. Paulo Freire comparou o CBA ao Congresso de Recife em 58, reafirmando sua convicção na alfabetização realizada junto ao movimento popular. Presentes também Lydia Lamparelli (representando o Secretário Estadual da Educação de SP) e Sônia Lins do CMV.

Reportagem Nacional



Darcy Ribeiro e Paulo Freire

ná e representante do CONSED criticou o governo federal e foi aplaudida: “Um programa sério deve conciliar política econômica com o projeto de alfabetização; afinal, os maiores índices de analfabetismo estão situados em áreas de carência econômica.” A representante do MEC irritou-se: “Ela não está falando em nome do CONSED, e sim de sua Secretaria.”

PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

14/09, sexta:

09:00-10:30 — Credenciamento/Projeção de vídeos
10:30-12:00 — Solenidade de Abertura
Coordenação: GETA
Antônio Junqueira de Azevedo (Diretor da Fac. Direito/USP)
Sônia Lins (Presidente do Corpo Municipal de Voluntários)
Celso de Rui Beisiegel (Pró Reitor de Graduação/USP)
Yvonne Khouri (diretora do Centro de Educação da PUC/SP)
Luiza Erundina (Prefeita do Município de São Paulo)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação de SP)
14:00-17:00 — Mesa Redonda: Políticas de Alfabetização
Coordenação: Alceu R. Ferrari (Presidente da ANPED)
Ledja A. da Silva (Secretaria de Educação Básica do MEC)
Gilda Poli (Secret. Educ. do Paraná, representando o Consed)
Maria Zilda Cunha Lopes (CENP/Sec. Estad. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secret. Munic. de Educação de SP)
Ana Rosa B. Gomes (Conf. Nac. dos Trabalhadores em Educação)
17:00-19:00 — Projeção de vídeos
19:00-21:30 — Mesa Redonda: Cultura e Letramento
Coordenação: Luiz R. Alves (Sec. Mun. Ed. S. Bernardo Campo)
Vanilda Paiva (Univ. Fed. Rio de Janeiro)
José Américo Pessanha (UFRJ, IESAE-FGV, Centro Cultural SP)

15/09, sábado:

09:00-12:00 — Painéis de relato de experiências
• Políticas públicas de alfabetização
Coordenação: Elba S. Sá Barreto (USP, Fund. Carlos Chagas)
Marília Duran (CENP/Sec. Est. de Educação de São Paulo)

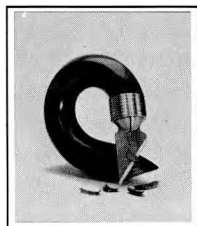
João Batista dos Mares Guia (Sec. Mun. de Educ. de Contagem)
Ana Maria Saul (PUC/SP, Sec. Mun. de Educ. de São Paulo)
• Formação do educador/alfabetizador em serviço
Coordenação: Ana Lúcia Lopes (Esc. Novo Horizonte)
Telma Weisz (Centro de Est. Escola da Vila)
Marieta Nicolau (Fac. de Educ. USP)
Maria Adozinda Costa (Sec. Est. Educ. PE, Sec. Mun. Cabo)
• Leitura e Bibliotecas Escolares
Coordenação: Edmir Perroti (Esc. Com. e Artes da USP)
Valda Antunes (Prog. Nac. Bibliotecas Esc. do MEC)
Maria Aparecida C. Magnani (Fund. Des. Educ. de SP)
Maria da Graça Segollin (PUC/SP)
Rui Grillo (Sec. Mun. Educ. de SP)
• Meios de Comunicação e Alfabetização
Coordenação: Yvonne Khouri (PUC/SP)
Vinicius Artur de Lima (Fac. Comunicação da UnB)
Maria Eugênia Stein (MIS-RJ, TV Manchete)
Ana Lagoa (Revista Nova Escola)
• Movimentos Populares e Alfabetização
Coordenação: Maria Stella Graziani (PUC/SP, MOVA-SP)
Maria Francisca da Silva (Esc. Comunitárias de Recife)
Francisco de A. M. de Oliveira (Proj. Seringueiro, Xapuri)
Francisco de Assis Ferreira (Mov. Educ. Zona Leste S. Paulo)
• Alfabetização de Deficientes
Coordenação: Marcos J. da S. Mazzota (Fac. de Educ. da USP)
Luís Augusto de Paula Souza (PUC/SP, Pref. Mun. Diadema)
Nádia Helitto Chacur (DERDIC)
12:00-14:00 — Projeção de vídeos
14:00-17:00 — Trabalho em grupos com texto-base do CBA
17:00-18:00 — Projeção de vídeos

18:00-20:00 — Mesas Redondas

• Alfabetização de adultos na América Latina
Coordenação: Sérgio Haddad (CEDI)
Nilton Santos (jornalista, Nicarágua)
Moacir Gadotti (Fac. de Educ. da USP)
• Alfabetização infantil; uma abordagem interdisciplinar
Coordenação: Maria Regina Molluf (USP-IP)
Terezinha Nunes Carraher (Univ. Fed. de PE)
Luís Carlos Cagliari (Inst. Est. Ling. da UNICAMP)
• Pré-escola e séries iniciais: a continuidade necessária
Coordenação: Maria Malta Campos (USP-FE, F. C. Chagas)
Sônia Kramer (UERJ e PUC/RJ)
Regina de Assis (PUC/RJ)
Vital Didonet (Sec. Nac. de Educ. Bas. do MEC)
• A criança e a leitura
Coordenação: M. Alice Setubal S. e Silva (CENPEC)
João Wanderlei Geraldi (UNICAMP)
Maria Helena Martins (UFRGS)
Maria Lúcia Zoega de Souza (CEVEC)

16/09, domingo:

09:00-11:30 — Comunicações
• Projetos de Pesquisa sobre Alfabetização
• Relatos de Experiências na Pré-escola
• Relatos de Experiências em Séries Iniciais
• Relatos de Experiências com Adultos
13:30-15:30 — Plenária final
16:00-18:00 — Solenidade de Encerramento
Sônia Penin (Fórum em Defesa da Escola Pública)
Lydia Lamparelli (Secret. Est. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação, S. Paulo)
Darcy Ribeiro (ex-Secret. de Educ. do RJ)



Documento Final do CBA

Apontando soluções

1. INTRODUÇÃO

A Unesco declarou **1990 Ano Internacional da Alfabetização** como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o **Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)**, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dez meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o **Congresso Brasileiro de Alfabetização** nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, tendo sido discutido e aprovado no Congresso.

2. DIMENSIONANDO O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas.

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evolui de maneira similar aos demais países latinoamericanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de

escolas, menores investimentos em material didático, etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que têm acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos gover-

nos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latinoamericana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de US\$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias cuja renda per capita não supera dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio mínimo. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem,

Quadro 1

Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos e mais a partir de 1920

Ano	Fonte	Total	Analfabetas	%
1920	*	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	*	23.709.769	13.269.381	56,0
1950	*	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	*	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	*	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	*	73.541.943	18.716.847	25,5
1982	**	76.534.782	17.685.987	23,1
1984	**	81.140.959	17.273.309	21,3
1986	**	86.554.036	17.320.725	20,0
1987	**	88.816.170	17.456.384	19,7

Fonte: IBGE

* Censo

** PNAD

Quadro 2

Brasil Analfabetos por região População de 5 ou mais anos 1980

Região	População	Analfabetos	%
Norte	4.051.297	801.297	19,7
Nordeste	35.776.034	15.474.144	43,2
C.-Oeste	8.683.069	1.953.083	22,4
Sudeste	56.855.869	9.296.260	16,3
Sul	19.648.325	3.177.849	16,1
Brasil	141.382.535	30.702.633	24,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — IBGE, 88

muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

3. A CRISE DA ESCOLA PÚBLICA

Escolas em número insuficiente, falta de vagas nas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares, configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, alcança mais da metade das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que frequentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US\$ 19,2 bilhões)

em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à universalização do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo federal continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2º grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1º grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O plano de alfabetização anunciado pelo Ministro da Educação destina à alfabetização e 1º grau serão de Cr\$ 10 bilhões em 1990 e Cr\$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos são insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especialmente se os compararmos aos Cr\$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr\$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à alfabetização, o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu U\$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70. A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr\$ 50 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A Medida Provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, a Medida desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1º grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham giz e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo;

outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

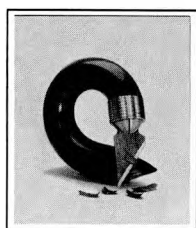
Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas.

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

FONTES DE CONSULTA

- ANDE. *Prioridades para a educação nacional*. São Paulo, mimeo, 1990.
- CEDI. *Analfabetismo no Brasil; Ano Internacional da Alfabetização; Dossiê de Imprensa 89/90*. São Paulo, CEDI, 1990.
- COMISSÃO NACIONAL DO ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO. *"Alfabetizar e Libertar"*. *Boletim Articulação* (21), São Luís, ASP/RA-AB, 1990.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. UNESCO, 1990.
- FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS — EDUCAR. *Erradicação do Analfabetismo: 1989-1999; indicações preliminares*. Brasília, março 1989.
- FLETCHER, P.R. & RIBEIRO, S.C. *"O ensino de primeiro grau no Brasil de hoje"*. *Em Aberto*, 6 (33), Brasília: I-10-INEP, jan/mar 1987.
- GETA. *"Resoluções do 2º Encontro Estadual de Alfabetização"*. *Boletim do GETA* (3). São Paulo, GETA, abril 1990.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil, 1989*.
- . *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1988*.
- STROMQUIST, N.P. & KOUANGA, N. *Feasibility study for the creation of a world literacy center: a global response to a global problem*. mimeo, 1990.
- TEDESCO, J.C. et al. *"La enseñanza básica y el analfabetismo en América Latina y el Caribe"*. In: *Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile, UNESCO/OREALC, dez. 1989. (Boletim, 20)
- THE WORLD BANK. *World Development Report 1990; World development indicators*. Washington, USA, Oxford University Press, jun. 1990.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância 1990*. Brasília, UNICEF, 1990.



Declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes proposições:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

A. PRIORIZAR A EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE ÀS RAÍZES ESTRUTURAIS DA POBREZA, PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensi-

no básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exíguos para "erradicar" o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Esses programas vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e em especial a educação fundamental e a superação do analfabetismo, no sentido de que o sistema nacional de educação, na sua organização e funcionamento — da educação infantil à universidade — traduza uma política de educação vinculada a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

B. COMBATER O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AO ANALFABETO, RECONSTRUINDO O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é "o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples"¹. Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como garantir o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade.

C. GARANTIR O DIREITO DE TODOS À ALFABETIZAÇÃO, À ESCOLARIZAÇÃO E À CONTINUIDADE DO PROCESSO EDUCATIVO

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização tem, portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação de crianças, de jovens e adultos.

D. AMPLIAR SUBSTANCIALMENTE OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação, reformulação da jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar, com recursos distintos.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios, diz, nas disposições transitórias, que 50% desses recursos devem obrigatoriamente ser destinados à universalização do ensino fun-

damental e eliminação do analfabetismo, nos dez anos seguintes à promulgação da Constituição, o que não vem sendo respeitado. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo, por falta de uma conceituação precisa do que seja manutenção e desenvolvimento do ensino. Faz-se então, urgente, exigir do Poder Executivo e dos legisladores a revisão de sua destinação. Indispensável, também, garantir o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre as esferas públicas (União-Estados-Municípios), uma vez que, em face de uma equivocada política de municipalização do ensino, aos municípios têm sido repassados serviços e responsabilidades incompatíveis com seus recursos financeiros e estrutura. Além disso é necessário a criação de meios que possibilitem à sociedade civil um controle efetivo dos recursos públicos, repudiando qualquer forma de favoritismo político.

Os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver uma política de captação de novos recursos para a educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, **como mais uma alternativa**, apoiamos, a posição assumida pelos países latinoamericanos em Quito², de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica, a fundo perdido. A aplicação desses recursos deverá ser fiscalizada pela sociedade civil, através das instituições representativas de classe envolvidas com a Educação.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamen-

to em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

E. VALORIZAR O MAGISTÉRIO, PROMOVER A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E A PESQUISA EM ALFABETIZAÇÃO

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente **eleva os padrões de remuneração do magistério** e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um **piso salarial nacional** que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social e política de sua função.

É necessário assegurar aos professores um estatuto que garanta uma perspectiva de **carreira** que incentive sua permanência no magistério, sua ascensão funcional por qualificação bem como uma **jornada de trabalho** que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores é condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma **política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores**.

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2º grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos; mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2º grau, criando uma

área no currículo especificamente voltada para formação de professores alfabetizadores, elevando a oferta de profissionais habilitados e proporcionando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, o resgate e o apoio à sistematização das práticas, a divulgação de inovações, a formação de novos professores e a sua integração com a comunidade escolar para a elaboração de propostas conjuntas de aperfeiçoamento de professores.

F. GARANTIR PARTICIPAÇÃO CONJUNTA DE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL NA DEFINIÇÃO DE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

O governo federal não deve impor à sociedade civil um programa de alfabetização. Um programa dessa natureza, além de implicar na cooperação efetiva entre estados, municípios e União, deve ser formulado e acompanhado por uma comissão nacional, composta por representantes das três esferas governamentais (MEC, Consed, Undime), bem como por representantes de entidades nacionais, como OAB, CNBB, CUT, etc.

São Paulo, setembro de 1990.

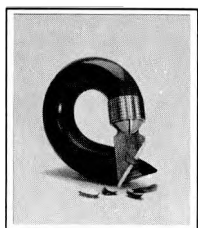
Notas

1. Conceito adotado pela ONU e usado pelo IBGE, o qual diminui substancialmente o número de analfabetos nos cômputos estatísticos.
2. Consulta regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, novembro/dezembro 1990)

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Plenário vota documento final



Moções aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização

1. Destinação do documento final

1.1. Promover discussões, nos locais de origem dos participantes e em outros onde for possível, sobre o evento e seus resultados, buscando comprometer as instituições públicas e privada e os movimentos nesse debate.

1.2. Enviar a "Declaração" do CBA a todos os órgãos centrais das secretarias de educação dos estados e municípios, aos representantes no poder legislativo dos estados e da federação, aos órgãos centrais do MEC, além de divulgá-lo junto a todo o magistério através de seus órgãos representativos, junto às universidades e instituições isoladas de ensino superior, às escolas privadas, à imprensa e demais organizações da sociedade civil.

2. Continuidade do GETA (indicação)

Considerando:

que o CBA revela o desejo de participação para a superação da questão do analfabetismo no país;

que é necessário que a luta pela superação da questão do analfabetismo se faça de forma articulada a nível nacional;

que este congresso está levantando propostas que torna necessária a criação de mecanismos de encaminhamento, fiscalização e cobrança;

Propomos a ampliação do GETA como um espaço democrático, informal de articulação de entidades, movimentos e demais instituições ligadas à questão da alfabetização. Essa articulação acontecerá em torno de atividades concretas e comuns.

O GETA não terá estrutura formal, o que significa que não terá um corpo diretivo constituído em cargos e funções definidas.

Sugerimos, num primeiro momento, que esses espaços sejam criados a nível municipal, estadual e, nos locais onde já existem, sejam fortalecidos. Será realizada uma reunião, onde se discutirão questões referentes à operacionalização do GETA. Esta reunião, em data e local a serem definidos neste congresso, deve discutir entre outras questões critérios de participação, local de referência, bem como plano de ação inicial.

O plano de ação inicial proposto inclui:

a. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania;

b. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente à Lei de Diretrizes e Bases.

3. Continuidade do trabalho de articulação

3.1. Buscar articulação nacional que permita realizar um novo Congresso, precedido de preparação prévia através de discussões de âmbito regional/local.

3.2. Levantar práticas/experiências em desenvolvimento na área da alfabetização e incentivar a organização de grupos de estudo/trabalho que farão parte do próximo encontro,

cujo contato e credenciamento terá no GETA, em São Paulo, o ponto de referência.

4. Ao Congresso Nacional

Considerando que muitos dos indicativos apontados na "Declaração" do CBA estão contemplados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional; e considerando que o referido projeto é representativo dos anseios de amplos segmentos da sociedade civil ligadas à educação; **exigimos dos senhores senadores e deputados a sua votação ainda nesta legislatura.**

5. Sobre o menor

Conforme relatório da Anistia Internacional, no ano de 89 foram assassinados 458 menores abandonados nas ruas de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Este e outros "números" da situação do menor no Brasil, bem como a existência de 30 milhões de analfabetos, situam o problema no campo do descaso das autoridades em efetivar uma política pública de integração desses menores na convivência social digna e na preparação para o exercício da cidadania plena.

As políticas altamente recessivas, os investimentos em "segurança" que acabam por ampliar a violência contra os menores, a não punição dos assassinos e a não investigação das causas que levam à morte centenas de menores abandonados, a exploração no mercado de trabalho, a exclusão da escola, a repressão nas "fundações" de bem-estar etc são as respostas dadas pelas autoridades públicas à questão do menor. Este descaso evidencia cada vez mais a política "moderna" de "erradicar" a pobreza e reprimir a classe trabalhadora no seu desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Repudiamos veementemente este descaso e as atuais "políticas públicas".

Nós, reunidos no Congresso Brasileiro de Alfabetização, exigimos das autoridades a imediata ação para concretizarmos políticas públicas eficazes, com uma ampla discussão de toda a sociedade civil, bem como destes menores organizados em diversas entidades.

6. À Undime e ao Consed

Damos nosso total apoio à proposta da Undime e Consed no que se refere à aplicação dos recursos provenientes do salário-educação: 20% para a União, 60% para os Estados e 20% para os municípios.

7. Desativação de classes de educação de adultos

Considerando que a discussão desenvolvida nesse Congresso é a garantia de escola para todos: nenhum aluno fora da escola;

Considerando que todas as modalidades

de ensino devem inserir-se numa política global de educação;

Considerando que a educação de jovens e adultos deve fazer parte efetiva dessa política global de educação;

Considerando que defendemos a escola onde o aluno se encontra;

Considerando que defendemos a democratização da educação, com discussão permanente de todos os setores envolvidos no processo;

Considerando que defendemos a ampliação do número de salas de aula.

Nós participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização que defendemos os princípios acima citados, discordamos da forma como vem sendo tratada a desativação de salas de cursos de Educação de Adultos na Secretaria de Educação do Município de São Paulo (seguem 168 assinaturas).

8. Ensino superior gratuito e crédito educativo

Cabe comprometer os universitários beneficiados pelo ensino superior público em Universidades federais e estaduais e aqueles beneficiados pelo crédito educativo em retornarem à população os investimentos nele realizados através da elaboração e execução de projetos que visem a superação do analfabetismo.

9. Avaliação

Considerando que é possível buscar soluções para os problemas da alfabetização no interior da própria escola, propomos:

Uma mudança de postura das instâncias administrativas, diretivas e técnicas das escolas em relação à coleta de dados de matrícula, evasão e repetência;

Que as Secretarias de Educação passem a acompanhar a coleta de dados quantitativos de evasão e resistência pela avaliação qualitativa das causas que levam os alunos a evadir-se e serem reprovados;

Que as instâncias diretivas e pedagógicas das escolas elaborem relatórios analíticos, apontando as causas da evasão e repetência para que possam ser buscadas soluções adequadas a cada realidade específica;

A revisão das relações administrativas e pedagógicas nas redes de ensino, visando a mudança da mentalidade autoritária, burocrática e os privilégios dos que exercem funções públicas sem responsabilidades e consciência social de suas funções.

10. Educação especial

Nós, educadores de Educação Especial participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização discutimos e decidimos que:

Estamos inseridos na luta das questões educacionais, também especificamente na metodologia de alfabetização, cientes de que toda a política nacional de alfabetização influenciará diretamente em todo processo educacional de nosso país, vindo portanto a necessidade de que sejamos incluídos em todas as formas de organização e luta pelo movimento de alfabetização.

Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, lançado pelo Presidente Collor, que pretende reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos próximos cinco anos, foi o principal assunto da mesa redonda "Políticas de Alfabetização" do CBA e alvo de inúmeras críticas.

Segundo a Secretária Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, Ledja Austrillino da Silva, o PNAC "não é um produto acabado que o governo entrega à sociedade", mas sim um projeto de mobilização do país. O Programa propriamente dito, segundo

Angela Cristina Fernandes



Ledja A. Silva, titular da SENE/MEC

GOVERNO CRIA COMISSÃO DO PNAC

Foi criada pelo decreto presidencial 99.519 de 11/09/90 a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, tendo como presidente de honra o senador João Calmon. Presidida pelo Ministro da Educação, são seus membros os titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CFE, INEP, CONSED, UNDIME, CRUB, MEB, Fund. Roquette Pinto, RAAB, GETA e as seguintes "personalidades de notórios conhecimentos em programas de alfabetização": Anna Bernardes da S. Rocha, Celso Beisiegel, Eglê Franchi, Luiza de T. Vieira, Maria Adozinda Costa, Walter Garcia, Sérgio A. da S. Leite, Sônia Kramer, Thereza P. Firme, Maria Valdez de S. Barbosa, Lúcia Rolla Senna, Adolfo Homma, Maria Regina Cabral, Abiacy Fradique, Eurides Brito, Júlia Cury e Creuza M. Gomes Aragão.

Sônia Kramer solicitou a retirada de seu nome da Comissão, visto não ter sido consultada. O GETA também não foi previamente consultado para ser incluído na Comissão.

A Comissão do PNAC não foi ainda instalada. Até o momento existiram duas reuniões de um grupo executivo presidido pela Secretária Nacional de Educação Básica e composto pelos titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CRUB, UNDIME, CONSED e um representante das Delegacias do MEC nos Estados.

ela, será concebido e avaliado através de assembleias municipais, estaduais e nacional. Esta foi, aliás, a metodologia proposta pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), em 1989. O PNAC, no entanto, não deixa claras as reais dimensões da participação da sociedade na sua elaboração: se é para definir realmente a política geral de alfabetização a ser adotada no país (conforme proposta da CNAIA) ou para executar as determinações do Ministério da Educação.

Pela proposta da CNAIA, as assembleias municipais teriam o objetivo de elaborar um documento de diagnóstico, princípios, plano de ação, proposta e avaliação sobre uma política de alfabetização e educação básica, que seriam consolidadas nas assembleias estaduais e nacional. Já a proposta do PNAC coloca como objetivo das assembleias municipais apenas a elaboração de um "plano de ação".

Um outro ponto de interrogação é se o PNAC não se constituirá em mera campanha nacional de alfabetização, como outras que

tivemos no país, com um teor demagógico e eleitoreiro, nas quais a qualidade da alfabetização, a quantidade de recursos e o próprio conceito de alfabetização adotado levaram ao fracasso.

A meta estabelecida pelo PNAC, de alfabetizar 17 milhões até 1995, sem que até o presente momento tenha sido apresentado um planejamento sério, está sendo encarado com ceticismo por educadores e interpretado, por muitos, como mais uma tentativa de campanha, a se constituir como sistema paralelo e independente ao sistema regular de ensino existente.

O fato do atual governo estar adotando uma política econômica recessiva também causa desconanças em relação à seriedade e eficácia de uma proposta como o PNAC. A principal causa do analfabetismo é a situação de miséria em que vive grande parte da população. Nesse sentido, pensar a questão da erradicação do analfabetismo sem levar em consideração a erradicação de suas causas é uma demonstração de incoerência.

Angela Cristina Fernandes



Delegações comemoram final do Congresso Brasileiro de Alfabetização

DELEGAÇÕES PRESENTES AO CBA

Acre, Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os Estados que, junto aos 35 municípios de São Paulo, enviaram delegações ao CBA.

Além dos paulistas, as delegações mais numerosas eram provenientes da capital federal (Brasília, Sobradinho, Ceilândia), Minas (Ipatinga, Timóteo, Belo Horizonte e Juiz de Fora) e Pernambuco (Recife, Olinda, Cabo, Jaboatão). Em meio às diferentes delegações, destacava-se a presença de três representantes da nação guarani, índios da aldeia Morro da Saudade, localizada em Parelheiros, São Paulo.

EXPEDIENTE

Este Boletim é uma publicação do GETA — Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Endereços para contato:

VEREDA — Centro de Estudos em Educação
R. Purpurina, 287 — Cep: 05435 — São Paulo — SP • Fone: (011) 210-5249

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983 — Cep: 01238 — São Paulo — SP
Fone: (011) 825-5544 • Fax: (11) 825-7861 • Telex: 11 26561 ECUMBR